

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FLORINALDO CARRETEIRO PANTOJA

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO AMAPÁ: Experiências e Desafios Docentes

Uberlândia/MG
2013

FLORINALDO CARRETEIRO PANTOJA

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO AMAPÁ: Experiências e Desafios Docentes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Saberes e práticas educativas.

Orientadora:

Profa. Dra. Mara Rúbia Alves Marques(PhD).

Uberlândia/MG
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F637e 2013	Pantoja, Florinaldo Carreteiro 1970- A educação sexual no Amapá: experiências e desafios docentes / Florinaldo Carreteiro Pantoja. -- 2013. 157 f. : il. Orientadora: Mara Rúbia Alves Marques Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação. Inclui bibliografia. 1. Educação – Teses. 2. Educação sexual - Teses I. Marques, Mara Rúbia Alves. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em educação. III. Título. CDU: 37
---------------	---

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mara Rúbia Alves Marques
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



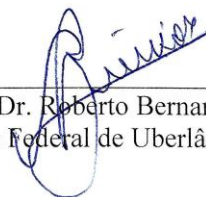
Profa. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho
Universidade de Uberaba - UNIUBE



Profa. Dra. Maria de Lurdes Almeida e Silva Lucena
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação - ESAMC



Profa. Dra. Silvana Malusá
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Roberto Bernardino Júnior
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Uberlândia/MG, 02 de Dezembro de 2013.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, *Floriano Sampaio Pantoja* (vivo no coração), pelo bom exemplo que me deixou como pai participativo, amoroso, bom esposo, um ser muito humano sensível e um cidadão respeitável. Sua lembrança será eterna e seus ensinamentos sempre lembrados, como a persistência, amor ao próximo, acreditar em Deus, amar a vida e a família.

A minha Mãe *Inês Carreteiro Pantoja*, essa guerreira que sempre esteve ao meu lado e me proporcionou a oportunidade de estudar, buscar meus caminhos e durante essa trajetória do doutorado sempre torceu e rezou por mim.

A minha esposa *Silvia N. Barbosa Xavier* pela pessoa especial que é, por todo o apoio durante essa caminhada, nos momentos mais difíceis, esteve sempre ao meu lado com amor, carinho e confiança em minhas decisões.

Aos meus filhos (*Caio, Laís e Ananda Pantoja*), pela força, companheirismo, alegria e amor, que sempre me deram em todos os momentos da minha trajetória (meus pequenos, meus calmantes) e que em muitos momentos sofreram com minha ausência física.

As Minhas Irmãs e Sobrinha: *Florinês Carreteiro Pantoja, Florinelma Carreteiro Pantoja, Layara Carreteiro.*

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente agradecido a Deus, por tudo que tem proporcionado em minha vida.

À Universidade Federal de Uberlândia, por proporcionar a realização do DINTER em Educação com a UNIFAP.

A minha Orientadora Prof^{ca} Dr^a Mara Rúbia (PhD) pelos seus ensinamentos, profissionalismo e sua paciência nos momentos mais difíceis, agradeço sua atenção e sabedoria.

À Prof^a. Dr^a. Silvana Malusá (PhD), professora e amiga, que nos recebeu de braços abertos nesta cidade, agradeço pela atenção, dedicação e profissionalismo, uma profissional dedicada e competente que não mede esforços para colaborar, obrigado pelos incentivos e colaborações dadas nas várias fases da tese.

Aos professores do DINTER os doutores Carlos Lucena (PhD), Décio Gatti, Graça Ciccilene, Geraldo Ignácio, Humberto Guido, Selva Guimarães, pelos ensinamentos e incentivo para vencer certas dificuldades.

A Todos os colegas de doutorado, acabamos virando uma grande família: queridos e inesquecíveis Alexandre Pereira, Alexsara Maciel, Antônia Andrade, Ana Olga Dias, Arthane Figueiredo, Cecília Bastos, Eliana Paixão, Silvana Rodrigues, Carlos Rinaldo Martins, Marlucilena Pinheiro. Uns mais próximos e outros mais distantes, mas todos tiveram uma contribuição importantíssima no processo. Obrigado pela companhia e apoio, companheiros(as).

Aos funcionários da secretaria da UFU/FACED, em especial ao James pela dedicação e disponibilidade sempre que foram requisitados.

A Coordenação de Enfermagem da UNIFAP pela sensibilidade na liberação e prorrogação de minha licença para concluir o Doutorado.

À Dr^a Adelma Barros, Pró-Reitora de Graduação, pelo apoio dado em momentos difíceis e pela iniciativa em buscar a qualificação de seus professores.

A Dr^a Eliana Superti, grande amiga que colaborou na correção da tese na fase de projeto.

Ao meu colega de Doutorado e grande amigo João Wilson Savino Carvalho, pelos incentivos nos momentos mais complicados, sempre com muita sabedoria e tranquilidade buscando sempre uma solução objetiva para os problemas.

A minha colega de Doutorado e amiga Regina Nascimento, que tanto contribuiu nas correções finais do trabalho.

Ao amigo Evandro Pingarilho que não mediu esforços para ajudar sempre que precisei, com apoio logístico em Macapá, resolvendo os meus problemas para que eu pudesse ficar em Uberlândia mais centrado na tese.

A acadêmica de enfermagem e bolsista Ana Fonseca que participou ativamente na coleta de dados dessa pesquisa.

Aos amigos do Pará que moram em Uberlândia Ana Cláudia Batista e Neemias Frank pelo companheirismo e apoio nesta cidade.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela oportunidade e apoio nesta jornada.

Enfim, a todos que sempre tiveram uma palavra amiga.

Educadores, onde estarão? Em que covas terão se escondido?
Professores, há aos milhares. Mas professor é profissão, não é
algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao
contrário, não é profissão; é vocação. E toda vocação nasce de
um grande amor, de uma grande esperança. Profissões e
vocações são como plantas. Vicejam e florescem em nichos
ecológicos, naquele conjunto precário de situações que as
tornam possíveis e – quem sabe? – necessárias. Destruído esse
habitat, a vida vai se encolhendo, murchando, fica triste,
mirra, entra para o fundo da terra, até sumir.
(Ruben Alves)

RESUMO

Esse estudo retrata experiências pedagógicas do professor voltadas para a educação sexual, com ênfase nas dificuldades de implementação do tema em sala de aula, assim como da vivência no processo da transversalidade. A educação sexual é um tema complexo, que apresenta diversas variáveis que dificultam seu trabalho, entre elas a própria complexidade do tema, conceitos morais e religiosos impostos socialmente, a reduzida participação da família no processo, o descaso das instituições formadoras na inclusão e aprofundamento do tema na formação, o conteudismo que domina as salas de aula e a educação continuada insuficiente. A nossa tese defendida é que anos se passaram desde a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e os professores ainda não conseguiram implementar na sua prática pedagógica os conteúdos sexuais, sendo que a principal causa seria a deficiência na formação docente, pois os poucos subsídios teóricos não permitem que professores implementem essa prática. Os objetivos foram: conhecer, registrar e compreender as concepções acerca da Educação Sexual vigentes entre os educadores de escolas públicas de ensino fundamental na cidade de Macapá/AP; destacar a formação dos professores investigados, desde a fase escolar até a profissional e relacionar com a educação sexual; investigar como se dá a atuação profissional dos professores, quais são as possíveis dificuldades com a transversalidade e interdisciplinaridade, como fazem a relação da sua disciplina com a educação sexual; compreender a participação da família no processo de educação sexual sobre o ponto de vista do professor e destacar a participação de programas de saúde no processo de educação sexual nas escolas. Estudar a educação sexual, em seus aspectos gerais, não deixa de ser um desafio no meio acadêmico. As publicações científicas têm se intensificado, por meio de pesquisadores e estudiosos da área como: Ribeiro (1990), Sayão (1997), Vitiello (2000), Altman (2001), Dourado (2002), Furlani (2003), Fazenda (2005), Nunes e Silva (2006), Louro (2008), Stearns (2010); no entanto, nas literaturas específicas sobre formação, Figueiró (2006) são uma das poucas que estudam o tema no Brasil. Este estudo trata de uma abordagem qualitativa descritiva, com a utilização da entrevista como técnica de coleta de dados. Foram 20 sujeitos investigados, sendo 18 docentes e 02 gestores dos programas de saúde. O local da pesquisa foi a cidade de Macapá no Estado do Amapá, em uma escola pública estadual considerada referência nos trabalhos de sexualidade. Como técnica de análise de dados utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (2004). Em síntese, os resultados mostraram que a formação desses professores para a temática sexualidade foi muito superficial tanto no ensino fundamental e médio como no profissional. Na atuação profissional, aparecem como grandes dificuldades a necessidade de trabalhar o próprio “eu” sexual do professor, o despreparo técnico sobre a temática e a falta de apoio da família no processo. Sobre suas experiências, os docentes mostraram que trabalhar a temática dentro da escola traz resultados práticos como a diminuição de gravidez precoce na escola, e a falta dessa vivência com a temática é um fator que contribui para a insegurança e o descaso com o tema. Em suas concepções sobre Parâmetros Curriculares Nacionais, interdisciplinaridade e transversalidade, os dados evidenciaram um distanciamento dos professores com essas temáticas e até certo desconhecimento, pois sabem que existem, mas não conseguem defini-las. Além disso, a família aparece como uma variável importante e primordial nesse processo, devendo haver um maior diálogo e aproximação com a escola. Já sobre os programas de saúde na escola, ainda não existe essa integração entre saúde e educação proposta pelos programas, ainda não sendo uma realidade se ter profissionais de saúde dentro da escola.

Palavras-Chave: Educação Sexual. Escola. Docência. Interdisciplinaridade

ABSTRACT

This study portrays pedagogical experiences of the teacher facing sex education, with emphasis on the difficulties of implementing the theme in the classroom, as well as the experience in the process of mainstreaming. Sex education is a complex issue that has many variables that complicate their work, among them the very complexity of the subject, moral and religious concepts socially imposed, the little family participation in the process, the neglect of the educational institutions in the inclusion and deepening of theme in training, content that dominates the classrooms and inadequate continuing education. Our argument is that years have passed the law creating the guidelines and bases of education and the national curriculum guidelines, and teachers have failed to implement in their practice teaching sexual content, and the main cause is the deficiency in teacher training, for the few theoretical data do not allow teachers to implement this practice. The objectives were to know, record, and understand the conceptions of sexual education, prevailing among public school educators, elementary school, in the city of Macapá/AP, highlight the training of teachers investigated, from school age to work and relate sex education, investigate how the performance of teachers, possible difficulties with the cross-cutting and interdisciplinarity, as do the relationship of their discipline with sex education; understand the family's participation in the process of sex education on the point of view teacher; highlight the participation of health programs in the process of sex education in schools. Studying sex education in its general aspects it is still a challenge in academia. Scientific publications, have intensified through researchers and scholars in the field as: Ribeiro (1990), Sayão (1997), Vitiello (2000), Altman (2001), Dourado (2002), Furlani (2003), Fazenda (2005), Nunes e Silva (2006), Louro (2008), Stearns (2010); however, the literature on specific training, Figueiró (2006) is one of the few who study the subject in Brazil. This study deals with a qualitative descriptive approach, using the interview as a technique for data collection, 20 subjects were investigated, 18 teachers and 02 administrators of health programs, the research was conducted in the city of Macapá /AP, in a public school in reference works of sexuality as a technique of data analysis used the content analysis of Bardin(2004). In summary the results show that the training of these teachers to the thematic sexuality was very superficial both in primary and secondary education and professional experience, professional practice, appear as major difficulties need to work the "self" sexual teacher, unprepared manager on the issue, and lack of family support in the process. About their experiences, show that the thematic working within the school brings practical results as reducing teen pregnancy in school, and the lack of this experience come theme is a factor that contributes to insecurity and the neglect of the subject. In their conception of the national curriculum guidelines, interdisciplinarity and transversal, the data showed a gap of teachers with these issues and to some ignorance because they know they exist but cannot set them. The family appears as an important variable and paramount in this process, and there should be greater dialogue and approach with the school since about health programs in schools, there is no such integration between health and education programs for the proposal, although not being a reality health professionals within the school.

Keywords: Sex Education. School. Teaching. Interdisciplinarity

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sexo	64
Tabela 2 - Faixa Etária.....	65
Tabela 3 - Áreas de Formação.....	66
Tabela 4 - Local de Atuação.....	67
Tabela 5 - Formação Específica	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Professores da escola.....	54
Quadro 2 - Crescimento populacional do Amapá	56

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ALC - Área de Livre Comércio

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

DINTER - Doutorado Interinstitucional

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ES - Educação Sexual

ESF - Estratégia Saúde da Família

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JP - Juventude Prevenida

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

OMS - Organização Mundial da Saúde

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNSE - Programa Nacional de Saúde na Escola

PROSAD - Programa Saúde do Adolescente

PSE - Programa de Saúde na Escola

PSF - Programa Saúde da Família

SPE - Saúde Prevenção nas Escolas

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE NO BRASIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL.....	9
1.1 Políticas Públicas da Educação entre 1980 e 1990	9
1.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB	13
1.3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais e Seus Temas Transversais	16
1.4 Políticas Públicas de Saúde Para Educação Sexual	24
2 A SEXUALIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA.....	30
2.1 A Sexualidade e a Escola	30
2.2 Orientação Sexual e Educação Sexual	37
2.2.1 <i>Conceitos.....</i>	37
2.2.2 <i>Histórico da Educação Sexual na Europa e Brasil.....</i>	40
2.3 A Educação Sexual, o Professor e a Escola	42
3 PERCURSO METODOLÓGICO	51
3.1 A Opção Metodológica	51
3.1.1 <i>A Pesquisa Qualitativa e os Estudos Bibliográficos.....</i>	51
3.2 Cenário do Estudo	53
3.3 Técnica de Coleta de Dados	57
3.4 Colaboradores do Estudo (Sujeitos).....	58
3.5 Os Instrumentos de Coleta.....	59
3.6 Procedimentos de Coleta de Dados	60
3.7 Pré-Teste	61
3.8 Tratamento dos Dados Obtidos.....	62
3.9 Aspectos Legais - Procedimentos.....	63
4 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVAS DOS EDUCADORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MACAPÁ.....	63
4.1 Dados gerais sobre os sujeitos pesquisados	64
4.1.1 <i>Sexo</i>	64
4.1.2 <i>Faixa etária.....</i>	65
4.2 Categorias de Análise	68

4.2.1 A Formação Docente e a Educação Sexual	68
4.3 Atuação Profissional e Educação Sexual	86
4.3.1 Trabalho Docente e Experiências Profissionais com a Temática.	86
4.4 Concepções Teórico/Conceituais Sobre PCNs, Transversalidade, Interdisciplinaridade e Relação com Educação Sexual	95
4.4.1 A Prática Docente e os PCNs	95
4.4.2 Interdisciplinaridade, Transversalidade e a educação sexual	99
4.5 A Família no Contexto a Educação Sexual.....	104
4.6 A Educação Sexual e os Programas de Saúde Escolares.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS	134
Anexo 1 - Declaração de Correção Ortográfica	135
APÊNDICES	136
Apêndice 1: Instrumento de Coleta de Dados	137
Apêndice 2: Instrumento dos Gestores	139
Apêndice 3: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	140
Apêndice 4: Autorização da Direção da Escola	141

INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo, que apresenta como título “A Educação Sexual no Amapá: experiências docentes e desafios”, é fazer uma discussão sobre o papel docente no processo da educação sexual e a transversalidade, trazendo suas experiências nesse processo educacional. Visa melhorar a qualidade do ensino e a inserção da educação sexual no contexto escolar do Estado do Amapá nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.

A discussão sobre educação sexual no Brasil teve início nas primeiras décadas do século passado (1900 a 1930), impulsionadas por fatores que transformaram a sociedade da época como o aumento das cidades e principalmente novos códigos de comportamentos. Os primeiros trabalhos tinham como objetivo moralizar a sociedade brasileira, colaborando dessa forma com as discussões iniciais sobre a sexualidade no contexto escolar começavam a surgir principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente esses trabalhos eram realizados por sacerdotes, educadores e médicos, que foram os primeiros a se interessar em estudar a temática sexualidade e educação sexual no período, levando o Estado a ter interesse no controle das populações através da sexualidade. Assim:

A nova tecnologia do sexo, que nasce no século XIX, escapa à instituição eclesiástica e se desenvolve ao longo de três eixos: o da pedagogia, o da medicina e o da demografia. O sexo passa a ser negócio de Estado e, para que ele seja administrado, todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos são convocados a posicionarem-se em vigilância. Sua importância como foco de disputa política deve-se ao fato de ele se encontrar na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia da vida política: o sexo faz parte das disciplinas do corpo – permitindo o exercício de um micropoder – e pertence à regulação das populações. Assim, a sexualidade foi esmiuçada e tornou-se chave da individualidade, dando acesso à vida do corpo e à vida da espécie, permitindo o exercício de um biopoder sobre a população (ALTMANN, 2001, p.577/578).

Alguns nomes de profissionais da saúde pública surgem nesse período defendendo trabalho voltado para a educação sexual destacando o nome do médico José Albuquerque, um dos precursores dos estudos sobre a educação sexual na escola, com vários trabalhos publicados como: Introdução ao estudo da pathologia sexual (1928); Hygiene sexual (1929); Educação sexual (1934); O perigo venéreo na paz, na guerra e no pós guerra: utilidade da educação e

profilaxia antivenéreas nas classes armadas e suas vantagens para as populações civis (1941) e Catecismo da educação sexual: para uso de educandos e educadores (1940). Naquela época, Albuquerque já via a escola como um espaço fértil e especial para inserir a educação sexual e, com seus trabalhos, aos poucos foi disseminando a temática dentro da educação (RIBEIRO, 2013).

Já no início dos anos 1960, a educação sexual ganhou força, influenciada pelas transformações surgidas no seio da sociedade, como o movimento feminista, o movimento de “sexo, drogas e rock n’ roll” e o início da comercialização da pílula anticoncepcional. Porém, a chegada da ditadura militar foi um duro golpe a esse período promissor para a educação sexual e movimentos sexuais, os quais perderam força (idem).

Nos anos 1960 e 1970 algumas escolas conseguiram introduzir nos seus currículos a educação sexual, mas foi a partir dos anos 1980 que esse movimento ganhou força, impulsionado principalmente pela abertura política que o país vivenciou.

Durante as décadas de 60 e 70, a penetração da educação sexual formal na escola enfrentou fluxos e refluxos. Na segunda metade dos anos 60, algumas escolas públicas desenvolveram experiências de educação sexual. Todavia, elas deixam de existir em 1970 após um pronunciamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo dando parecer contrário a um projeto de lei de 1968 que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos escolares. Em 1976, a posição oficial brasileira afirma ser a família a principal responsável pela educação sexual, podendo as escolas, porém, inserir ou não a educação sexual em programas de saúde. Durante os anos 80, a polêmica continuou. (ALTMANN, 2001, 579)

Nos anos entre 1980 e 1990 uma série de fatores influenciou o interesse pelo tema, entre eles a mudança na política, o amadurecimento da geração que viveu intensamente os anos setenta, os crescentes números de gravidez na adolescência, surgimento da AIDS e de sua rápida expansão pelo mundo, e na década de 1990 a pressão externa no Fundo Monetário Internacional (FMI) para a mudança na política interna educacional, todos esses fatores influenciaram para essa retomada das discussões de educação sexual no contexto escolar (ALTMANN, 2001).

Depois de anos de amadurecimento da temática e com várias tentativas de se implantar definitivamente a educação sexual nas escolas, em 1998 o Ministério da Educação e do Desporto incluiu a Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que não era

obrigatória, mas recomendado para as escolas.

Então, desde a década de 1970 vem se tentando implementar nas escolas a discussão efetiva sobre a sexualidade, estas discussões ocorridas vieram sendo amadurecida ao longo desses anos, consolidou-se como política pública nos anos 1990, por intermédio dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), que foram criados para serem a referência para os ensinos fundamental e médio em todo país.

Consideramos nesse sentido um grande avanço essa inserção na teoria. Alguns estados conseguiram colocar dentro de seus currículos escolares a discussão em suas práticas pedagógicas. Porém, na maioria dos estados, principalmente nos mais pobres, isto ainda está longe de virar uma realidade. No estado do Amapá, mesmo quatorze anos depois da inclusão desse conteúdo nos PCN, ainda se percebe timidamente este trabalho nas escolas do estado, conteúdos esses que deveriam ser explorados transversalmente dentro das disciplinas.

A educação sexual é algo complexo, mas fazer educação sexual não é apenas levar médicos, enfermeiros e psicólogos para palestrar nas escolas, também é formar e capacitar professores capazes de desenvolver tais funções. Através da educação sexual sistemática e emancipatória, esse processo educativo deve propiciar um crescimento interno do cidadão, fazendo com que haja mudanças de comportamentos e de atitudes. A educação prepara este cidadão para a vida, para viver em uma determinada sociedade e na educação sexual acontece da mesma forma. Para Nunes e Silva (2006, p.11) “uma educação sexual emancipatória busca identificar os estereótipos sexuais e questionar seus fundamentos e representações. Visa educar para a compreensão significativa e igualitária da identidade de gênero”.

A educação sexual no contexto familiar também apresenta ainda hoje grandes dificuldades para acontecer, pois culturalmente essa temática traz uma série de tabus e receios para ser trabalhada. Há necessidade de grande esforço dos pais para superar estas barreiras internas, pois estes pais são filhos de um sistema preconceituoso vigente, porém a participação da família nesse processo é de fundamental importância, pois normalmente é onde se tem o contato maior e é um espaço propício para a discussão da temática.

A questão de estudar a Educação Sexual e Políticas Públicas em seus aspectos gerais tornou-se um desafio no meio acadêmico. Mais recentemente, as publicações científicas na área têm se intensificado, por meio de pesquisadores e estudiosos como: Ribeiro (1990); Sayão

(1997); Vitiello (2000); Altmann (2001); Dourado (2002); Fazenda (2005); Nunes e Silva (2006); Figueiró (2006); Louro (2008); Stearns (2010);

Minha aproximação com o tema sexualidade iniciou ainda na graduação, quando fizemos o curso de enfermagem. Nesse nível tive minhas primeiras experiências por meio das disciplinas teóricas e práticas voltadas para saúde da mulher, gravidez e sexualidade. Como a minha graduação ficou muito voltada para a área de obstetrícia, vivenciei muitas experiências que me fizeram refletir sobre questões ligadas a gravidez na adolescência e a sexualidade.

Após a graduação, fiz uma habilitação em obstetrícia, na qual aprofundei nas questões da gravidez, do parto e do puerpério e comecei a perceber o problema da gravidez precoce de maneira contundente. Com a conclusão do curso, ingressei no mercado de trabalho, inicialmente em uma maternidade pública do Amapá, onde obtive minhas primeiras experiências enquanto profissional, e aos 25 anos, entrei para o quadro docente da Universidade Federal do Amapá, nas disciplinas Saúde Materno Infantil na Atenção Básica, Enfermagem Ginecológica, Obstétrica e Neonatal e Enfermagem Pediátrica.

Na disciplina Saúde Materno Infantil na Atenção Básica, comecei a trabalhar a temática sexualidade e anticoncepção voltadas principalmente para adolescentes, como já possuía uma grande aproximação com a temática sexualidade e gravidez na adolescência, resolvi fazer mestrado em Psicologia, com o tema da dissertação voltado para a subjetividade da gravidez na adolescência.

Diante deste cenário favorável, o interesse por essa temática foi aprofundado durante o curso. No desenvolvimento de minha dissertação de mestrado, fui percebendo as dificuldades em trabalhar as questões voltadas para a sexualidade, por se tratar de um tema muito complexo e me inquietava o fato de que adolescentes grávidas, pois na maioria, não tinham informações suficientes sobre sexualidade, sobre o próprio corpo e, principalmente, sobre a prevenção da gravidez precoce.

Neste estudo sobre a gravidez na adolescência também me chamaram muito a atenção os aspectos que envolviam essa gravidez nas fases iniciais do período reprodutivo, principalmente a participação da família e da escola no processo da educação sexual dessas jovens. Percebi o vazio de informações específicas sobre as questões sexuais deixadas por essas duas instituições fundamentais para a formação do ser humano e do sujeito sexual. No que tange aos programas de saúde, também percebi a grande lacuna no atendimento à saúde do adolescente, tanto nas

unidades de saúde como nas escolas. Porém, como não era esse o foco principal do estudo, adiei um pouco mais essa inquietação e esperei um próximo momento para explorar essas questões.

Após o mestrado, de volta as minhas atividades docentes, decidi me aproximar das escolas e levar o conteúdo prático da disciplina Saúde Materno Infantil na Atenção Básica para sala de aula. Fiz alguns contatos com diretores, com a intenção de propor essas discussões em sala de aula com os adolescentes e os mesmos ficaram entusiasmados em fazer essa parceria de nos levar para sala de aula para discutir essas temáticas (sexualidade, anticoncepção). Como a temática fazia parte da disciplina que estava ministrando, capacitei os alunos que estavam naquele semestre para trabalhar-la comigo nessa parceria com a escola, e foi o que fizemos. A partir daí, durante vários semestres executei esse tipo de atividades, no período entre 2003 a 2010.

Ao realizar esse trabalho nas escolas, percebi a grande lacuna que existia entre elas e a educação sexual e também que a educação sexual nas escolas que visitei não vinha acontecendo da forma como recomendam os PCN. Acontecia de maneira pontual e não contínua, por meio de ações esporádicas, com alguns trabalhos e projetos com a abordagem para sexualidade, estimuladas principalmente pelos programas de prevenção nas escolas. Durante o período que vivenciei experiências voltadas para educação sexual nas escolas, muitos professores me procuravam, para falar das dificuldades que tinham em discutir a temática em sala de aula. A maioria citava a questão da formação, pois eram geralmente de área externas à saúde, por isso não tinham sido preparados para trabalhar a temática transversalmente e, associado a esse fato, muitos não tinham a base de educação sexual nem na família, o que dificultava a segurança na abordagem da temática.

A partir desta experiência veio o primeiro estudo sobre a educação sexual nas escolas públicas, por intermédio de um trabalho de conclusão de curso desenvolvido por dois alunos de graduação em enfermagem, sob a minha orientação. Nesse sentido buscamos investigar as principais dificuldades encontradas por educadores do ensino fundamental em trabalhar essa temática. Diante dos resultados, percebi a importância de aprofundar essa discussão em nosso estado.

Em seguida, no ano de 2010, surgiu a oportunidade de fazer o doutorado na área de educação, com o doutorado interinstitucional entre UFU/UNIFAP. Realizei, então, um sonho, fazer o doutorado em uma grande instituição e pesquisar uma temática que já me incomodava há

algum tempo. Dessa forma, articulei a linha de pesquisa do doutorado com o meu interesse em investigar o problema citado, sendo que ao longo tempo foram surgindo muitas inquietações e vários questionamentos que exponho a seguir e que pretendo responder a partir deste estudo de tese.

Essa inquietação alavancou alguns questionamentos: será que os professores das diversas áreas de ensino estão conseguindo articular a temática transversalmente? Como sua formação profissional tem influenciado na prática pedagógica, na inserção transversal do tema? De que forma esse docente vê a importância da temática dentro do conteúdo escolar? Como as suas experiências pessoal e profissional têm contribuído para a temática de educação sexual?

Lendo outras pesquisas percebi que a problemática não se restringe só ao Amapá, parece ser nacional, porém em nosso Estado ganha uma dimensão maior, pois além de nossas limitações no ensino temos um alto índice de fecundidade e de gravidez precoce, estando entre os maiores do país.

Qual seria a causa desses problemas? A deficiência no processo educativo que envolve a educação sexual com toda certeza está entre as possíveis causas do problema, somada às grandes deficiências do sistema de saúde que atende os adolescentes, pois no Amapá não há esse serviço de atendimento de saúde específico, principalmente aqueles que necessitam de informações sobre a temática ou até mesmo de oferta de métodos para uma iniciação sexual com segurança.

Soma a esses fatores, a falta de uma orientação sexual adequada nos meios familiares contribui para que estes jovens acabem buscando nos meios informais, como meios de comunicação e informações através de amigos, acarretando, muitas vezes, grandes prejuízos na vida dessas pessoas, simplesmente pela falta de informações corretas.

Um estudo do Ministério da Saúde em 2009 mostra que as regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste tiveram as maiores taxas de redução de gravidez na adolescência no período de 2000 a 2009. No Amapá essa redução também aconteceu, porém com menos intensidade e os números de gravidezes precoces ainda são expressivos, pois o Amapá está entre os estados que apresentaram menor queda desses números, tendo uma variação de -25% entre 2000 a 2009, ficando à frente apenas de estados como o Pará com -17,8% e Acre com -17,57%.

O estado do Amapá, por ser um dos mais novos da federação e, ao mesmo tempo, um dos mais pobres, apresenta grandes problemas sociais, de saúde e também na área de educação. Este

estudo trará contribuições importantes para essa área, e sua relevância social, política e científica são significativas, haja vista a importância para essa parcela da população.

A relevância política deste trabalho é ímpar para o estado do Amapá, haja vista o grande problema que o Estado enfrenta com relação à gravidez na adolescência e educação sexual. Este estudo trará bases para refletir, reformular e implementar políticas públicas tanto de saúde quanto de educação, no que se refere à educação sexual nas escolas e Unidades Básicas de Saúde (UBS), com a intenção de em um futuro próximo melhorar não só os índices de gravidez na adolescência no estado, mas também melhorar o comportamento sexual dos adolescentes através do conhecimento e, com isso, a própria qualidade de vida.

A educação sexual no Amapá, ao longo desses quatorze anos que sucedem os PCN, vem caminhando a passos lentos nas escolas do estado, sendo que essas ações, quando acontecem, são incentivadas principalmente pelos programas do Ministério da Saúde e prevenção nas escolas, voltados o programa DST Aids.

Os programas de saúde teriam também uma função importantíssima dentro desse contexto escolar, mas programas como o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD) e o Programa Saúde na Escola (PSE) ainda não conseguiram fazer a integração com a escola. Essas parcerias entre saúde e a educação, mesmo sem atuar como deveriam, de alguma forma vêm contribuindo, fazendo com que algumas escolas desenvolvessem projetos voltados para educação sexual, e através de ações pontuais desses projetos, a educação sexual se insere timidamente na escola, porém ainda longe daquela recomendada pelos PCN.

No que se refere aos conteúdos escolares, esses projetos e ações pontuais que os mesmos desenvolvem parecem influenciar pouco na transversalidade e nos trabalhos interdisciplinares sobre a sexualidade dentro do contexto escolar, principalmente por não ter uma continuidade e sustentabilidade.

Diante disto, nossos problemas de investigação são: 1- Quais as concepções de educação sexual existentes entre os educadores das diversas áreas do saber no ensino fundamental das escolas públicas na cidade de Macapá? 2- Como os docentes lidam com a transversalidade e a interdisciplinaridade? 3- Será que a simples inclusão da temática nos PCNs foi suficiente para a inserção prática escolar? 4- Será que os docentes têm formação suficiente para trabalhar essa temática de forma segura? 5- Os programas de saúde vêm fazendo sua parte na integração junto à

escola quanto à sexualidade? São questionamentos que busquei encontrar respostas ao longo da pesquisa.

Essa pesquisa tem como objetivo geral conhecer, registrar e analisar, as concepções acerca da Educação Sexual vigentes entre os educadores de escolas públicas, ensino fundamental, na cidade de Macapá/AP.

E os objetivos específicos são: 1) Analisar a formação dos professores investigados, desde a fase escolar até a profissional, e relacioná-la com a educação sexual; 2) Investigar como se dá a atuação profissional dos professores, quais são as possíveis dificuldades com a transversalidade e interdisciplinaridade e como fazem a relação da sua disciplina com a educação sexual; 3) Compreender a participação da família no processo de educação sexual sobre o ponto de vista do professor; 4) Destacar a participação de programas de saúde no processo de educação sexual nas escolas.

Os capítulos foram organizados da seguinte forma: no Capítulo 1 abordaremos as políticas públicas de educação e saúde no Brasil sobre a educação sexual. No Capítulo 2, irei explorar a Sexualidade, Orientação Sexual e a Educação Sexual na Escola. No Capítulo 3 explorarei o percurso metodológico, e no quarto e último capítulo é sobre apresentação e análise dos resultados, apresentando 2 partes, uma sobre as questões objetivas com o estudo dos sujeitos e a segunda parte com a análise das questões abertas.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE NO BRASIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Este capítulo tem como objetivo fazer uma discussão sobre as principais políticas públicas dos anos 1980 e principalmente dos anos 1990, que se configuraram nas grandes mudanças ocorridas na educação brasileira no final do século XX, que culminou com a inserção dos conteúdos sexuais no contexto escolar. Além das políticas na área de educação, faremos uma discussão também dentro do contexto da saúde, trazendo as principais políticas implantadas para a saúde dos adolescentes que incluíram a educação sexual. Entre os pressupostos relacionados às políticas para a temática, houve evoluções no ponto de vista teórico, porém com pouca visibilidade de ações no campo prático.

1.1 Políticas Públicas da Educação entre 1980 e 1990

Antes de entrarmos nos contextos das políticas para educação, faremos uma breve discussão do que são políticas públicas e como são criadas. Para Secchi (2011, p.2)

Qualquer definição de política pública é arbitrária, pois na literatura especializada não há consenso. Para ele uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos esta definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou a passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou resolução de um problema entendido como coletividade relevante.

Nota-se que o Estado moderno se destaca na construção de políticas públicas pelo seu poder centralizador. Secchi também comenta que a centralidade atual do estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência de alguns fatores, o autor destaca que a política pública é uma das razões centrais para a existência do Estado, sendo que ele detém o monopólio do uso da força legitimada, o que lhe dá superioridade em relação aos atores. Além disso, o estado detém grande parte dos recursos nacionais, por isso consegue elaborar políticas robustas. Ainda segundo ele, as políticas públicas têm um ciclo que passa pelos seguintes

estágios: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

Para que essas políticas sejam implementadas, alguns elementos são importantes como interesse e competência técnicas de organizações e pessoas, porém quando essas políticas são implantadas verticalmente sem uma discussão prévia com as bases, as dificuldades são maiores na sua implementação.

No Brasil, a maior parte das políticas públicas são criadas pelo Governo Federal e executado por Estados e Municípios, mesmo o Brasil sendo um país enorme territorialmente, com diversas realidades, as políticas são criadas e implementadas sem levar em conta essas diferenças principalmente culturais. Veremos mais adiante, como esse processo de criação e implementação tem suas dificuldades dentro do contexto educacional.

Para a educação, no que se refere a políticas públicas, os anos de 1980 e 1990 se configuraram no país como períodos de intensas mudanças políticas, influenciadas pelo fim do regime militar, início do governo democrático e promulgação da Constituição Federal de 1988. Na segunda metade dos anos 1980, para Souza e Farias (2004, p. 928), “as políticas governamentais se organizam em torno da regulação de uma “racionalidade democrática” (tendo provocado dispersão de recursos e facilitado a prática clientelista)”. Já nos anos 1990 o caminho adotado passou a ser o da racionalidade financeira, implicando em redução dos gastos públicos e do tamanho do Estado, assim como a abertura do país ao capital internacional, cedendo à globalização imposta pelos organismos internacionais.

A educação no período do regime militar apresentou índices educacionais bastante negativos, principalmente nas séries iniciais, como altos índices de analfabetismo e abandono escolar. Esses dados foram amplamente divulgados com a abertura política e com a influência do capital estrangeiro, principalmente do Banco Mundial (BM), surgiu uma grande pressão para que houvesse ações que pudessem mudar esses dados negativos.

O BM (composto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD) foi um dos grandes protagonistas mundial no final do século XX e início do século XXI. Um organismo com a maior visibilidade no panorama educativo global ocupando, em grande parte, o espaço tradicionalmente conferido à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a agência das Nações Unidas especializada em educação. O financiamento não é o único e o mais

importante papel do BM em educação (representando apenas 0,5% da despesa total pelos países em desenvolvimento neste setor); o BM transformou-se na principal agência de assistência técnica em matéria de educação para os países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo a fim de sustentar tal função técnica, em fonte e referencial importante de pesquisa educativa no âmbito mundial (TORRES, 1998).

Os anos de 1990 constituiu um período importante para a política brasileira e para as políticas voltadas para a educação, um período que já acumulava uma grande crise não só da educação, mas em todos os setores da economia. Essa aproximação com o BM consolidou-se com o modelo neoliberal que já dominavam as grandes potências ocidentais, com o “impeachment” do governo Collor e posse de Itamar Franco. A preocupação central e fundamental nesse momento era o controle da economia, mas Fernando Henrique Cardoso (FHC) aparece no cenário nacional como Ministro da Fazenda, e com o pacote do plano real consegue controlar a economia e a inflação que assombravam o país, sendo o carro chefe para a sua eleição no ano de 1994. O governo FHC manteve a mesma política iniciada no governo anterior e aprofundou a gestão neoliberal.

O governo FHC manteve a tendência apresentada no governo Itamar Franco referente à construção de discursos apocalípticos em torno das crises econômicas internacionais e o papel do governo frente à manutenção do Plano Real e a estabilidade econômica. Não que as referidas crises não ocorressem, o contrário, pois fazem parte de um movimento de crises cíclicas do capital tão bem apontado por Marx em “O Capital”, porém seus desdobramentos foram explorados por parte da mídia com o intuito de garantir legitimidade de ações do governo federal (LUCENA, 2011, p.24)

Com a legitimação das ações governamentais através da mídia e a entrada em cena de Fernando Henrique Cardoso, esse cenário aproximou o país da política neoliberal que se expandia pelo mundo, sendo que a aproximação com o FMI e BM proporcionou a inclusão de reformas políticas em vários setores governamentais, amparados principalmente pelo BM. As regras, a partir daí, passavam a ser ditadas pelas instituições internacionais, que tinha esta instituição como representante. Na educação, essa política neoliberal trouxe profundas mudanças, como a prioridade para a educação básica e início do processo de privatização do ensino superior.

Ao priorizar a educação básica escolar, restrita à aprendizagem das habilidades cognitivas básicas, as propostas do Banco Mundial indicam que o discurso da centralidade do conhecimento, a despeito de enunciado, configura-se como um artifício de retórica e adesão às premissas do neoliberalismo, reduzindo o processo de formação a uma visão de racionalidade instrumental, tutelada, restrita e funcional ante o conhecimento universal historicamente produzido. Em contrapartida, essas políticas acarretam a secundarização de projetos de educação não-formal, o redirecionamento da educação profissional e o processo crescente de privatização da educação, especialmente da educação superior. (DOURADO, 2002, p. 240)

Esse “pacotão” do BM para a educação teve seu lado cruel, incluía privatização dos serviços públicos principalmente do ensino superior, priorização do ensino básico, atendendo as necessidades do neoliberalismo, ocorreu também a descentralização da educação via a municipalização, mas mantendo a centralização do poder decisório na Federação, o que para Souza e Faria p.925);

Acabou por forjar o que se pode denominar divisão técnica e política da gestão da educação básica, rompendo com a figura solidária de colaboração que havia marcado significativamente, o avanço democrático das novas relações propostas entre as áreas do poder federadas, tanto o que concerne a constituição federal de 1988, quanto a nova LDB/1996.

No que se refere ao trabalho docente, há uma acentuada precarização do trabalho, ou seja, melhoraram-se os dados quantitativos da educação fundamental porém os dados qualitativos vão justamente na linha oposta desse pensamento, com a precarização do trabalho docente, e o processo de municipalização trouxe para gestores e escolas um problema, pois historicamente as prefeituras nunca tiveram estrutura para gerenciar o processo educativo. Para Lucena (2011, p.26);

Na educação fundamental, o intenso processo de precarização do trabalho dos professores foi instaurado no país, a educação fundamental sofreu um intenso processo de precarização do trabalho dos professores foi instaurado no país. O salário e as condições de trabalho dos professores não corresponderam às iniciativas de melhoria apontadas pelo governo federal. Os processos de municipalização do ensino, como bem afirmou Vitor Paro, “um cavalo de troia” presenteado aos diretores escolares, em virtude da ausência de recursos econômicos voltados à gestão escolar, não atenderam às expectativas dos seus

elaboradores, refletindo um intenso processo de sofrimento e adoecimento no trabalho.

Segundo este autor, o pior estava por vir com “o calote do FUNDEF”, em 2002.

Soma-se a essa discussão o “calote no Fundef”, quando no ano de 2002, o valor a ser repassado – R\$ 655,08 por aluno/ano de 1ª a 4ª séries e R\$ 688,67 por aluno/ano da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e da educação especial, atingiram R\$ 418,00 e R\$ 438,90, obedecendo à mesma sequência. Os estados mais pobres foram os mais atingidos, pois o calote atingiu o valor de R\$ 11,1 bilhões a partir do ano de 1998. (Idem, Ibid)

Essa grande dificuldade vivenciada principalmente pelas prefeituras em gerenciar a educação durante o processo de municipalização ainda tem suas consequências até os dias atuais.

As novas políticas públicas implantadas nos anos de 1990 como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) os PCN trouxeram para o contexto educacional pontos positivos e negativos por serem complexos, com conteúdos que viriam a ser posteriormente fontes de formação de toda uma geração. Essa problemática será discutida nos tópicos posteriores.

1.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB

A primeira LDB Brasileira foi proposta em 1961 pelo Ministro da Educação Clemente Mariani. Naquela época já se pensava em uma educação igualitária e esta LDB passou por um longo processo.

No intuito de oferecer uma educação igualitária como direito de todos foi proposto pelo então Ministro da Educação Clemente Mariani o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que resultou, após longo processo de tramitação, na primeira Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, sancionada em 20 de dezembro de 1961. Esta foi modificada por emendas e artigos, sendo reformada pelas leis 5.540/68, 5.692/71 e posteriormente, substituída pela LDB 9.394/96. (CERQUEIRA et al, 2013, p. 1)

Reformada em 1971, em pleno regime militar, a LDB de 1961 defendia os interesses governamentais da época. Com o avançar dos anos e a evolução da sociedade moderna surgiram novas necessidades e demandas sociais para a educação brasileira. Com essas novas exigências sociais, a LDB de 1971 ficou fora das novas demandas modernas e 25 anos depois de sua criação, ficou ultrapassada, pois não abordava os temas emergentes. Assim, os governos dos anos de 80 e

início dos anos 90 passaram a ser pressionados tanto internamente pela sociedade quanto externamente (BM) para uma reforma na educação que contemplasse as necessidades da época.

Após pressão interna e a externa da política neoliberal, em 1996 o Ministério da Educação, lançou a nova proposta para o currículo na educação do país. Para a elaboração da LDB e dos PCN, o governo reuniu profissionais da Educação, especialistas das diferentes áreas e ciclos, com a responsabilidade de formular as bases curriculares para a educação brasileira. Porém, a pressão e a pressa eram grandes, a Lei não chegou a ser debatida nas bases da sociedade brasileira, gerando, com isso, muitas críticas e insatisfações. Diante de tantas controversas, em dezembro de 1996 foi aprovada no Brasil a nova LDB-Lei nº 9394.

“A Lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1996a), trazendo alguns pontos importantes e alguns avanços como a garantia para o educando ao acesso e permanência na escola, por meio de uma visão igualitária, gratuidade do ensino básico, valorização profissional, com o estabelecimento de um piso salarial para o professor, assim como possibilidades de educação continuada via licenciamento e a equidade seria a palavra de ordem com a flexibilização do currículo e respeito as aprendizagens individuais.

A nova política pública educacional brasileira surgiu como um avanço para a educação nacional, porém veio acompanhada de vários problemas, e várias foram as críticas. O primeiro problema a ser considerado foi a centralização da nova Lei na União, órgão máximo detentor dos conhecimentos, com a qual fica com a responsabilidade de coordenar e articular nacionalmente a educação Brasileira, além de definir as diretrizes curriculares da educação básica. Desta forma, os estados e municípios ficaram totalmente dependentes da coordenação nacional e as definições de currículo muito centralizadas, apesar de a imensidão de diferença que há nas diversas regiões brasileiras.

Logo, o sentido de cooperação trazido pela nova Lei acabou dissonando da prática, pois o que ocorreu entre governo federal, estados e municípios não foi bem uma cooperação, e sim uma subordinação, pois na verdade, como tudo ficou centralizado no governo federal, e os estados, municípios deviam apenas cumprir as ações determinadas pela União.

Outro ponto muito discutido e criticado na nova LDB foi a omissão da legislação quanto ao número de alunos por turma. Isto porque como não define de forma clara quantos alunos devem ter por turma nos diversos níveis de ensino. Essa omissão acabou gerando superlotação

nas salas de aula, impossibilitando um ensino de qualidade, em virtude de o professor não conseguir dar uma atenção adequada aos educandos.

A LDB 9394/96 também discutiu alguns pontos sobre a valorização profissional, e aí surgiram muitas controvérsias, pois apesar de estabelecer um piso salarial para professores, não disse de onde deveriam vir os recursos para a educação, logo as prefeituras acabaram não respeitando o piso salarial, pela falta de recursos para a manutenção desse piso.

Um projeto que trata sobre recursos para a educação vindo dos royalties do petróleo foi sancionado pela presidente Dilma Russef no mês de setembro de 2013 e prevê 75% dos recursos para a educação e 25 % para a saúde.

A presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou sem vetos nesta segunda-feira (9/09/13), no Palácio do Planalto, o texto do projeto que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para educação. O documento determina ainda que 25% dos royalties devem ser usados para a pasta de saúde. A saúde pública deve receber R\$ 83 bilhões em recursos ainda em 2013. O projeto foi aprovado na Câmara em 14 de agosto, depois de ter sido votado no Senado. O texto assinado pela presidenta é o mesmo aprovado nesta data pelo Congresso Nacional. Os recursos serão aplicados progressivamente - 75% dos valores para a educação e 25% para a saúde. O primeiro repasse, de R\$ 770 milhões, deverá ser feito ainda em 2013; chegando a R\$ 19,96 bilhões, em 2022; e ao total de R\$ 112,25 bilhões, em dez anos. (BRASIL, 2013c)

Esperamos que esses recursos possam trazer grandes ganhos para a educação e que possam realmente serem investidos para a melhoria da educação em todo o território Nacional, sendo que entrarão a curto, médio e longo prazo.

Ainda em relação à valorização profissional, um ponto que trouxe realmente ganhos para os professores se refere à educação continuada, pois a nova Lei 9394/96 estabelece o direito ao licenciamento periódico para que os profissionais possam continuar suas qualificações, aprimorando assim o exercício profissional. E trazendo para o contexto da educação sexual, a educação continuada é uma estratégia muito viável para a implementação do tema.

Uma das novas estratégias da LDB foi a criação dos PCN, nos conteúdos curriculares, com a inclusão de temas transversais, entre eles a orientação sexual. Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi lançada uma versão ainda preliminar do documento, com o objetivo de reformar a educação brasileira, com a construção de uma base comum nacional, o documento foi muito criticado na época por falta de uma ampla discussão entre as bases.

Furlani (2008, p.66) comenta que “nesse cenário, o projeto de inclusão, nos currículos escolares, de temas como a sexualidade (por exemplo), é decorrente de inúmeras demandas, além da determinação governamental”. Para que haja uma melhor reflexão e compreensão sobre essas políticas públicas para a educação que influenciaram diretamente o contexto da temática estudada, serão aprofundadas a seguir no próximo tópico.

1.3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais e Seus Temas Transversais

Os PCN têm sido motivo de muita discussão entre os educadores e estudiosos do meio acadêmico. É sempre difícil chegar a um acordo em relação aos padrões propostos ao ensino, tendo em vista a diversidade cultural e, principalmente, a necessidade social, sendo que este consenso seria importante para definir novas possibilidades para educação brasileira, que é tão carente destas políticas.

Nesse documento pode-se encontrar explicitamente o pensamento vigente acerca de como deveria ser a educação no país, uma vez que:

Os PCN Constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (BRASIL, 2001, p. 13)

Saviani (1996), opondo-se à concepção de Currículo Mínimo, prevê a definição de elementos básicos comuns, a partir de ampla discussão, com a participação, e elaboração conjunta, de todos os interessados no assunto, por intermédio de suas organizações.

A partir disso, as escolas passaram a contar com uma proposta teoricamente inovadora em termos educativos, pelo fato de os PCN apresentarem grande utilidade não só para implantação dos conteúdos de Sexualidade e Saúde Reprodutiva, mas também na discussão de princípios democráticos como a dignidade da pessoa, a igualdade de direitos, a participação e a corresponsabilidade social.

Convém destacar que na época, não se chegou a fazer ampla discussão desses princípios no âmbito das Universidades esse debate para a construção dessa base que se pretendia instalar na

educação nacional, devido as pressões externas, e o MEC tinha pressa na elaboração e aprovação desses PCN que Segundo Cunha (1995, p. 60-61):

A insuficiência dos prazos para que os docentes-pesquisadores, a quem foi solicitado parecer remunerado pelo MEC, emitissem suas opiniões sobre os PCNs. A “pressa” do MEC em elaborar os PCNs, teria feito com que fosse atropelada a pesquisa encomendada pelo MEC à Fundação Carlos Chagas sobre as Propostas Curriculares Oficiais, produzidas por estados e municípios desde 1982. Outra observação é quanto à marginalização das universidades na elaboração dos PCNs.

Mesmo com toda essa repercussão, o resultado desse trabalho se materializou nos PCN, que é um documento que têm como meta oferecer a proposta ministerial para a construção de uma base comum nacional para o Ensino Fundamental brasileiro e ser uma orientação para que as escolas formulem seus currículos, levando em conta suas próprias realidades, tendo como objetivo do ensino de 1ª a 8ª série a formação para uma cidadania democrática. Assim,

Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas. (BRASIL, 1997b, p. 14)

Os PCN de 1ª a 4ª séries e de 5ª a 8ª séries, foram publicados em 1997 e 1998 respectivamente, sendo que esses documentos pretendiam oferecer a proposta ministerial para a construção de uma base comum nacional para o ensino fundamental brasileiro e ser uma orientação para que as escolas formulem seus currículos, levando em conta suas próprias realidades, tendo como objetivo do ensino de 1ª a 8ª série a formação para uma cidadania democrática.

A primeira parte dos PCNs é voltada para a 1ª a 4ª série e é subdividida em dez volumes. O Volume 1 introduz os PCN e os demais exploram as áreas específicas como o volume 2 que trata do conteúdo de Língua Portuguesa, o volume 3 da Matemática, volume 4 das Ciências Naturais, volume 5 da História e Geografia, volume 6 da Arte, volume 7 da Educação Física, o

volume 8 apresenta os temas transversais, volume 9 Meio Ambiente e saúde e volume 10 Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Já a segunda parte dos PCN contempla de 5ª a 8ª séries e segue mais ou menos o mesmo caminho da primeira parte, com o volume 1 que introduz os PCN, e os demais exploram as áreas específicas como o volume 2 que explora a língua portuguesa, o volume 3 a matemática, volume 4 as ciências naturais, volume 5 história, volume 6 geografia, volume 7 arte, volume 8 educação física, volume 9 língua estrangeira e o volume 10 que são os temas transversais, aparecem subdivididos em 5 partes, 10.1 que apresenta os temas transversais, 10.2 pluralidade cultural, 10.3 meio ambiente, 10.4 saúde e 10.5 trata sobre a orientação sexual, que é o tópico que iremos aprofundar a discussão durante o estudo.

Dentro dos Parâmetros Curriculares aparecem os temas transversais que, apesar de não serem temas novos, aparecem como elementos a serem incorporados e articulados às áreas já existentes. Daí, a necessidade de uma articulação transversal, ou seja, não são disciplinas específicas, e sim temáticas que deveriam perpassar nas diversas disciplinas, na medida em que a sua complexidade impede o tratamento dentro de uma disciplina específica, ao mesmo tempo em que têm relações com todas elas. Esses conjuntos de temas transversais são: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual.

Os temas transversais eram uma preocupação das entidades do ensino para inserir questões relacionadas à ética, à cidadania, à sexualidade e ao meio ambiente entre outros, temas que entrariam no contexto das diversas disciplinas do currículo. Nesse sentido Nunes e Silva (2006, p. 63) comentam que;

Os temas transversais são conteúdos de valor formativo que perpassam as disciplinas curriculares de maneira a articular entre si conteúdos e atitudes e ampliar os conhecimentos advindos dos conteúdos trabalhados a partir do currículo escolar. Nas melhores medidas a intenção é que estes temas se transformem no eixo das áreas temáticas das disciplinas, fazendo com que os programas de estudo tenham como princípios fundamentais a contemplação de macros objetivos sociais da cidadania.

De um modo geral, o objetivo dos temas transversais não é se transformarem em disciplinas, e sim colaborarem com as disciplinas existente para uma melhor formação integral de crianças e dos adolescentes.

Os temas transversais são urgentes para a sociedade brasileira contemporânea e que devem ter na escola um espaço que garanta a sua compreensão e a construção de ações que contribuam para promover a cidadania e a superação da desigualdade social. Esses temas foram escolhidos em função de sua urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, possibilidade de favorecer a compreensão da realidade e a participação social:

(...) por serem questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações microsociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões. (BRASIL, 1998, p. 26)

Nesse sentido, a articulação com todas as disciplinas e com a vivência do aluno deve objetivar proporcionar um aprendizado mais integrado e eficiente, como resultado uma maior autonomia moral e intelectual desse aluno.

Dessa forma, a escola ganha um novo sentido, passando de um mero espaço de acesso à informações para um espaço de formação socialmente relevante, onde o conhecimento é construído e reconstruído a todo momento. Em síntese, os temas transversais são apresentados como assuntos que devem permear as diferentes disciplinas, ao longo dos diversos ciclos e séries.

Assim, a orientação sexual aparece dentro dessa necessidade social e incorporada nos PCNs de forma transversal, variando a sua forma de exploração e profundidade conforme o nível intelectual do educando, tendo como objetivo impregnar o tema dentro do ensino e nas diversas áreas do conhecimento.

A fim de atingir os objetivos propostos pelos PCNs, o tema transversal da orientação sexual deve impregnar toda a área educativa do ensino fundamental e ser tratado por diversas áreas do conhecimento. O trabalho de orientação sexual deve, portanto, ocorrer de duas formas: dentro da programação, através de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e como extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. Este tema deve ser tratado ao longo de todos os ciclos de escolarização, todavia, “a partir da quinta série, além da transversalização (...), a Orientação Sexual comporta também uma sistematização e um espaço específico”. Isso indica uma intensificação dos trabalhos de orientação sexual na escola a partir deste ciclo (ALTMANN, 2001, p.580).

Segundo Brasil (2000a) a orientação dada para a exploração da temática Orientação Sexual na escola, no primeiro ciclo de 1º ciclo, seria explorar as questões trazidas pelos alunos, pois todas as curiosidades são importantes serem contempladas nas discussões, assim como reflexões sobre preconceitos, comportamentos, diferenças entre meninos e meninas etc. Os blocos de conteúdos devem conter o corpo sendo a matriz da sexualidade, além das Relações de Gênero e Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. Os conteúdos devem ser flexíveis e abranger as necessidades específicas dos alunos.

Mesmo sem uma obrigatoriedade em executar esta proposta de orientação sexual as escolas são orientadas a fazê-la, com o subsídio de formar cidadãos para a vida, e sem dúvida trata-se de um importante tema na formação do ser humano, haja vista que toda a vida desse sujeito para pôr essas questões, e o apoio da escola nessas discussões, trará benefícios importantes para esses educandos. A proposta visa explorar três eixos: o corpo humano, relações de gênero e doenças sexualmente transmissíveis.

A abordagem do corpo como matriz da sexualidade tem como objetivo propiciar aos alunos conhecimento e respeito ao próprio corpo e noções sobre os cuidados que necessitam dos serviços de saúde. A discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis. O trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS possibilita oferecer informações científicas e atualizadas sobre as formas de prevenção das doenças. Deve também combater a discriminação que atinge portadores do HIV e doentes de AIDS de forma a contribuir para a adoção de condutas preventivas por parte dos jovens. (BRASIL, 1997b, p. 24)

Essa citação justifica a necessidade da época e da realidade atual, em que a situação de vulnerabilidade da população jovem é amplamente conhecida e, por essa razão, carente de ações preventivas mais eficazes. Nesta proposta, a sexualidade é tratada como algo que faz parte da vida e da saúde, e que se expressa do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade, além de englobar as relações entre homens e mulheres, o respeito a si mesmo, ao outro e às diferentes crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática:

A Orientação Sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Eles dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres tomem decisões sobre sua fertilidade, saúde reprodutora e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários para implementar suas decisões. (BRASIL, 1998, p. 293)

Muitas experiências têm apontado a necessidade de que tais questões sejam trabalhada de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada e não como áreas ou disciplinas específicas. Esse tema pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos que ainda existem no contexto sociocultural brasileiro e que, de alguma maneira, dificultam o exercício da cidadania.

O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. Tal postura deve inclusive auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como uma vivência pessoal. Apenas os alunos que demandem atenção e intervenção individuais devem ser atendidos separadamente do grupo pelo professor ou orientador na escola e, dentro desse âmbito, poderá ser discutido um possível encaminhamento para atendimento especializado. (BRASIL, 1998, p. 83)

Com a sobrecarga de informações sexuais principalmente da mídia, a orientação sexual vem com uma proposta de complementar de forma sistemática, a educação sexual que ocorre no seio familiar, preenchendo e complementando esses espaços com uma orientação sexual pedagogicamente organizada, dando a criança e ao adolescente a possibilidade de se desenvolver mais nesta área.

Assim, propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade, com as crianças e os jovens. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança já possui e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar

informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus. (BRASIL, 1998, p. 83)

Esta proposta de trabalho foi apontada como a mais adequada para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, onde homens e mulheres tenham direito a uma melhor qualidade de vida e que todos os seus direitos, inclusive os reprodutivos, sejam respeitados, sendo que o educador tem uma função fundamental nesse processo.

Com essa nova roupagem para a educação e para os PCNs, o papel do educador ganha um destaque maior, sendo que este educador precisa ter uma formação mais aprofundada sobre os diversos temas que trata os PCNs. Isto porque não será mais somente professor de português ou matemática, deve fazer uma reflexão muito maior do que discutir somente a disciplina específica, e para isso a escola tem que ter essa base de apoio desenvolvendo de forma contínua a temática e as políticas públicas devem acompanhar essa evolução, incluindo esse debate tanto na graduação, quanto nos cursos de formação continuada.

É o professor quem irá operacionalizar no cotidiano da sala de aula a orientação sexual, e sobre quem recai uma gama de responsabilidades, responsabilidades estas que, inexoravelmente, perpassam pelo sucesso e/ou insucesso da educação escolar nos rumos do desenvolvimento do país, para uma sociedade economicamente moderna e socialmente democrática.

O educador deve ter uma postura diferenciada, estabelecer um clima de confiança, devendo se despir de valores e preconceitos e permitir com que deixe fluir a temática em sala de aula, mas para isso esse educador deve ser formado e capacitado para estas questões específicas.

O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual. (BRASIL, 1998, p. 84)

É necessário destacar que o simples fato de incluir a sexualidade dentro dos temas transversais nos currículos escolares não dá garantias de que o tema realmente seja explorado como deveria dentro de sala de aula, pois é necessário que os cursos de formação estejam em consonância com o que diz os PCNs. Isto principalmente na formação de docentes voltadas para os temas transversais, em destaque a sexualidade, pois universidades e faculdades são a base de formação docente e não há como discutir a discussão da sexualidade no currículo sem discutir a formação docente.

Salientamos aqui que a inclusão do tema sexualidade no currículo escolar a partir da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais por um lado, constituiu-se como uma conquista diante das inúmeras dificuldades de implantação dessa temática na escola ao longo da história. No entanto, o fato de constar no currículo escolar não é garantia de que o assunto será abordado e, menos ainda, que será abordado de maneira problematizadora, possibilitando questionamentos, diferentes posicionamentos e participação crítica dos alunos. (REIS, 2009, p. 50)

Essa não garantia da inclusão do tema tem a ver com os fatores inclusos nesse processo, e a formação é um deles. A curto, médio e longo prazo, essas temáticas transversais, especialmente a orientação sexual, deveria ser trabalhado dentro do sistema de formação docente, nas universidades, com o objetivo de preparar melhor esses docentes, para ter segurança em desenvolver essas temáticas específicas em sala de aula, pois o professor tem um papel fundamental nesse processo.

Percebemos que o tema transversal orientação sexual é a temática que foi incluída transversalmente no currículo, porém o docente não foi incluído dentro dessa formação para se trabalhar a sexualidade e a orientação sexual.

Na prática profissional percebemos que os docentes das diversas disciplinas muitas vezes acabam repassando suas experiências pessoais, experiências essas limitadas, o que acabam sendo incluídos também todos os seus tabus e crenças, devido as suas muitas limitações técnicas sobre a temática. Essas limitações acabam sendo um grande bloqueio para o repasse de uma forma técnica e correta os conteúdos voltados para a temática, o que termina por levar a responsabilidade para o professor de biologia, que tem o conteúdo técnico mais aprofundado.

É necessário ressaltar que o tema sexualidade é complexo e difícil de ser tratado em sala de aula e que as concepções pessoais e a história da sexualidade do sujeito influencia muito

quando se trata do tema, sendo um fator que dificulta ou pelo menos interfere no processo de ensino aprendizagem da educação sexual.

Diante dessas situações, vários questionamentos nortearam nossa tese: passados dezesseis anos da inclusão dos PCNs e dos temas transversais dentro das escolas Amapaenses, até que ponto evoluímos com este trabalho? Será que os professores das diversas áreas de ensino estão conseguindo articular a temática transversalmente? Como sua formação profissional tem influenciado positivamente ou negativamente no trabalho de forma transversal do tema? E de que forma esse docente vê a importância da temática dentro do conteúdo escolar? São muitos os questionamentos ainda, e poucas são as respostas. O que sabemos é que no decorrer desses anos passados a criação dos PCNs, que pouco tem sido feito para dar apoio aos professores nessa complicada missão. Reis comunga nestas discussões, explicitando que:

Todavia, decorridos dez anos da implantação dos temas transversais dos PCNs, observamos que pouco foi realizado no sentido de dar suporte aos professores para desenvolver um bom trabalho de orientação sexual na escola. O que vemos, na verdade, são iniciativas isoladas de escolas e professores, para implantar projetos que contemplam essa temática. Sabemos, no entanto, que, por maior boa vontade que tenham os professores, deparamo-nos constantemente com excelentes projetos que não têm continuidade por falta de condições de viabilização do planejado, seja por questões de metodologia inadequada ou por falta de suporte teórico para o trabalho cotidiano com o tema. (REIS, 2009, p. 52).

Essa falta de continuidade nos projetos e a falta de sustentabilidade da temática em sala de aula, motiva a busca por respostas para essa falta de continuidade, ajudando a conhecer a problemática e principalmente a dificuldades que esses professores passam na tentativa de explanar transversalmente em suas disciplinas a temática de estudo. No Estado do Amapá, com todas suas dificuldades já citadas, esse processo é ainda mais difícil.

1.4 Políticas Públicas de Saúde Para Educação Sexual

O processo de gestão é um dos grandes entraves nos serviços públicos de um modo geral, tanto a educação como a saúde e outros serviços sofrem muito com o problema de falta e mudança de gestão. Para a implantação e execução de serviços, são feitos planejamentos e treinamentos, mas quando mudam os gestores todo esse trabalho pode ser perdido. As políticas

públicas existem, mas o sistema não consegue implementá-la e mantê-la de uma forma sustentável.

Os serviços de saúde e educação sofrem uma influência direta desse processo político que acontece nos serviços, mudanças de gestões são sempre acompanhadas de parada de serviços já implantados por falta de sustentabilidade, dando muitas vezes a percepção de ter dado “um passo para frente e dois para trás”. No estado do Amapá existem muitos exemplos dessas descontinuidades de projetos e programas, cada mudança de gestão é um recomeço.

Diante desse contexto, algumas políticas públicas de saúde foram criadas em nível nacional para dar suporte as escolas na atenção à saúde dos educandos, integrando assim a saúde com a educação. Algumas dessas políticas foram criadas ainda nos anos 1980, como o Programa Nacional de Saúde na Escola (PNSE), programa criado em 1984 pelo governo federal cujo objetivo era o atendimento das necessidades de saúde da população escolar, principalmente no que se refere à identificação e correção precoce das dificuldades visual e auditiva dos alunos. O atendimento abrange as escolas das redes de ensino estadual e municipal, em municípios brasileiros com mais de 40 mil habitantes, de acordo com a contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PNSE foi reformulado em 1995.

Já nos anos 1990, damos destaque para a criação do PROSAD, programa criado para dar assistência aos adolescentes com um atendimento de saúde específicos para essa faixa etária dentro da atenção básica. O programa deveria trabalhar o adolescentes em todos os seus aspectos. De acordo com esse programa:

O Ministério da Saúde define objetivos, diretrizes e estratégias para o Programa "Saúde do Adolescente" (PROSAD) que tem a finalidade de promover, integrar, apoiar e incentivar práticas nos locais onde será feita a implantação e onde essas atividades já vem sendo desenvolvidas, seja nos estados, municípios, universidades, organizações não-governamentais e outras instituições. Deve interagir com outros setores no sentido da promoção da saúde, da identificação dos grupos de risco, detecção precoce dos agravos, tratamento adequado e reabilitação dos indivíduos dessa faixa etária, sempre de forma integral, multisetorial e interdisciplinar. (BRASIL, 1996b, p. 06)

No Amapá, o programa chegou a ser criado e implementado na década de 1990, e teve uma UBS como atendimento de referência ao adolescente, quando chegou a funcionar tinha

muitas limitações principalmente na oferta de métodos contraceptivos específicos para os adolescentes, durou pouco tempo e o serviço foi interrompido, não tendo sustentabilidade dentro da atenção básica de saúde.

Essa política pública veio tentar preencher a lacuna que existia na atenção ao adolescentes pelos serviços públicos de saúde, mas no estado do Amapá, esse programa não conseguiu desenvolver e atender essa camada da população que é carente de um atendimento específico para faixa etária. Então, apesar de existirem políticas públicas de atendimento à saúde dos adolescentes, esses atendimentos específicos geralmente não ocorrem, deixando os adolescentes sem esse amparo por parte dos serviços de saúde. Gubert comenta que:

Diante da atual política de atenção à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, a maioria dos serviços de saúde, destacando a atenção primária à saúde, não possuem ações voltadas especificamente para essa população, particularmente na abordagem da sexualidade numa perspectiva ampliada, que considere a orientação sexual, as questões de gênero, vulnerabilidades e não meramente a esfera biológica/reprodutiva. (GUBERT, 2009, p. 266)

Políticas públicas são criadas a nível central, investimentos são feitos em capacitações de gestores e pessoais, porém as ações não chegam onde deveriam chegar, deixando os menos favorecidos e vulneráveis desamparados de um serviço público de saúde para atender suas necessidades sexuais e reprodutivas.

Outra política criada em 2003 pelo Governo Federal para dar suporte a saúde do escolar foi o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). O Programa Saúde na Escola (SPE), tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. A proposta do projeto é realizar ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, articulando os setores de saúde e de educação. Com isso, espera-se contribuir para a redução da infecção pelo HIV/DST e dos índices de evasão escolar causada pela gravidez na adolescência (ou juvenil), na população de 10 a 24 anos.

O objetivo central do SPE é a promoção da saúde sexual e reprodutiva, visando reduzir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens às DSTs, à infecção pelo HIV e a gravidez, por meio de ações nas escolas e nas unidades básicas de saúde. Construir espaços de diálogo entre adolescentes, professores, profissionais de

saúde e comunidade é um importante dispositivo para construir resposta social com vistas à superação das relações de vulnerabilidade entre adolescentes (FONSECA; GOMES; TEIXEIRA, 2010, p.332).

As secretarias da Saúde dos Estados, implementaram as ações de saúde nas escolas, promovendo a prevenção principalmente de DSTs e AIDS. No Amapá foi através desse programa que estimulou várias escolas do Estado a desenvolver projetos voltados para temas sexuais, porém sem sustentabilidade, o programa aos poucos e com mudanças de gestores foi perdendo forças.

Em 2007, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286, uma nova estratégia de saúde para integrar a saúde e a educação, o PSE; apesar de conter as mesmas letras do programa anterior, só que de um modo invertido, o PSE aparece como uma estratégia política, que tem entre os principais objetivos promover a saúde e a cultura de paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde e fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar.

Essa parceria entre os setores saúde de Educação visa a construção de um território mais saudável, de uma comunidade mais saudável, de uma escola mais saudável, fortalecendo as múltiplas instâncias de controle social e o compromisso da comunidade para agir em defesa da vida. Assim, ratificam-se os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Atenção Básica, na qual as equipes de Saúde da Família assumem o protagonismo e a responsabilidade pela coordenação do cuidado dos escolares, além do desafio de um processo de trabalho que considere a integralidade das ações, o cuidado longitudinal e o acesso dos escolares às ações específicas do Programa Saúde na Escola, considerando suas diretrizes e prioridades em cooperação com os profissionais da educação (BRASIL, 2009).

Esse programa visa levar até as escolas os profissionais de saúde, para trabalhar os diversos temas que envolvem a saúde do escolar entre eles os temas sobre a sexualidade como a anticoncepção, DSTs entre outros. Em outras palavras, leva a estratégia saúde da família (ESF) para o contexto escolar.

Pesquisando a teoria do programa, percebemos que é uma proposta muito interessante, porém quando comparamos com a prática observamos grandes entraves na sua aplicação. Um dos problemas que observamos, é a questão do número de profissionais e suas sobrecargas de trabalho, com um programa novo, aumenta a demanda para essas equipes, e aquele trabalho que

já é sobrecarregado para esses profissionais da saúde, fica ainda mais sobrecarregado, não aumentando o número de profissionais, o que limita a sua implementação.

No Amapá, o planejamento para execução do programa nas escolas iniciou em 2007, para o qual foi escolhido representantes para desenvolver o programa, sendo esses representantes da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e da Secretaria de Educação. Mesmo se passado sete anos, o PSE ainda não tem uma sustentabilidade do contexto escolar, ou seja, ainda não é uma realidade em nosso estado as equipes do Programa Saúde da Família (PSF) trabalhando dentro das escolas as questões de saúde principalmente a sexualidade.

Dessa forma, o programa que ainda vem realizando algum tipo de ação nas escolas voltadas para a sexualidade é o SPE (Saúde e Prevenção nas Escolas) que já vinha trabalhando principalmente a prevenção de DSTs e AIDS no contexto escolar. Com ações pontuais em algumas escolas, o projeto teve algum retorno, mas com as mudanças políticas de gestores o programa atualmente também está caminhando lentamente, com algumas capacitações agendadas para o segundo semestre de 2013.

Conhecendo o Programa de Saúde na Escola no Estado do Amapá, percebemos as dificuldades que o mesmo atravessa, pois a ausência efetiva do PSE e as ações são conduzidas pelo SPE, que é o programa mais antigo nas escolas voltadas principalmente para a prevenção, mas sem os profissionais de saúde proposto pelo PSE. O PSE é uma proposta mais antiga, um pouco mais fortalecida dentro das escolas, mais ainda com ações isoladas e pontuais.

Sempre que muda de governo e gestores, muda também a equipe que trabalha os programas tanto em nível de secretarias como a nível de escolas, aí tudo que tinha sido feito é desfeito, e recomeça do zero. Ou seja, não existe um planejamento que dê sustentabilidade a esses programas dentro da escola, independente de quem ocupar aquele cargo, não há continuidade.

De um modo geral, percebemos que a elaboração dessas políticas, nem sempre conseguem atingir os objetivos propostos e no Amapá não tem sido diferente, muitas dificuldades tem atrapalhado esse processo e os adolescentes ainda continuam órfãos de programas de saúde que possam subsidiar suas buscas por uma melhor qualidade de vida.

A saúde e a educação estão diretamente ligadas e deveriam trilhar nos mesmos caminhos quando o assunto é ligado a sexualidade de crianças e adolescentes, esses dois pilares são indispensáveis para a sobrevivência dos seres humanos, suas construções são uma constante, e

essa integração em sala de aula entre profissionais da saúde e educação só tem a engrandecer e fortalecer o trabalho voltado para a educação sexual.

2 A SEXUALIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Neste capítulo, serão apontadas as origens das discussões sobre a sexualidade, principalmente no contexto escolar, conceitos e concepções de sexualidade, orientação sexual e educação sexual, o posicionamento dos principais autores que investigam o tema no Brasil, bem como fazer a diferenciação entre orientação sexual e educação sexual.

2.1 A Sexualidade e a Escola

A sexualidade humana é uma construção social e histórica que se dá segundo padrões e injunções sociais, culturais, políticas. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), 1975, apud Silva (2002);

A sexualidade humana forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito, e não se limita à presença ou orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isto. É energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e integrações e portanto a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como direito humano básico (OMS, 1975, apud SILVA, 2002, p.35).

A sexualidade tem sido tema de discussão ao longo dos séculos, principalmente devido às doenças advindas do contato sexual e a posicionamentos divergentes quanto à abordagem do assunto, gerando uma série de concepções, comportamentos, preconceitos e estereótipos. Discutir sexualidade implica em incitar debates na sociedade envolvendo as identidades das pessoas e suas práticas sexuais.

A sexualidade, não há como negar, é mais do que uma questão pessoal e privada, ela se constitui num campo político, discutido e disputado. Na atribuição do que é certo ou errado, normal ou patológico, aceitável ou inadmissível está implícito um amplo exercício de poder que, socialmente, discrimina, separa e classifica. (LOURO, 2000, p.86).

Nesse sentido, a noção de sexualidade entrelaça elementos da história dos indivíduos e dos grupos sociais, envolvendo valores construídos socialmente. Trata-se de um assunto presente no cotidiano devido a sua relação com valores, tabus, crenças, cultura e religião.

É importante fazer uma diferenciação entre sexo e sexualidade, pois muitas pessoas acabam caindo no erro de achar redundante, apesar da mesma raiz, seus significados são diferentes. Para Nunes e Silva (2006);

É possível entender sexo como a marca biológica, a caracterização genital e natural, constituída a partir da aquisição evolutiva da espécie humana como animal. Já a sexualidade é um conceito cultural, constituído pela qualidade, pela significação do sexo. Nesta definição somente a espécie humana ostentaria uma sexualidade, uma qualidade cultural e significativa do sexo (NUNES E SILVA, 2006, p.74).

Essa espécie humana dotada de sexualidade, passou por um processo de evolução ao longo dos tempos, e conforme as questões culturais de sua época, a sexualidade teve uma conotação diferente.

Nas épocas mais primitivas, mostra que apesar das dominações sexuais masculinas as mulheres também tinham uma participação ativa na sexualidade, e detinham um certo poder por isso, e prazer sexual apesar de não implícito já era reconhecido. Para Stearns (2010, p21);

Se por um lado existem alguns indícios da dominação sexual masculina, particularmente em um nível simbólico, por outro há sinais de que as primeiras sociedades as mulheres eram participantes ativas na sexualidade e detinham o próprio poder de barganha, e se os padrões sexuais das sociedades humanas eram de muitas maneiras menos restritivos do que as que surgiram posteriormente, e se havia o claro, se não implícito reconhecimento do prazer sexual, existiam também regras e definições definidas.

Por outro lado, nessas sociedades primitivas, o culto do corpo erótico também parecia presente, segundo as imagens que se tinha da época, apareciam mulheres obesas como símbolos do erotismo, o que se conclui que a obesidade era sinal de saúde, além das roupas com seus decotes, que deixavam a mostra seios e pelos pubianos como formas de erotização do corpo. Há também relatos do início do uso do batom nos lábios femininos para parecer com a genitália feminina, ou seja todos esses artifícios já eram usados nas sociedades primitivas como formas eróticas de ver a sexualidade.

As imagens femininas eram bastante gordas, e supõe-se que essa obesidade era vista como atributo erótico, porque significava boa saúde e capacidade de ter filhos. As roupas femininas também salientavam aspectos sexuais, exibindo seios ou decotes e às vezes com fendas que deixavam à mostra os pelos pubianos. Acredita-se que a oca datada de 70 mil anos encontrada ao largo das costas da África do Sul seja resquíio de batom, usado com intento de que a boca da mulher ficasse mais parecida com uma vagina, em sinal da disponibilidade sexual. (STEARNS, 2010, p. 23)

Já as figuras masculinas tinham muito aparato voltados para a sexualidade fálica, misturando animais inclusive nas imagens de símbolo do potencial masculino. “Uma famosa gravura encontrada na França retrata uma leoa lambendo um enorme pênis humano, e outras representações mostram com clareza a dominância do falo” (STEARNS 2010, p. 24).

O interesse pelo controle da natalidade também já se observava nessas comunidades mais primitivas, e o tipo de método dependia muito das crenças e condições locais de cada comunidade. “Os gregos antigos inseriam na vagina a metade de um limão, como medida contraceptiva- uma espécie de espermicida natural, com a mesma finalidade os egípcios usavam incremento de crocodilo, já as comunidades indianas desenvolveram interesses por ervas para contracepção” (Ibid).

Nas sociedades agrícolas começaram a desenvolver regras para o comportamento sexual, formulado geralmente pela religião.

Tanto os primeiros códigos legais como as primeiras formulações religiosas enfatizavam a importância da fidelidade sexual feminina, já na Mesopotâmia, em 1700 a.c foi elaborado a primeira compilação legal, serviu para regular a sexualidade, os homens poderiam manter concubinas amantes, enquanto as esposas não tivessem filhos (Ibid, p.39).

A preocupação com a regulação das regras sexuais variavam com o decorrer do tempo, mas sempre tinha a religião como instituição reguladora, onde a monogamia e poligamia iam sendo regradas no contexto de cada sociedade.

A sexualidade sempre teve uma relação oposta com a religião e conceitos morais, desde os tempos mais antigos a religião sempre tentou moldar os comportamentos sexuais, tendo um impacto decisivo sobre esses comportamentos.

A masturbação é outro tema que sempre veio acompanhado de muitas controvérsias, na Grécia por exemplo no período clássico, era visto como uma válvula de escape para homens que não tinham atividade sexual, mas desaprovavam a masturbação feminina, a mulher participava apenas da reprodução, devendo ser fiel. (Ibid, p. 57).

Na Idade Média, o discurso sobre sexo se concentrava na Igreja e em seus representantes oficiais, que tinham uma preocupação moral com o que podia ser considerado lícito ou ilícito na esfera do comportamento sexual. Já a partir da Idade Moderna a Igreja Católica dividia com as Igrejas Protestantes a influência que era exercida junto ao povo no tocante ao modo de se comportar e como seguir os ensinamentos cristãos e a impressão de manuais de aconselhamento sexual foi bastante comum desde a invenção da imprensa, por Gutenberg, particularmente no século XVIII. (PORTER, 1998, apud REIS 2006, p.11)

Já o homossexualismo, outro tema polêmico dentro do contexto sexual, na Grécia antiga por exemplo, o homossexualismo era aceito para a inicialização dos jovens, onde seus mestres (geralmente homens casados) praticavam com eles, e eram também uma válvula de escape. Eles os ensinavam os assuntos sexuais, muitas vezes com o incentivo dos pais.

Nos períodos mais recentes, compreendido entre o século XVII e XVIII, o período escravagista, a exploração sexual das escravas era uma prática comum entre os escravocratas, geralmente acompanhado de violências, e para as escravas tinham que aceitar de bom grado como uma possibilidade para ter melhor condições de vida e até uma possível liberdade. (Ibid, p. 125)

No período entre 1750 e 1950, foram introduzidos métodos contraceptivos para controles de natalidade, dispositivos esses que ao longo dos anos separavam as questões prazer/procriação. Médicos do período também questionam padrões de comportamentos morais e sexuais. Nesse mesmo período ocorreu a primeira revolução sexual. Esse período marcado pelo imperialismo, tiveram significativo impactos nos comportamentos e valores sexuais.

Já no período da globalização compreendida entre os séculos XX e XXI, a sexualidade se torna mais aberta, e há um crescimento no quadro de religiões, onde cada uma delas formula seus códigos morais/religiosos. Stearns (2010, p.19) afirma que:

O advento das grandes religiões teve impacto decisivo sobre a sexualidade, em alguns propiciando novas justificativas e normas para padrões já estabelecidos, e

em outras instâncias introduzindo consideráveis mudanças- por exemplo, nas maneiras de encarar a homossexualidade.

A igreja sempre esteve presente e sempre influenciou os padrões de comportamentos sexuais, algumas delas até com cartilhas dizendo o que poderia e o que não poderia ser feito durante os atos sexuais, estes modelos religiosos do exercício da sexualidade ainda sofrem influência da religião inclusive nos dias atuais.

Na pesquisa de Pais (1985) fica claro essa influência que as igrejas exercem sobre seus fiéis quando o assunto é sexualidade, pois ainda hoje as igrejas impõem muitas limitações nos comportamentos sexuais das pessoas, a moral acima de tudo e o sexo é visto apenas como forma de reprodução.

No que toca às relações sexuais, os jovens católicos praticantes, embora não ocultando uma certa vulnerabilidade à tentação do sexo, mantêm-se mais fiéis à castidade do que os restantes jovens. Com efeito, enquanto apenas 54,3% dos jovens católicos do sexo masculino tiveram alguma vez relações sexuais, mais de 70% dos jovens católicos não praticantes e mais de 80% dos ateus tiveram essa experiência. Quanto às jovens raparigas, apenas 22,1% das católicas praticantes perderam a sua virgindade — provavelmente as casadas —, enquanto 32,6% das jovens católicas não praticantes e 47,7% das que não professam qualquer religião experimentaram já o prazer do sexo (PAIS, 1985, p.377).

A força que a religião exerce na vida das pessoas, influencia seus comportamentos sexuais, inclusive no que se refere a utilização de métodos contraceptivos.

Como vemos, a atitude dos jovens em relação à sexualidade encontra-se fortemente condicionada pela sua atitude perante a religião. Pode mesmo dizer-se que o papel da religião como agente regulador da sexualidade é particularmente tenaz. Contudo, quando pensamos na influência coerciva que a religião pode exercer sobre a atitude dos jovens em relação à sexualidade, não podemos, na prática, estabelecer entre elas uma relação determinista. (Ibid)

Mas fora as concepções das igrejas, a sexualidade que domina o mundo contemporâneo é a sexualidade voltada principalmente para recreação e busca pelo prazer, aquela para fins procriativos ficaram, parte, em segundo plano, onde os comportamentos sexuais são moldados pelos meios de comunicação, principalmente pela televisão e internet, a sociedade passa a ter um padrão de comportamento sexual mais livre, o mercado de métodos contraceptivos aprofundou

suas pesquisas para métodos modernos, como pílulas, injeções, adesivos, dispositivos intrauterinos entre outros, tudo para facilitar e dar segurança nas relações sexuais.

A televisão e depois a internet, criaram possibilidades adicionais para a visualização e ampla disseminação do conteúdo sexual. A tecnologia de impressão, que passará por inovações, também teve papel importante, facilitando a chegada de uma nova série de revistas com conteúdo sexual, no cinema esse movimento sexual também foi forte, com cenas cada vez mais picantes, buscando sempre o prazer sexual. (PAIS, 1985, p.242)

A busca pelo prazer tomou espaço sobre a ênfase dada ao amor e casamento, sendo substituída pelo divertimento, o sexo sem culpa, defendido livremente temas como masturbação e homossexualismo. Os movimentos homossexuais ganharam o mundo, através dos movimentos gays, com muitas conquistas, entre essas conquistas o casamento gay, que em vários países já foi legalizado, inclusive no Brasil. Junto a esses avanços conquistados pelos movimentos gays, vieram também os movimento homofóbicos.

Com esse aumento na demanda sexual e da promiscuidade, vieram acompanhado o aparecimento de doenças sexualmente transmissíveis letais que até então não se tinha conhecimento, o aparecimento da AIDS e hepatite por exemplo deram uma nova configuração para essas discussões dentro da sociedade.

Temas como a monogamia voltaram a ser discutidos, inclusive dentro da relação homo afetiva, como uma forma de controlar essas doenças que se dissipava pelo mundo afora, e teve nos países mais pobres um grande número de vítimas. Com o aumento pela demanda nas discussões sexuais, a escola aparece como um espaço propício para as discussões.

De acordo com Louro (2008) não se deve afastar a escola da sexualidade. Para a autora, se a escola é uma instituição social ela está, obviamente, envolvida com as formas culturais e sociais de vivermos e constituirmos nossas identidades de gênero e nossas identidades sexuais.

É certo que a sexualidade humana figura como um dos temas mais inquietantes e, quase sempre, mais recusados no universo prático do educador. Entretanto, cada vez mais a escola tem sido convocada a enfrentar as transformações das práticas sexuais contemporâneas, principalmente na adolescência, uma vez que seus efeitos se fazem alardear no cotidiano escolar.

A escola é um local reconhecido pelo grupo social como transmissora de conhecimentos, habilidades e valores culturais, socialmente compartilhados. Ribeiro (1990, p.31) mostra que “a escola está sendo a instituição mais indicada pelas autoridades educacionais, pelos especialistas e

pela sociedade em geral como sendo o campo fértil e ideal para se dar trabalho a educação sexual”. Para Sayão (1997);

A escola também constitui num importante agente nesse campo. Não é apenas nas portas de banheiros, muros e carteiras que se inscreve a sexualidade no espaço escolar. Ela invade por completo essa “praia”. As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade. Ao não reconhecer essas múltiplas manifestações, é como se a escola realizasse o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. (SAYÃO, 1997, p. 112)

Na verdade, a escola precisa quebrar laços absolutos que a enche de tabus e mostrar a sexualidade como algo normal na vida das pessoas e que deve ser exercitada de forma responsável, considerando-se os cuidados que se deve ter. É necessário que a escola assuma seu papel de formar indivíduos para a vida, enfatizando a sexualidade de tal forma que os alunos se vejam como personagens principais das aulas.

Para Louro (1999) apud Furlani (2008, p.69) chama a atenção para a comum e equivocada forma com que os educadores(as) encaram a discussão da sexualidade. Muitos pensam que “[...] se deixarem de tratar desses problemas a sexualidade ficara fora da escola. Ou seja, o tema sexualidade está em todo momento em contato com essas crianças e adolescentes, seja no grupo de amigos, seja na TV, a escola não pode fechar olhos achando que se não falar da temática, deixará lá fora da escola esse problema”.

A escola tem seu papel fundamental para a reflexão do tema, não basta apenas passar conteúdos como funcionamento e anatomia do corpo, é necessário um aprofundamento das questões sexuais, fazer com que os alunos possam refletir, comportamentos e responsabilidades. Brasil (2000, p. 12) destaca que “cabe a escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto- referência por meio de reflexão”.

Nesse sentido, o que geralmente se vê nas escolas, são ações pontuais, projetos pontuais, que geralmente não tem uma continuidade, uma educação sexual tratada de maneira tímida, deixando o verdadeiro papel da escola, que é desestabilizar a verdade única, e fazer esse sujeito um ser livre através de reflexões. Essas interrupções ou espaços entre uma e outra ação sobre a temática no âmbito escolar promove muitas vezes desmotivação no grupo, pois os jovens

são envolvidos e bruscamente se interrompe o trabalho ou não tem continuidade. Sobre essa afirmação, Furlani (2008, p.68), cita que;

A interrupção ou suspensão desses momentos escolares, além de desmotivar as crianças e jovens, e lhes causar a sensação de fraude pedagógica (quer pela “incapacidade” docente, quer pela falta de incentivo ou apoio institucional, quer por receios em abordar o tema) pode dificultar a reflexão dos participantes, sobretudo quando se questiona a clássica crítica, tão comuns nesses trabalhos- “que não mudam comportamentos-“. Nesse sentido, entendo atividades pontuais não como “o” processo (em si) de educação sexual, mas como uma entre outras estratégias didáticas (FURLANI, 2008, p.68).

É importante a manutenção de discussões sexuais dentro da escola, para que a mesma possa ser esse ambiente de aprendizado para crianças e jovens, não basta apenas conteúdos tradicionais para que essas alunos cresçam, é preciso que temas polêmicos como a sexualidade possam adentrar definitivamente nesse contexto.

2.2 Orientação Sexual e Educação Sexual

2.2.1 Conceitos

A educação sexual e a orientação sexual, são terminologias muito conhecidas, usadas e, por vezes, confundidas, até mesmo por alguns estudiosos da área, pois ao investigarem a trajetória de abordagem da sexualidade na escola, detectaram a falta de padronização de uma terminologia básica e de uma posição teórica clara e objetiva desses conceitos.

A educação sexual é o conjunto de influências pedagógicas exercidas sobre crianças e adolescentes visando orientá-los sobre o sexo e assim favorecer lhes a formação de uma personalidade ajustada a uma concepção moral de vida. São tópicos de educação sexual, entre outros: parto, nascimento; maternidade e paternidade; características morfológicas e psicológicas de cada sexo; a puberdade e a afetividade; o ato sexual e a fecundação; conceitos de virgindade; a pornografia; a liberdade sexual e o amor livre; o matrimônio; relações sexuais pré e extraconjugais; mães solteiras e filhos naturais; prostituição masculina e feminina; doenças venéreas; profilaxia e tratamento; aborto e limitação da natalidade; a menopausa e o climatério (DUARTE, 1986, p. 61)

Já para Vitiello (2000, p.100), “a educação sexual deve promover a felicidade, preparando as pessoas para usarem de maneira responsável sua liberdade, sendo dessa forma um agente de promoção da felicidade individual e coletiva, estando dessa forma em serviço da sociedade”.

A educação sexual, tomada num sentido mais amplo, compreende todas as ações, diretas ou indiretas, deliberadas ou não, conscientes ou não, exercitadas sobre um indivíduo ao longo de seu desenvolvimento, que lhe permite situar-se em relação à sexualidade em geral e à sua vida sexual (WEREB, 1977, p.11 apud SILVA 2002 p. 28).

Educação Sexual se expressa através de um processo global, não intencional, e envolve toda a ação exercida sobre o indivíduo no seu cotidiano. Essa forma de intervenção é denominada, segundo alguns autores, como informal.

Para Vitiello(2000), a educação sexual pode ser sistemática e assistemática, a sistemática, é feita por professores, família, instituições sociais pois atuam de forma contínua e duradoura, já a assistemática, é aquela ocasional e espontânea, que ocorre com amigos, grupos etc.

Assim, a educação sexual é um processo contínuo de aprendizagem, onde a cultura, a família, a escola e as principais instituições sociais influenciam diretamente na forma de comportamento desses sujeitos sexuais.

Surgindo no seio familiar, tende a reproduzir nos jovens os padrões de moralidade de uma dada sociedade: Educação Sexual começa no útero da mãe e só termina com a morte. É um processo ininterrupto, e é através dela que vamos formando a nossa opinião, desfazendo-nos de coisas que ficaram superadas dentro de nós e, ao mesmo tempo, transformando nosso pensamento. (SUPLICY, 1993, p. 22-23).

A Educação Sexual diz respeito ao conjunto de valores transmitidos pela família e ambiente social, percorrendo toda a vida, com influências da cultura, da mídia (rádio, TV, revistas), dos amigos (as), da escola, e nos permite incorporar valores, símbolos, preconceitos e ideologias. Todos somos educadores sexuais, logo, todas as pessoas são educadas sexualmente, de alguma forma.

Vitiello (2000, p.97) comenta que:

O processo de educação é bastante amplo, abrangente e complexo, compreendendo uma série de fases. Dentro dessa amplitude, que

obrigatoriamente envolve o assumir uma série de atitudes, faz-se necessário que o educando também assuma comportamentos ligados à esfera da sexualidade, desempenhando um papel sexual. Educação Sexual seria, dentro desse amplo conceito, a parte do processo educativo especificamente voltada para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade (VITIELLO, 2000, p.97).

Por outro lado, a da Orientação sexual que é um processo de intervenção sistematizado, planejado e intencional, promovendo o espaço de acolhimento e reflexão das dúvidas, valores, atitudes, informações, posturas, contribuindo para a vivência da sexualidade de forma responsável e prazerosa.

Suplicy et al (1994) traz a seguinte definição:

O termo Orientação Sexual quando utilizado na área de educação, deriva do conceito pedagógico de Orientação Educacional, definindo-se como o processo de intervenção sistemático na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas. Pressupõe o fornecimento de informações sobre sexualidade e a organização de um espaço de reflexão e questionamentos sobre posturas, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais (SUPLICY et al, 1994, p.26).

O trabalho de Orientação Sexual, portanto, propõe-se a ampliar, diversificar e aprofundar a visão sobre a sexualidade, abordando os diferentes pontos de vista existentes na sociedade, incluindo as práticas sexuais ligadas ao afeto, ao prazer ao respeito e à própria sexualidade.

Para Silva (2002):

A Orientação Sexual é um processo de intervenção sistemático e contínuo, realizado na escola com o envolvimento de toda a comunidade escolar, assegurando ao aluno espaços necessários para receber uma informação clara e precisa, através de conceitos que o levem a construção do pensamento, à reflexão de valores, para chegar a uma ação autônoma e criativa. Adolescentes e jovens envolvidos nesse processo, cujos temas centrais são a sexualidade e cidadania, deverão se beneficiar de modo especial (SILVA, 2002, p.25).

Conhecimento que não se limita apenas a uma mera informação reprodutiva ou preventiva, pois a sexualidade tem uma dimensão histórica, cultural, ética e política que abrange todo o ser: corpo e espírito, razão e emoção, podendo se expressar de diversas formas: carícias, beijos, abraços, olhares. Assim, ela abrange o desenvolvimento sexual compreendido como:

saúde reprodutiva, relações de gênero, relações interpessoais, afetivas, imagem corporal e autoestima.

Neste trabalho, abordei as questões mais amplas da sexualidade, não só o processo metodológico, portanto o termo usado foi educação sexual, por ser mais amplo pelo fato de me permitir fazer as discussões mais abrangentes e reflexivas sobre a temática.

2.2.2 Histórico da Educação Sexual na Europa e Brasil

A educação sexual apesar de ter sido mais debatida e explorada no final do século XX, o tema não é novo no contexto escolar, principalmente na Europa, pois conforme Sayão (1997, p. 107), “na França já no século XVIII, a chamada educação sexual começou a preocupar educadores, coincidindo com o desenvolvimento de noções relativas a repressão das manifestações da sexualidade infantil, nesse período a preocupação era o combate a masturbação infantil”. Desse modo, a preocupação maior era desinformar e deseducar sexualmente as crianças.

No século XIX, é retomado essas discussões, foram retomadas com a preocupação sobre as doenças venéreas, degenerescência da raça e o aumento dos abortos clandestinos. Já no início do século XX, houve iniciativas favoráveis a educação sexual, cujo objetivo era ensinar jovens a transmitirem a vida, dada a ligação entre instinto sexual e reprodução humana, em 1920 a França proíbe o aborto e a propaganda anticoncepcional (SAYAO, 1997, p.107).

No Brasil, o conhecimento sobre os primeiros trabalhos direcionados a educação sexual, iniciaram no fim do século XIX, e início do século XX, com a ideia principalmente higienista, voltado para a saúde pública e controle de doenças, dessa forma a medicina se apropriou da temática.

Segundo Ribeiro (2013):

a institucionalização do conhecimento sexual no Brasil ocorreu a partir do final do século XIX e principalmente nas primeiras décadas do século XX, quando médicos e, posteriormente educadores, elaboraram, desenvolveram ou se apropriaram de teorias e ideias que foram consideradas científicas e capazes de dar sustentação àquelas instituições que necessitavam de um discurso oficial para atingir seus objetivos de fazer ciência, propor ações educacionais ou práticas pedagógicas e resolver problemas de saúde pública, em alguns casos para justificar ideologias e exercer o poder. É a partir deste período que questões ligadas à sexualidade começaram a ter lugar importante no discurso médico-educacional (RIBEIRO, 2013).

Sobre a questão da apropriação da temática pela medicina, Loyola (1999) apud Reis (2006) comenta que:

Foi com objetivos normativos que a Medicina veio a se ocupar da sexualidade, transformando em postulados científicos, principalmente através da obra de Krafft-Ebing, uma série de interditos e normas sexuais, segundo as quais o erotismo deveria ser regulado pela exigência de reprodução da espécie e dos ideais de amor a Deus e à família. É na Medicina que a sexualidade termina por ser unificada como instinto biológico voltado para a reprodução da espécie e que todos os demais atributos ligados ao erotismo, desde sempre tidos como sexuais, passaram a ser submetidos a essa exigência primordial (LOYOLA, 1999, p.32 apud REIS, 2006, p. 46).

Assim, as discussões sobre a sexualidade e especificamente a educação sexual no Brasil foram se disseminando, e vários autores médicos, sacerdotes se envolveram com a temática.

Do século XIX às primeiras décadas do século XX, a relação da Medicina com a sexualidade se torna cada vez mais intensa, culminando com o surgimento da sexologia enquanto campo oficial do saber médico e com a publicação, principalmente a partir de 1920/40, de dezenas de livros de educação e orientação sexual, que consideramos ser o terceiro momento de educação sexual [no Brasil]: a veiculação da importância e da necessidade da educação sexual através de livros publicados por médicos, professores e sacerdotes, cientificamente fundamentados, que visavam orientar a prática sexual dos indivíduos (RIBEIRO, 2004, P. 18)

Entre os meios os pesquisadores do início do século XX, surgiu um nome que figurou como dos mais importantes para a introdução do tema ES, o médico José Albuquerque que com seus trabalhos de pesquisa e suas participações nos meios de comunicação, começou a divulgar o tema, estimulando sua discussão na escola. Para Reis (2006);

José de Albuquerque se destacou muito por suas ideias e iniciativas pioneiras, conseguiu levar a educação sexual para o grande público, não restringindo seu trabalho apenas a médicos, estudantes de Medicina ou a jovens do sexo masculino candidatos ao casamento, público a que geralmente eram destinadas as obras sexuais desta época (REIS, 2006, p. 16).

A Autora comenta que “José de Albuquerque criou o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), sendo o fundador e principal responsável e promovendo um intenso movimento em promoção da educação sexual”. Sendo sem dúvida uns dos grandes nomes da educação sexual brasileira.

Durante a primeira metade do século XX, houve grandes avanços para a temática, nas décadas seguintes seguia promissora também, pois os movimentos da liberdade sexual continuavam apoiados pelos movimentos hippies e do rock in roll. Porém, veio o golpe militar que causou um grande abalo nesses movimentos sociais.

Para Nunes e Silva (2006):

Os anos de 1960 foram aqueles que produziram as primeiras abordagens de uma possível educação sexual na escola. Distantes da revolução euro-americana, nossos educadores e pais pioneiros na educação sexual de seus filhos propunham uma educação sexual *normativa e parenética*. Os diversos manuais deste período tem identificação com os fundamentos de similares formas de aconselhamento religiosos e originam-se nos núcleos mais conservadores da sociedade brasileira, aturdida com a revolução dos costumes e com o avanço das modernidades permissivas, identificadas com a modernização e industrialização emergentes. Discursos e informações mais generosas sobre a procriação misturam-se nos manuais de “educação do moço e da moça do bem” para a apologia do casamento e da família patriarcal. Apropria-se de fragmentos do discurso médico, notadamente para produzir consequência patológica e amedrontadoras, afirmando que a devassidão sexual levaria a uma séria degradação patológica consubstanciada nas chamadas doenças venéreas. (NUNES e SILVA, 2006, p.13)

Esse modelo médico-biologista ainda é usado nos dias atuais, com novas atualizações, ele é inspirado nas funções procriativas, centrado nas informações das etapas características do aparelho reprodutor e das funções sexuais reprodutivas, variando também para abordagens higienistas e médico-profilática, muito usado nas salas de aula principalmente em biologia. (Ibid)

2.3 A Educação Sexual, o Professor e a Escola

A educação sexual é uma temática complexa, carregada de tabus e mitos, que dificultam bastante a sua abordagem tanto no ambiente escolar quanto no familiar, e a maior parte desse

problema já começa na formação, tendo reflexo direto na escola. Isto porque esses educadores foram educados em ambientes familiares desprovidos e cerceados de informações sobre a educação sexual, que reflete no seu cotidiano em sala de aula, onde muitas vezes são envolvidos por situações, ficando perdidos sem saber como sair delas, surgindo, dessa forma, insegurança em trabalhar a temática.

A escola é o local estratégico para se trabalhar educação em saúde, pois tem um ambiente propício para a aprendizagem, segundo Maciel:

A Escola promotora da saúde procura desenvolver conhecimentos, habilidades e destrezas para o autocuidado da saúde e a prevenção das condutas de risco em todas as oportunidades educativas; fomenta uma análise crítica e reflexiva sobre os valores, condutas, condições sociais e estilos de vida, buscando fortalecer tudo que contribui para a melhoria da saúde e do desenvolvimento humano; facilita a participação de todos os integrantes da comunidade escolar na tomada de decisões; colabora na promoção de relações socialmente igualitárias entre as pessoas, na construção da cidadania e democracia, e reforça a solidariedade, o espírito de comunidade e os direitos humanos. (MACIEL, 2010, p. 386)

A relação entre a sexualidade e a escola é profunda, por ser um ambiente adequado para ações educativas em Educação Sexual. Estas deveriam ser trabalhadas continuamente nas práticas pedagógicas, com professores envolvidos não apenas em ações pontuais, mas dando sempre continuidade dentro da interdisciplinaridade, produzindo reflexões dos sujeitos em todas as situações e momentos de suas vidas, pois se trabalhado continuamente despertará mais interesses nas crianças e jovens.

A sexualidade traduzida no cotidiano da escola desperta a motivação e o envolvimento, enquanto possibilidade de reflexão e vivência, resgata o prazer de conhecer o corpo, os caminhos do desejo, a identidade, a autoria, a cultura, o gênero, a comunicação, os mecanismos da repressão, os vínculos, os projetos de vida, a vida. (SILVA, 2002, p. 33)

Concordando com a afirmativa acima, a escola é um ambiente que deve promover a reflexão devendo ser trabalhada essas questões de corpo e gênero fazendo com que esses educandos possam vivenciar a temática de forma reflexiva e crítica.

Furlani sugere que “a utilização do termo ‘aparelho ou sistema sexual’ que possibilita a professora ou o professor a explicar, discutir, relativizar, ampliar o sentido (e as implicações) do

sexual” (FURLANI, 2008, p. 74). Isso faria com que as discussões entrassem em outros méritos, como masturbação, prazer na utilização do órgão sexual e também suas implicações como gravidez e doenças sexualmente transmissíveis quando usados de maneira irresponsável.

A educação sexual, por isso, não deve manter-se nos estreitos - ainda que importantes - objetivos de evitar gestações indesejadas ou doenças sexualmente transmissíveis, mas sim promover a felicidade sexual das pessoas. Deve-se educar para uma liberdade responsável, que faça com que o indivíduo não apenas busque seu prazer pessoal, mas respeite a liberdade sexual, os limites e a integridade do outro. Dentro desse objetivo, evitar AIDS e gestações indesejadas serão consequências naturais. (VITIELLO, 2000, p. 100)

Essa felicidade sexual deve ser considerada de uma forma ampla, formando esses cidadãos para a vida e para o mundo, e não apenas como simples foco de conhecer o corpo, evitar doenças e também uma gravidez indesejada.

As crianças e os adolescentes de um modo geral são carentes de conteúdos que enfatizam a prática sexual de forma clara, consciente e responsável. Notamos que a escola, sendo uma das responsáveis pelo processo de preparação para o mundo adulto, não tem se preocupado com essa questão. Destacamos que o professor necessita saber avaliar a relação dos objetivos e conteúdos propostos pelo sistema escolar, observando até que ponto atende aos anseios de democratização política e social. Necessita também saber compatibilizar os conteúdos com as exigências, as aspirações e as expectativas da clientela escolar, assim como torná-las executáveis em relação às condições socioculturais e de aprendizagem dos alunos. Quando essa prática tem um reconhecimento no ambiente escolar, muda condições de aprendizagem, como exposto por Silva: “quando a sexualidade passa a ser reconhecida e incorporada nos trabalhos da escola, começam a ser modificar as condições de aprendizagem, os novos conceitos levam às mudanças de visão de mundo, de entender o ser humano e a própria vida” (SILVA, 2002, p. 33).

E o professor, será que está preparado para o aprofundamento de uma temática tão complexa? O educador deve estar sempre refletindo seu próprio comportamento, pois ele é o modelo para os alunos, nessa perspectiva, o educador deve cuidar de si, viver bem consigo mesmo e refletir sobre sua própria sexualidade. Desta forma, poderá repassar esses conhecimentos para seus alunos e desenvolver um sentimento de responsabilidade consigo

mesmo e com o outro, fazendo com que os mesmos cuidem de seu corpo, de seu espírito e de suas mentes, pois conhecendo-se e cuidando-se, assim tornam-se sujeitos mais autônomos e libertos.

Para Batista:

Quase sempre encontramos educadores com dificuldades em lidar com a sexualidade de seus educandos, e essa dificuldade se dá muitas vezes, por falta de “argumentos” (conteúdos) ou mesmo por serem educadores, frutos de uma educação repressora que os impede de reconhecerem suas próprias sexualidades, ou seja, há uma dificuldade pessoal em compreender a complexidade da sexualidade humana... Precisamos, portanto, reeducar nossas próprias convicções. Precisamos resolver nossas dúvidas com relação a sexualidade para que “resolvidos”, possamos orientar nossos pequeninos em suas “históricas questões”. (BATISTA, 2008, p. 108)

Professores são seres humanos e, portanto, frutos do meio em que vivem. Apesar de vivenciar uma cultura repressora e machista, esse professor precisa se despir de tabus e preconceitos acerca do tema, antes de tudo necessita cuidar de sua sexualidade.

Essa reflexão nos remete novamente a reflexão da teoria Foucaultiana: o cuidado de si e toda sua aproximação e relação com a educação e a sala de aula, sendo possível com essa aproximação, buscar melhorar os pontos falhos que a educação atual tem, e buscar ultrapassar esses paradigmas inseridos hoje dentro da educação.

No campo específico da educação sexual, é importante esse “cuidado de si” como primeiro passo para cuidar do outro, passo importante para se implantar ou implementar a educação sexual na escola, através do autoconhecimento, inclusive da própria sexualidade, pois dessa forma também contribuirá para que esses sujeitos “alunos”, também se conheçam, exercite esse corpo, conheça os pontos específicos de sua sexualidade para exercê-la de forma segura e responsável, sendo uma via de mão dupla na relação professor-aluno.

Assim, nos remetemos novamente à obra de Foucault “o cuidado de si”, nessa relação estreita com a educação sexual, com essa propagação no espaço escolar do cuidado de si que os educadores devem desenvolver da escola podemos reduzir muitos problemas para a vida futura desses sujeitos.

O cultivo de si mesmo nesses sujeitos é fundamental para pensarmos assim, em uma educação libertária, um sujeito com autonomia, que pode ser livre através do cuidado de si

mesmo. O cuidado de si mesmo deve originar a necessidade do sujeito de cuidar do outro, exercendo, assim, sua sexualidade com responsabilidade e segurança, sendo que esse é o papel da escola. O papel do docente nesse processo é levar informações através da Orientação Sexual, seja em suas disciplinas de forma transversal, seja no desenvolvimento de projetos ou em estudos de grupos e no trabalho interdisciplinar.

À medida que o professor se percebe como figura importante de uma atitude profissional ligada com o contexto mais amplo da prática social, muito mais consciente ele fará a relação entre conteúdos que ensina e sua correspondência com social, diante das necessidades de mudanças que a sociedade atual exige, como também diante das tarefas que cabe ao aluno desempenhar no âmbito social, profissional, político e cultural. Dessa forma, qualquer área do saber pode trabalhar com consciência a temática, tirando a responsabilidade somente dos professores de Biologia e Educação Física.

Sobre esse ponto de vista é importante que as escolas abandonassem o estereótipo de que os professores de Biologia e educação física, como aqueles que mais reúnem condições de atender a demanda dos alunos com as questões da sexualidade, ou seja, a temática deve ser trabalhada dentro do contexto geral de todas as disciplinas.

Quem trabalha mais especificamente com essas questões, como, por exemplo, o aparelho reprodutor e o corpo, sempre será mais alvejado pelos educandos com questionamentos sobre as questões sexuais, apesar de que nem sempre esses professores têm interesse, disponibilidade ou segurança para falar do assunto.

Destacamos que a escola não pode imaginar que a sexualidade resume-se apenas aos conteúdos de Biologia e de Educação Física, é necessário que essa instituição busque estratégias e implante no currículo escolar assuntos voltados para a sexualidade vinculadas em todas as matérias. Na verdade, os professores precisam sentir-se motivados e compromissados para assumirem posições frente à sexualidade humana em seu trabalho, e a escola deve dar suporte para que professores possam desenvolvê-la com segurança. Como descrito por Silva: “É preciso desenvolver no educador um olhar para a sala de aula, de modo a perceber nela o que ocorre de forma clara, e de forma não clara, porque a sexualidade está presente em nossas vidas, muitas vezes, de forma não explícita” (SILVA, 2002, p. 34).

Cabe ao educador responsável informar, promover, debater, refletir e investigar sobre variados temas, bem como possibilitar a ampliação do conhecimento do aluno a respeito das diferentes culturas e valores existentes nos diversos grupos sociais.

A educação relacionada à vivência da sexualidade deve incorporar as dimensões de gênero, orientação, identidade sexual, emoção e reprodução, assim como a identificação das especificidades de cada ciclo do desenvolvimento humano, o reconhecimento da diversidade étnico-racial, a assunção de um conjunto de valores éticos e o exercício da cidadania.

A escola é um dos lugares em que o adolescente tem a possibilidade de acesso às informações claras, honestas e democráticas, nas questões da sexualidade. (...) Reconhecer as questões de gêneros, neste momento da vida, pode lhes assegurar uma visão nova do mundo feminino e masculino, possibilitando mudanças. (SILVA, 2002, p. 32)

Essa educação deve propiciar atendimento aos anseios sociais e tornar o aluno um agente transformador, a partir de um processo educativo libertador, construído sobre a base do diálogo, onde o sujeito possa falar de si.

Educadores também trazem suas cargas de mitos, de tabus e de crenças relacionados à sexualidade. Mesmo os educadores mais jovens normalmente não tiveram uma formação sexual adequada em casa ou na escola, carregando consigo uma série de dúvidas e incertezas, dificultando seu trabalho como educador sexual.

Na pesquisa de Silva:

As condições pessoais e profissionais dos professores são citadas como os principais intervenientes na educação sexual por alunos e diretores. Os professores apontam de estratégias adequadas como principal fator dificultador do seu trabalho. Conclui-se, dessa forma, que os principais fatores intervenientes na educação sexual na escola pública se vinculam, fundamentalmente, à figura do professor, à sua formação profissional e à sua prática pedagógica. (SILVA, 1997, p. 209)

A educação sexual exige que os educadores, em especial, estejam embasados teoricamente e sejam detentores e conhecedores de toda a concepção filosófica e histórica que norteia o processo dessa educação, a qual deverá integrar o Projeto Político Pedagógico da escola.

Dentro dos cursos de formação de professores dão pouquíssima ênfase ao assunto, pois geralmente o tema passa quase que despercebido nas aulas de psicologia da educação que, ao estudar a personalidade, cita Freud e alguns aspectos do desenvolvimento sexual, sem grande aprofundamento. Essa omissão é percebida tanto nos cursos de formação profissional quanto na própria prática pedagógica, o tema sexualidade deixa professores inseguros para explorá-la. E no contexto social, com os meios de comunicação de massa exploram cada vez mais o tema, e as crianças e adolescentes estão cada vez questionando mais em sala de aula, deixando professores em situações muitas vezes constrangedoras, sem saber como proceder diante dos questionamentos feitos por eles.

Figueiró (2001) cita que no final do século XX, início do século XXI, a relação professor-aluno tem sido fortemente influenciada pelas transformações que a temática passou a ter no final do século passado, pois cada vez mais alunos em sala de aula querem falar sobre a temática de maneira muitas vezes até arredia ou agressiva, demonstrando aos professores que precisam falar sobre o assunto. Porém, os educadores se sentem intrigados, pois muitas vezes não conhecem profundamente o assunto e não consegue dialogar com os alunos, pois enquanto pessoa ele carrega consigo insegurança, dúvidas, desconhecimento, medos e tabus - fruto de sua própria história e da sua precária educação sexual -, criando então um conflito e uma barreira nessa relação.

Uma saída para solução dessas dificuldades, geradas principalmente pela falta de formação suficiente sobre a educação sexual, seria a produção de novos conhecimentos através de uma educação continuada, de modo a repor essas lacunas que estão presentes em sua práxis, pois a ciência vive em constante mudança e é importante o acompanhamento dessas mudanças, e não apenas terminar a graduação e mergulhar no mundo profissional sem buscar essa educação continuada, e para a implementação da educação sexual é importante que essas continuação ocorra, mesmo porque é um assunto que não é amplamente discutido na graduação. Para Barbieri et al:

A razão mais premente refere-se a própria natureza do fazer pedagógico. Ao invés de caracterizar-se como atividade puramente racional, tal qual uma técnica, é um tipo de fazer que constitui como domínio da práxis, porque é histórico, incompleto e mutável. Assim, exige de cada educador um aprendizado constante. (BARBIERI et al, 1995, apud FIGUEIRÓ, 2001, p. 88)

Quando se é acadêmico da primeira graduação, o senso reflexivo e crítico sobre a prática pedagógica ainda está muito imaturo, só com o decorrer da profissão com os erros e acertos, o educador vai aprendendo a ter esse olhar crítico e reflexivo. Nos cursos de educação continuada esses educadores possivelmente conseguirão com mais clareza perceber e exercitar essa reflexão, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, a escola precisa discutir dentro do seu projeto político pedagógico a estratégia para inserir a educação sexual de forma contínua e não apenas pontual e investir na formação continuada de seus educadores.

Desse modo, a escola não distancia-se da linha da medicina higienista e tecnicista dando ênfase principalmente para a discussão do corpo. Dessa forma, não basta conhecer o corpo, sua fisiologia e prevenção de doenças, essas discussões necessitam ir muito mais além, devem permitir reflexões nos contextos sociais, religiosos, contribuindo assim para uma formação mais completa desses sujeitos. A religião de alguma forma sempre estabeleceu normas, criou valores que estigmatizam as questões sexuais, uma vez que:

O discurso religioso, a partir da ideia de pecado, joga um papel fundamental no sentimento individual que deve ser normatizado na inter-relação social, com a ideia da sexualidade ligada ao pecado e tendo como principal objetivo a reprodução continua a ser ensinado um código sexual baseado no medo do corpo. Entende-se a virtude sexual como a repressão da sexualidade nas sociedades. (GUDORF, 1995, apud REIS; VILAR, 2004, p. 739)

Para os autores acima a religiosidade é um fator muito importante a ser considerado quando se trabalha a temática sexualidade, é um elemento que dita valores morais e regula comportamentos sexuais. Exigindo uma ampla reflexão sobre o peso dessa influência religiosa na sociedade e suas imposições morais e repressões no que se refere à sexualidade humana.

Baseado neste contexto é muito importante levar em consideração as questões religiosas e culturais de uma sociedade quando se faz o planejamento das ações de educação sexual, pois são valores e crenças que podem influenciar em todo o trabalho.

No trabalho com jovens, especialmente no que diz respeito à sexualidade com adolescentes, o imprescindível é que se parta com toda a atenção e respeito à realidade deles(as),

e que não seja focado apenas aquilo que consideramos importante para eles(as) ou o que pensamos que eles(as) gostariam de ouvir.

Através da educação sexual com o autocuidado, esses alunos podem prevenir uma série de problemas futuros da ordem social e de saúde para eles mesmos e para toda a sociedade. Problemas estes ligados ao exercício da sua sexualidade, como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS e outras doenças que se originam pela falta do cuidado de si e do cuidado com o corpo. Este é o caso de algumas parasitoses e até mesmo um grande problema mundial de saúde pública que é a gravidez precoce não desejada, e principalmente a autonomia do ser sexual, o exercício da sexualidade de maneira autônoma e segura, para isso os estudos científicos são fundamentais.

O exercício da sexualidade sem informações adequadas pode ser um problema que tem um poder arrasador na vida de um jovem ou uma jovem, trazendo graves consequências de saúde e, principalmente, sociais para a vida desses estudantes. Um desses problemas sociais aqui explicitados é a mudança no projeto de vida, pois com uma gravidez precoce, essas jovens geralmente acabam mudando seus projetos para o futuro, que até então seria formar, ter uma profissão, ganhar dinheiro, ter uma vida estável, e a partir da gravidez, passa a ter como objetivo principal arrumar uma fonte de renda qualquer para poder sustentar esse novo ser que apareceu em sua vida. Essas mudanças no projeto de vida geralmente são acompanhadas de outros problemas sociais como evasão escolar, aumento das taxas de menores abandonados, criminalidade, prostituição infantil, entre outros problemas. Então, diante de tantos problemas que uma sexualidade sem direcionamento pode gerar, não podemos ignorar o que está acontecendo, pois ver os alunos como seres assexuados é o maior erro que a escola pode cometer.

Em vista disso, o papel do Educador é básico no estímulo de novas perspectivas de vida, de práticas do cuidado de si, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, com intuito de preparar o aluno para o mundo, enquanto um sujeito histórico e racional da ação. Então, esse cuidado é aquilo que nos incita agir de modo adequado, aquilo que o constitui como sujeito verdadeiros de seus atos, ao invés de isolá-lo do mundo.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 A Opção Metodológica

Este capítulo visa apresentar os caminhos traçados na pesquisa para alcançar os objetivos propostos na tese e dialogar com os colaboradores e com outras fontes sobre a temática em questão - Educação Sexual no Amapá: Experiências e Desafios Docentes.

A problematização estabelecida a partir dos diálogos entre o investigador e os colaboradores da pesquisa definiram os caminhos aqui traçados e que através de seus significados foram criando a trajetória da pesquisa na construção dos dados, o que nos levou a descobertas, mudanças de paradigmas e reestruturação teórica da temática em questão.

Ao elaborar esta tese, o diálogo produzido nas narrativas dos colaboradores deu origem a novos sentidos na prática do cotidiano estudada por nós, desta forma preferimos eleger uma metodologia que respeitasse as vozes dos colaboradores.

A escola é um lugar onde o conhecimento circula em todos os sentidos, um local extremamente marcado por construção de identidades e subjetividades, onde os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem têm um crescimento diário intelectual, pessoal e vivenciam eternos conflitos. No que se refere à sexualidade, esses conflitos são ainda mais complexos por se tratar de um tema cercado de muitos tabus. Por isso, escolhemos a pesquisa qualitativa, por dar oportunidade de adentrar nesse mundo subjetivo, para conhecer a profundidade dos fenômenos mais complexos como é o caso do nosso objeto.

Mas antes de entrar na metodologia escolhida propriamente dita, faremos uma breve apresentação do capítulo, o qual foi organizado nos seguintes tópicos: a abordagem da pesquisa, local da pesquisa, colaboradores da pesquisa, instrumentos da pesquisa, procedimento de coleta de dados, análise dos dados e procedimentos éticos.

3.1.1 A Pesquisa Qualitativa e os Estudos Bibliográficos

Como dito anteriormente, este estudo foi construído sob uma abordagem metodológica qualitativa, a qual norteou o estudo sobre questões subjetivas da experiência docente em sala de aula envolvendo a temática educação sexual, com o propósito de construir respostas sobre essas práticas de educação sexual e de orientações sexuais nas práticas educativas, assim como, de que

forma o educador(a) relaciona transversalmente a educação sexual com a sua disciplina, e compreender como a qualificação desses docentes influenciam na realização dessas orientações.

A pesquisa qualitativa é muito utilizada nas ciências sociais, pela sua facilidade no aprofundamento dos fenômenos. Para Minayo (2002) o estudo qualitativo:

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com um universo de significado, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos. (MINAYO, 2002, p. 21-22)

Essa preocupação com esse nível de abordagem que não pode ser quantificado acaba proporcionando e permitindo, segundo a autora:

Desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo. Por isso é também utilizada para elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos, variáveis e tipologias. (MINAYO, 2010, p. 57)

Já para Richardson “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (RICHARDSON, 1999, p. 90).

A abordagem qualitativa, por sua subjetividade, faz com que os seus dados qualitativos sejam sua representação simbólica, sendo possível através deles, avaliar o comportamento dos fenômenos estudados.

Para Pereira (2004), o dado qualitativo é a representação simbólica atribuída a manifestações de um evento qualitativo. É uma estratégia de classificação de um fenômeno aparentemente imponderável que, fixando premissas de natureza ontológica e semântica, instrumentaliza o reconhecimento do evento, a análise de seu comportamento e suas relações com os eventos.

Ao fazer opção pro esse tipo de metodologia, o pesquisador estará se comprometendo com uma mudança interna, principalmente voltada para seus valores e crenças, pois não tem

como se manter inerte diante da introspecção que uma pesquisa subjetiva como essa impacta em seu olhar para essa nova realidade.

Dessa forma, para maior compreensão do fenômeno, foi feita uma descrição exaustiva do mesmo para podermos interpretá-lo, assim escolhemos então uma metodologia que pudesse nos auxiliar nessa descrição. Dessa forma, a metodologia qualitativa descritiva nos deu esse suporte necessário para a aproximação com os colaboradores.

Descrever a opinião dos sujeitos envolvidos na pesquisa, auxiliou na compreensão do fenômeno de investigação. Para Bogdan & Biklen, a pesquisa qualitativa é descritiva “quando os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não números. Os resultados escritos da avaliação contêm citações feitas com bases nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48).

3.2 Cenário do Estudo

O cenário de estudo foi a cidade de Macapá, no estado do Amapá, em uma escola pública estadual da periferia da zona sul da cidade. Esta escola foi selecionada por já ter desenvolvido trabalhos voltados para a educação sexual, como projetos, capacitações e parcerias com objetivo de implementarem ações de orientação sexual.

Conforme esse critério de seleção, a escola selecionada foi a Paraíso Educacional Equatoriana, nome fictício. O pseudônimo Paraíso foi escolhido para dar razão a escolas que conseguem se destacar nas periferias de grandes cidades, e equatoriano pela sua localização, pois a linha do equador que corta a cidade de Macapá passa muito próximo da escola.

Esta Instituição está localizada na periferia da zona sul da cidade e funciona nos três turnos, com Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Apesar de se localizar na periferia, é uma das referências na temática educação sexual, pois já vem desenvolvendo há vários anos projetos voltados para o tema, com vários professores capacitados para trabalhá-los, além de ter um projeto chamado Juventude Prevenida. Nesse projeto foram capacitados alunos adolescentes e foi desenvolvido o protagonismo juvenil voltado para a sexualidade. Tivemos a oportunidade de conhecer o projeto, o qual achamos muito interessante, inclusive todas as vezes que íamos com nossos alunos fazer ações educativas sobre sexualidade na escola, chamávamos os componentes do grupo para participar.

A escola possui um quadro de aproximadamente vinte professores distribuídos nos três turnos da seguinte forma:

Quadro 1 - Professores da escola

Disciplina	Número de Professores
Língua Portuguesa	3
Arte	1
Educação Física	2
Matemática	2
Física	2
Química	1
Biologia	2
História	2
Geografia	2
Filosofia	1
Sociologia	1
Espanhol	1
Total	20
Carências	6

Fonte: Secretaria da Escola Mês Abril/2013.

A instituição de estudo tem um total de 1199 alunos distribuídos em três turnos, sendo 539 alunos pela manhã, 369 à tarde e 291 à noite. No turno da manhã apresenta dezenove turmas, todas de 6º ao 9º ano, no turno da tarde apresenta dezenove turmas sendo cinco turmas do 6º ano e quatorze de ensino médio, e no turno da noite com cinco turmas de ensino médio e quatro do EJA. O número médio de alunos por turma no turno da manhã é 35 a 40 alunos, no turno da tarde 30 a 35 alunos e no turno da noite 30 a 40 alunos. Atualmente, é a única referência no município em trabalhos envolvendo a sexualidade, principalmente prevenção de DSTs.

Para compreender melhor a problemática que se desenvolve nesse cenário da pesquisa, achamos importante trazer dados sobre o Estado do Amapá, um estado novo, ainda em formação e que apresenta muitos problemas sociais.

O Estado do Amapá está localizado no extremo Norte do Brasil, quase que inteiramente no hemisfério Norte. Por suas características geofísicas, sociais, políticas e econômicas, faz parte da vasta região Amazônica ou região Norte do Brasil, sendo composto por dezesseis municípios. A configuração do mapa do estado é de um losango imperfeito, tendo suas vértices dirigidas para os pontos cardeais. A linha do Equador passa ao sul do estado, na cidade de Macapá. Seus limites foram fixados definitivamente pelos Decretos Leis de números 5.812, de 13 de setembro de 1943 e, 6.550 de 31 de maio de 1944, respectivamente, que criou e definiu em seus municípios. O Amapá se limita ao Norte e a Noroeste com a Guiana Francesa e Suriname. À Leste e Nordeste com o Oceano Atlântico, ao Sul e Sudeste com o Canal do Norte e Braço esquerdo do rio Amapá e a Oeste e Sudeste com o rio Jari (AMAPÁ, 2013).



A cidade de Macapá é a capital do estado, fica localizada ao sul e é banhada pelo braço norte do rio Amazonas. O estado do Amapá é banhado a leste pelo Oceano Atlântico e o rio Amazonas. O seu litoral com 242 Km de extensão, indo do Cabo Orange ao Cabo Norte, isto é, da foz do rio Oiapoque a foz do rio Amazonas. Com uma área de 143.453 Km² é maior que muitos países do mundo bem, como algumas unidades brasileiras (Ibid).

O Amapá adquiriu a condição de Estado Brasileiro em 1988, e em 1991 foi criado o Decreto-Lei n. 8.387, de 39/12/1991, regulamentado pelo Decreto-Lei n. 517, de 08/05/1992, que criou a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Com a criação do novo estado e com o decreto que criou a Área de Livre Comércio (ALC), o Amapá passou um processo migratório intenso, com um considerável aumento populacional para a região. Macapá, recebeu a maior parte desse contingente demográfico, seguida por Santana, sua segunda maior cidade. As pessoas foram atraídas por melhores condições de vida, oportunidades de empregos, estudo, entre outros. Segundo Porto:

A criação das ALC representou a sequência de um modelo direcionado para a Amazônia Ocidental (Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre) e ampliando ao Amapá, visando estabelecer condições favoráveis para quebrar o desequilíbrio regional que perceptivelmente se observa, bem como proporcionar a revisão das relações trabalhistas, sociais, políticas e econômicas internas, assim como incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latina – americana. (PORTO, 2003, p. 73)

Para ilustrar esse fenômeno no Amapá, trouxemos uma tabela abaixo para evidenciar melhor as influências que tiveram a criação do novo estado e a criação da ALC sobre o aumento populacional do novo Estado do Amapá.

Quadro 2 - Crescimento populacional do Amapá

Período	População
1943	9.000 habitantes
1950	36.972 habitantes
1960	67.750 habitantes
1970	114.687 habitantes
1980	175.634 habitantes
1990	228.690 habitantes
2000	477.032 habitantes

2010	668.689 habitantes
------	--------------------

Fonte: IBGE : Ano, 2010

Como vimos na tabela acima, nos últimos vinte anos a população praticamente triplicou, e esse aumento da populacional influenciou diretamente para o aumento nas demandas de vários serviços prestados pelo Estado, principalmente nos serviços de saúde, educação e segurança pública. Na saúde esses problemas foram muito visíveis, pois a maioria dos hospitais foi criada nas décadas de 1950 e 1960 para uma população em torno dos 60.000 a 70.000, e sessenta anos depois a população do estado é quase dez vezes maior, e a construção de novos hospitais não acompanhou o crescente aumento populacional.

3.3 Técnica de Coleta de Dados

A técnica de coleta de dados escolhida para a pesquisa foi a entrevista, por acharmos que a mesma seja a que mais se adapta a pesquisas subjetivas, pois ela possibilita uma investigação mais profunda desses dados subjetivos, além de fazer uma aproximação maior entre o entrevistador e entrevistado, facilitando, com isso, a aproximação com o fenômeno de investigação.

Para Minayo (2010):

A tomada no sentido de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo. (MINAYO, 2010, p. 261)

No nosso caso, a entrevista foi a melhor escolha possível, pois além de aproximação que ela proporcionou com os colaboradores, trouxe a possibilidade de melhor compreensão do fenômeno estudado.

Para Bogdan & Biklen “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134).

Para esses autores “as boas entrevistas caracterizam-se pelo fato de os sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre seus pontos de vista, elas produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes” (Ibid, p. 136).

Quanto ao tipo de entrevista a ser utilizada, optamos pela semiestruturada (guiada). Segundo Minayo “a entrevista semiestruturada, combina perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2010, p. 261). Este tipo de entrevista nos proporcionou um direcionamento durante a pesquisa e auxiliou na manutenção do foco principal, que eram os objetivos da pesquisa.

A partir da escolha do tipo de entrevista, formulamos o roteiro (Apêndice 1) que, baseado nos objetivos da pesquisa, serviu para nortear e conduzir o processo da entrevista e nos guiar quanto aos objetivos a serem atingidos. Para Richardson (1999);

A entrevista guiada (semiestruturada), é utilizada particularmente para descobrir que aspectos de determinada experiência produzem mudanças nas pessoas expostas a ela. O pesquisador conhece previamente os aspectos que deseja pesquisar e, com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista. As perguntas dependem do entrevistador, e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como ele quiser, guiado pelo entrevistador. (RICHARDSON, 1999, p. 212)

Além do guia previamente construído e baseado nos objetivos da pesquisa, também foram utilizados como instrumento de coleta de dados um gravador, com a prévia autorização para a gravação da entrevista, com o objetivo de dispensar maior atenção ao entrevistado.

3.4 Colaboradores do Estudo (Sujeitos)

Os colaboradores do estudo foram dezoito educadores da escola pública supracitada e dois profissionais de saúde que gerenciam o programa PSE, esses profissionais foram escolhidos para entendermos como vem funcionando os programas de saúde que abordam a temática sexualidade nas escolas.

Os critérios de inclusão foram: ser professor concursado e trabalhar na escola selecionada, e quanto aos profissionais de saúde, estar trabalhando como gerente do programa saúde que tem como objetivo desenvolver atividades educativas nas escolas.

A escolha se deu de forma aleatória, conforme a disponibilidade e interesse do docente em participar do estudo, e o número de entrevistados se deu por saturação, pois quando percebemos que as respostas estavam repetitivas concluímos a fase de entrevistas.

Para a segurança dos sujeitos e para seguir a resolução que trata sobre pesquisa com seres humanos que exige o anonimato dos mesmos, estes foram identificados por pseudônimos. Para os educadores usamos: E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17 e E18, e para os gestores usamos G1 e G2.

3.5 Os Instrumentos de Coleta

Como instrumentos de coleta de dados utilizamos um gravador digital para dispensar melhor atenção aos entrevistados, com sua prévia autorização, e um roteiro de entrevista semiestruturada, com eixos temáticos (guia) baseados nos objetivos da pesquisa. Para Minayo “o roteiro visa compreender o ponto de vista dos atores sociais previstos como sujeito/objeto da investigação e contém poucas questões (...) é sempre um guia, nunca um obstáculo, não devendo prever todas as situações e condições de trabalho de campo” (MINAYO, 2010, p. 190).

A autora cita ainda que “o roteiro semiestruturado deve desdobrar os vários indicadores considerados essenciais e suficientes em tópicos que contemplem a abrangências das informações esperadas” (ibid, p. 190).

Esse instrumento é composto por duas etapas: um com questões fechadas sobre os sujeitos e outra com questões abertas sobre o tema. As fechadas trazem a identificação e caracterização desses sujeitos: sexo, idade, formação, tempo de formação e formação específica para a temática, o que favoreceu traçar um perfil desses(as) entrevistados(as); já nas questões abertas os eixos foram a biografia escolar (experiências de estudante quanto a temática de estudo), a formação profissional (graduação, pós-graduação e formação continuada), trabalho (experiências, dificuldades, concepções sobre interdisciplinaridade e transversalidade), perspectivas e sugestões (sobre o desenvolvimento da temática e sobre a participação familiar).

O instrumento com os gestores, também foi dividido em duas partes, uma fechada com a identificação dos sujeitos e outra aberta sobre o objetivo do PSE, funcionamento, dificuldades, exploração da temática no programa, programação e avaliação (Apêndice 2).

3.6 Procedimentos de Coleta de Dados

Inicialmente fizemos um levantamento de escolas que desenvolviam algum tipo de projeto voltado para a educação sexual na capital Macapá-AP, e de imediato identificamos, apenas a escola mencionada anteriormente. Feito um contato com a coordenação do projeto e com a direção da escola para ver a possibilidade da coleta de dados, em seguida foi realizada uma visita nessa escola com o objetivo de conhecê-la melhor e fazer aproximação com os colaboradores envolvidos no estudo.

As entrevistas foram iniciadas com o pré-teste no mês de setembro de 2012 e concluídas em março de 2013. Após a aplicação do pré-teste fizemos mudanças necessárias no instrumento de coleta e realizamos mais quatro entrevistas, foi quando se deu a qualificação do projeto. Como não houve nenhuma sugestão de alteração do mesmo, demos continuidade nas entrevistas.

Após contato com a direção da escola e através de um documento de autorização para realização da pesquisa, a diretora permitiu que a coleta se desse nos três turnos de aula.

Começamos no turno da tarde com a ajuda de um professor da instituição e responsável pelo projeto de sexualidade. Buscamos inicialmente os professores que estavam disponíveis, começando com aqueles que estavam trabalhando fora de sala de aula, como na TV escola, e nas entrevistas seguintes seguimos a mesma estratégia.

Os colaboradores eram convidados a participar, era explicado brevemente a respeito do objeto do estudo, em seguida mostrado o instrumento de coleta que seria aplicado e o termo de consentimento livre esclarecido. Caso manifestassem o interesse em participar e estivessem disponíveis, já iniciávamos a entrevista. Alguns professores marcavam para outro dia ou outro horário mais conveniente.

A participação dos professores do turno da manhã foi mais ampla. Fomos apresentados pela coordenadora pedagógica a todos os professores, que estavam reunidos na sala deles durante o intervalo, e foi feito por ela o pedido para que houvesse a colaboração dos professores.

No turno da noite a participação foi menor, pois havia menos disponibilidade, porém aqueles que se dispuseram tiveram participação satisfatória.

Nos primeiros dias de coleta houve boa participação, em média quatro entrevistas por dia. Com o avanço das entrevistas, os professores mais receptivos já haviam dado a sua contribuição e só restavam aqueles que demonstravam alguma resistência. Por se tratar do tema envolvendo sexualidade, alguns se mostravam inseguros para responder os questionamentos, achavam que

lhes tiraria muito tempo e que as perguntas eram difíceis. Na verdade, os que apresentavam resistência não chegavam nem a conhecer o instrumento, alegavam que aquela não era a área deles, ou que não participavam de nenhum projeto com o tema. Mesmo depois de esclarecidas as dúvidas, alguns preferiram não participar.

As entrevistas foram realizadas em diferentes ambientes, a maioria na sala dos professores. Mas também foram utilizadas a própria sala de aula, a sala da TV escola e a sala da coordenação pedagógica. Após a devida autorização, o áudio dos professores era gravado em gravador digital e posteriormente transcrito. Eles ficaram com uma cópia do Termo de Consentimento e alguns pediam para ficar com uma cópia do roteiro de entrevistas. Muitos elogiavam a iniciativa e achavam de grande importância o assunto.

Com os gestores, entramos em contato previamente, marcamos um horário para o atendimento, no mesmo dia marcado foi lido o termo de consentimento e exposto o projeto de pesquisa. Foi dada a autorização para gravação da conversa e em seguida, iniciamos os questionamentos, guiados pelo instrumento proposto.

De um modo geral não houve grandes imprevistos, as entrevistas aconteceram entre o segundo semestre de 2012 e o segundo semestre de 2013.

3.7 Pré-Teste

O pré-teste foi realizado com antecedência às entrevistas e serviu para nos mostrar algumas falhas na compreensão de alguns questionamentos que se apresentavam no roteiro inicial, então foi o momento para corrigir essas questões que não estavam muito claras. Teve uma importância fundamental para o decorrer das entrevistas, pois os problemas foram detectados precocemente e corrigidos.

Segundo Polit & Hungler “o pré-teste é um ensaio para se determinar se o instrumento foi formulado com clareza, sem parcialidade e se é útil para a geração das informações desejadas” (POLIT; HUNGLER, 2004, p. 254).

Desta forma, o objetivo com o pré-teste foi alcançado, pois foi possível fazer esse ensaio do instrumento de coleta, servindo-nos para detectar e corrigir os pontos que não estavam claros e coerentes com a pesquisa.

3.8 Tratamento dos Dados Obtidos

Inicialmente, fizemos todas as transcrições das entrevistas, um total de dezoito, em seguida fizemos várias leituras do material em busca de semelhanças. O próprio instrumento de coleta já trazia uma certa ordem nos dados, em seguida juntamos esses discursos (respostas) semelhantes nas várias entrevistas e fizemos uma espécie de tabela, onde agregamos todas as respostas por categorias, conforme suas semelhanças. Fizemos isso com todas as categorias que surgiram ou que estavam implícitas no instrumento assim como em todo o discurso, para depois analisar seu conteúdo e os discuti-los. Segundo Polit & Hungler “o primeiro passo da análise de dados qualitativos é organizá-los e a principal tarefa é o desenvolvimento de um método para classificar e indexar os materiais” (POLIT; HUNGLER, 2004, p. 363).

Dentro desse contexto, utilizamos a análise de conteúdo como suporte para nossa análise de dados, que contribuiu para o passo a passo no tratamento dos dados. Essa técnica visa vislumbrar, através de técnicas precisas e objetivas, a construção de significados para o texto. Dessa forma, deve se levar em conta não só a semântica da língua, mas também a interpretação que o indivíduo atribui em suas falas.

A análise de conteúdo é o conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não), que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2004, p. 37)

Escolhemos a análise de conteúdo do tipo análise temática, onde os dados foram organizados, através de núcleos temáticos, fazendo assim uma categorização e codificação dos mesmos, construindo um sentido através de uma correlação com as pesquisas já realizadas sobre a temática, assim como as teorias já existentes sobre a referida categoria.

Fazer análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que contrapõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado. Tradicionalmente, a análise temática era feita pela contagem de frequência das Unidades de significação, definindo o caráter do discurso. Para uma análise de significados, a presença de determinados temas denota estruturas de relevância, valores de referências e modelos de comportamento presentes ou subjacentes no discurso. (MINAYO, 2010, p. 305)

Iniciamos pela pré-análise, onde fizemos a leitura do material de forma flutuante, em seguida por leituras exaustivas do material até a formulação das possíveis hipóteses geradas pelos significados das falas, em seguida veio a fase classificatória, na busca por categorias que segundo Minayo (2010, p. 317) “a categorização consiste num processo de redução do texto em palavras e expressões significativas”.

Algumas categorias foram pré-estabelecidas no instrumento de coleta de dados propositalmente, construídas através dos objetivos da pesquisa, já outras categorias e subcategorias surgiram no decorrer dos discursos.

3.9 Aspectos Legais - Procedimentos

Este estudo tem como base a resolução 196/96, com preocupação na proteção dos sujeitos, em sua autonomia, maleficência, beneficência e justiça, desta forma não foram feridas essas concepções básicas das pesquisas com seres humanos. Foram adotados vários procedimentos como forma de proteção dos sujeitos, tais como: impossibilidades de levar riscos aos sujeitos; assinatura de um termo de consentimento, dando total liberdade a esses sujeitos interromperem ou abandonarem a pesquisa a qualquer momento, ou quando se sentirem prejudicados ou lesados; autorização da direção da instituição envolvida; e confidencialidade dos dados, assim como a privacidade, mantendo sempre o anonimato, garantindo que essas informações não lhe trarão prejuízos financeiros ou na autoestima. “O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência a participação na pesquisa” (BRASIL, 2000, p. 29).

Além disso, foi determinado que os sujeitos investigados teriam acima de dezoito anos, com autonomia plena, e que o estudo respeitaria seus valores culturais, morais e religiosos.

4 EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVAS DOS EDUCADORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MACAPÁ

Neste capítulo apresentamos os resultados e a discussão da pesquisa de campo realizada para esta tese, por meio do instrumento de pesquisa aplicado, instrumentalizado pela fundamentação teórica apresentada acerca do tema Educação Sexual no Amapá: experiências docentes, com vistas as experiências em sala de aula e suas dificuldades para na transversalidade. Para tanto, este capítulo se estrutura em dois momentos distintos:

Parte I – Dados gerais sobre os sujeitos pesquisados (Questões Fechadas)

Parte II – Questões Abertas

Nos dados gerais sobre os sujeitos, dentro das questões fechadas, buscamos caracterizar esses sujeitos investigados, traçando seu perfil com objetivo de conhecer esse sujeito investigado. Já na Parte II buscamos analisar os discursos dos sujeitos através das categorias: formação docente e a educação sexual, atuação profissional e educação sexual, concepções teórico/conceituais sobre PCN, transversalidade, interdisciplinaridade e relação com educação sexual e a família no contexto da educação sexual.

4.1 Dados gerais sobre os sujeitos pesquisados

4.1.1 Sexo

No que se refere ao sexo dos dezoito educadores participantes, treze (72,2%), são do gênero feminino e cinco (27,78%) do masculino.

Tabela 1 - Sexo

Variáveis	Frequência	Porcentagem
Sexo		
Feminino	13	72,22
Masculino	05	27,78
Total	18	100%

Fonte: Instrumento de pesquisa.

Essa variável mostra que o sexo feminino ainda é predominante em sala de aula em alguns cursos de licenciatura e principalmente na área de humanas, em cursos como Pedagogia e Geografia. Já nas áreas de ciências exatas, o predomínio maior é do sexo masculino, como nos cursos de Física e Matemática.

Parece-me que a História do curso de Pedagogia se entrelaça à História das Mulheres. Assim, a profissão docente permite às mulheres o acesso a um espaço público anteriormente frequentado apenas por homens. No entanto, esta profissão foi representada como semelhante ao trabalho no lar e reproduções, como esta, foram utilizadas para naturalizar/reforçar o magistério, especialmente das séries iniciais, como uma profissão feminina. Contudo, a história do movimento feminista e a discussão posta, aqui, sobre a História do curso de Pedagogia e suas relações com gênero se inscrevem ou podem se inscrever numa nova dinâmica de análise. (SILVA, 2011, p. 177)

Os cursos de licenciatura voltados para Ciências Humanas, em especial a Pedagogia, por uma questão histórica e cultural ainda atrai mais mulheres, proporcionalmente, para o trabalho docente.

4.1.2 Faixa etária

A faixa etária dos sujeitos sofreu uma variação entre 33 a 48 anos, sendo que onze docentes (20,9%) encontram-se na faixa de 31 a 40 anos, doze (27,9%) entre 31 a 40 anos, dezessete (39,5%) dos 41 a 50 anos e cinco (11,6%) acima dos 50 anos.

Tabela 2 - Faixa Etária

Variáveis	Frequência	Porcentagem
Faixa etária		
31 a 40	11	61,11
41 a 50	07	38,89
Total	18	100%

Fonte: Instrumento de pesquisa.

Em relação à faixa etária do grupo de docentes entrevistados, trata-se de um grupo relativamente jovem, uma vez que a maioria dos professores encontra-se entre 31 e 40 anos. A experiência em sala de aula contribui para a maturidade intelectual, quanto mais vivência no

ensino, maiores as possibilidades de um ensino de qualidade, pois subentende-se que os anos de experiência e o aprendizado diário com o meio facilitam o trabalho docente.

Para Tardif (2000), as experiências adquiridas com o tempo, aprimoraram o aprendizado, e são fundamentais para a prática pedagógica, elas surgem diariamente no cotidiano do trabalho e na identificação e conhecimento do meio.

Na docência, os anos de experiência contam muito, e são fundamentais para a prática pedagógica, pois é através dela que os erros e principalmente os acertos vão sendo aprimorados.

4.1.3 Área de Formação

Como o objetivo da pesquisa era investigar professores das diversas disciplinas sobre a transversalidade, optamos por investigar as várias áreas de atuação na escola, inclusive as de gestão. Logo, os sujeitos investigados, foram de diversas áreas, sendo que cinco docentes (27,77%) eram da Pedagogia, quatro docentes (22,22 %) da Geografia, dois (11,11%) da História, dois (11,11%) da Física, dois (11,11%) da Educação Física e um (5,55%) da Artes.

Tabela 3 - Áreas de Formação

Variáveis	Frequência	Porcentagem
Área de Formação		
Pedagogia	05	27,77 %
Geografia	04	22,22 %
História	02	11,11%
Física	02	11,11%
Ed. Física	02	11,11%
Artes	01	5,55%
Total	18	100%

Fonte: Instrumento de pesquisa.

Essas variadas áreas de formação e conhecimento foram importantes para compreender como o processo de educação sexual se dá nas mais diversas áreas de ensino no contexto escolar, sendo assim contribuíram para expor a complexidade da temática em áreas que até então não tinham afinidades com o tema de estudo.

4.1.4 Local de Atuação

Sobre o local de atuação dentro da escola, a maior parte dos professores investigados, onze (61,11%), atuam em sala de aula, quatro professores atuam fora de sala de aula, em serviços

de direção, coordenação e supervisão e três dos professores (16,66%) atuam em laboratórios e salas de TV escola.

Tabela 4 - Local de Atuação

Variáveis	Frequência	Percentagem
Local de Atuação		
Sala de Aula	11	61,11 %
Direção, Coordenação, Supervisão	04	22,22 %
Laboratórios e TV escola	03	16,66 %
Total	18	100%

Fonte: Instrumento de pesquisa.

A sala de aula normalmente absorve a maior parte da mão de obra da Educação, inclusive em muitos estados como o Amapá há gratificações que estimulam professores a ficarem nas salas de aula.

4.1.5 Formação Específica para a temática

Os dados deste item nos mostra que dez (55%) dos professores investigados nunca receberam nenhum tipo de qualificação referente a Educação Sexual, esses dados serão importante para entender a categoria seguinte que trata da formação, pois apenas oito (44%) tiveram em sua formação algum tipo de capacitação voltado para a temática.

Tabela 5 - Formação Específica

Variáveis	Frequência	Percentagem
Formação Específica		
Receberam algum tipo de capacitação para temática	08	44,44%
Nunca receberam nenhum tipo de capacitação para temática	10	55,56 %
Total	18	100%

Fonte: Instrumento de pesquisa.

Essa variável foi importante no estudo, pois nos permitiu traçar um perfil de suas formações voltadas para a educação sexual. Isto porque para que os professores tenham segurança e possam fazer a inserção desses conteúdos em suas disciplinas, é de fundamental

importância que passem por processos de qualificação específicos para o desenvolvimento da temática, pois apesar do conhecimento empírico ser importante, o aperfeiçoamento científico é primordial para o trabalho com educação sexual em sala de aula, conhecimento esse que pode ser construído nos cursos de formação profissional ou continuada.

Parte II - Questões Abertas

Neste segundo momento foram analisadas categorias que nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

4.2 Categorias de Análise

4.2.1 A Formação Docente e a Educação Sexual

Nesta categoria de análise foram exploradas três questões voltadas para a formação dos professores relacionadas ao tema do estudo. A primeira se refere à primeira parte da formação desses professores, constituído por ensino fundamental e médio, a segunda questão se refere a formação profissional, constituída pelo ensino superior e a terceira se refere a formação continuada voltada para a educação sexual.

4.2.1.1 Formação Inicial

Quando falamos em formação docente e sua relação com a educação sexual percebemos poucos estudos voltados para essa questão, como se o educador sexual não precisasse de uma formação voltado para a área. Então temos a pergunta: como foi educado esse educador sexual de hoje? Como foi sua formação no ensino fundamental e médio? Ele teve formação para trabalhar a temática? São questões complexas que dariam outra pesquisa para elucidá-las, mas tentaremos responder parte desses questionamentos ao longo do capítulo.

Alguns desses docentes investigados tiveram sua formação inicial nos anos 1980 e 1990, um período que ficou marcado na educação brasileira por profundas mudanças acontecidas em todas as áreas. O Brasil, nesse período, vivenciava um período muito agitado, com a decadência da ditadura e início da democracia. O país atravessava uma grave crise, tanto política quanto econômica, e a educação sofreu forte influência desta crise e da política internacional baseada no

modelo neoliberal que influenciou diretamente a política nacional, principalmente com as intervenções do BM, fazendo uma ampla reforma na educação.

Nesse cenário de mudanças no Brasil, principalmente pelos acontecimentos políticos e reformas na educação, duas novas variáveis surgiram para contribuir em mudanças voltadas para a educação sexual nas escolas, principalmente pelos agravos como a AIDS e o aumento da gravidez na adolescência. Com esses novos fatores, houve uma reforma no currículo educacional e a educação sexual foi inserida na escola através dos PCN.

Essas mudanças no ensino fundamental e médio tiveram impactos em sala de aula no final dos anos 1990 e início do novo século. Muitos desses professores investigados vivenciaram parcialmente esse novo currículo escolar no ensino fundamental e médio, mas presenciaram realmente a mudanças na formação superior. No processo de formação de profissional também houve grandes mudanças, como a exigência de formação de nível superior para docentes, o que teoricamente também facilitaria a inserção transversal da educação sexual na escola, pois esses educadores deveriam receber uma gama de conhecimentos muito maior.

A formação de docentes, para atuar na educação básica, far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro séries do ensino fundamental, e oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996a, s/p)

Diante deste novo cenário, com reformas em todos os níveis da educação, teoricamente a sexualidade passa a fazer parte dos conteúdos da escola por intermédio dos PCN, que seriam inseridos transversalmente no currículo. Porém, percebemos que a mudança foi muito tímida e superficial, e tem uma relação direta com a formação docente.

A formação docente também parece não ter acompanhado como deveria as mudanças ocorridas no currículo escolar, pois apesar de os temas transversais já estarem há anos em atividade, principalmente a educação sexual ainda é pouco explorada dentro das universidades, e docentes ainda apresentam dificuldades em tratar da temática em sala de aula.

Nunes e Silva entendem que:

A formação de professores em nosso país, centrada na determinação de produzir técnicos e legiões de trabalhadores alienados, busca subtrair dos professores a capacidade de uma cultura global que dê conta de uma interpretação científica da realidade. As causas dessa expropriação do conhecimento e da ausência de uma política curricular que contemple a sexualidade, ou ainda as dimensões pedagógicas correlatas a esta, devem ser buscadas na esfera da determinação política da escola e de suas formas históricas fundamentais. (NUNES; SILVA, 2006, p. 75)

Essa reflexão é profunda e nos leva a pensar que com todas as dificuldades na formação docente voltadas para a temática, esses docentes são grandes guerreiros, pois mesmo nos dias atuais a sexualidade ainda é um tabu tanto para família quanto para escola. Além disso, esses docentes que se encontram hoje no mercado de trabalho passaram por toda essa dificuldade na sua formação familiar e escolar, sendo que para falar de sexo na família e escola havia sempre um obstáculo, mesmo na escola nas disciplinas onde se tratava do assunto como ciências e biologia, sempre houve um certo receio dos professores em tratar o tema como podemos observar na fala.

Isso foi colocado poucas vezes, e mais pelos professores de ciências mesmo, algumas vezes eles tocavam nesses assuntos da sexualidade na escola, já que em casa era quase nada, o que a gente aprendia era ou com os professores que meio receosos falavam sobre o tema, ou com os colegas mesmo. (E4)

Dessa forma, os conteúdos sexuais eram explorados superficialmente nas disciplinas de Ciências e Biologia, com um foco tecnicista e higienista que predominou durante muitos anos, voltado principalmente para o conhecimento anatômico, higienista e fisiológico do corpo, impossibilitando um aprofundamento no tema. Com isso, as informações adquiridas sobre educação sexual eram geralmente de forma informal com amigos ou parceiro/parceira sexual, revistas e outros meios de comunicação.

Eu lembro assim, no período de quarta série. Não necessariamente da orientação sexual, mas no sentido de higiene, aquelas coisas do corpo todo, de certa forma serve pra você conhecer o corpo. O que eu lembro de ter tido é isso. (E11)

Durante o ensino médio você trabalhava isso na disciplina de ciências/biologia, não muito de sexualidade, mas voltado pra prevenção de algumas doenças causadas por vírus, bactéria ou fungo, mas nada muito específico, mas nada

voltado pro lado social da coisa, qual a faixa etária que está mais vulnerável, o porque está mais vulnerável, isso não era trabalhado, o lado social não foi trabalhado. (E6)

Como a educação sexual não era aprofundada nos meios escolares e familiares, a experiência normalmente se dava com troca de informações entre amigos e ou através de meios de comunicação como jornais e revistas. Essa forma de aprendizado, através de grupos de amigos, muitas vezes se torna perigosa, pois nem sempre o conhecimento é baseado em informações científicas, e acaba fazendo com que jovens adquiram informações tanto superficiais quanto incorretas, o que pode trazer grandes prejuízos a eles. O ideal seria que tanto família como escola pudesse trazer informações claras e objetivas, tirando todas as dúvidas das crianças e adolescentes.

Olha desde o ensino fundamental ao ensino médio e até mesmo na universidade não tenho nenhuma experiência com esse tema, educação sexual, na verdade nem na própria família. Eu fui aprendendo por mim mesma, lendo, através dos meios de comunicação, com amigos, com amigas. (E3)

O conhecimento através dos meios de comunicação normalmente é mais frequente, pois a sexualidade, principalmente nos dias atuais está muito exposta na mídia, principalmente televisiva, estimulando precocemente crianças e adolescentes quanto à sexualidade. Estas informações normalmente se dão de forma aleatória e sem o olhar científico, pois essa exploração midiática da sexualidade vai desde os singelos comerciais, aos programas de humor, filmes e principalmente novelas, pois culturalmente a população brasileira tem um apreço muito grande por novelas, sem se preocupar com horários e limitações para idade.

Por outro lado, os valores que se atribuem à sexualidade e aquilo que se valoriza são também produtos socioculturais. Como nos demais Temas Transversais, diferentes códigos de valores se contrapõem e disputam espaço. A exploração comercial, a propaganda e a mídia em geral têm feito um uso abusivo da sexualidade, impondo valores discutíveis e transformando-a em objetos de consumo. (BRASIL, 2000a, p. 127)

Diante deste cenário propício, a primeira formação escolar, compreendida entre o ensino fundamental e médio, é importantíssima como base de conhecimento para o futuro docente, pois são nessas fases - infantil e adolescência - quando se tem as principais mudanças corporais e o comportamento sexual aflora, fase principal de construção do sujeito sexual e que sofre também influências dos ídolos da televisão.

Um sujeito sem conhecimento mais aprofundado e sem base provavelmente terá dificuldades em discutir esses conhecimentos, mesmo que seja verticalmente da vida profissional.

Trabalhar os temas transversais mesmo que seja de forma verticalizada e interdisciplinar, exigem dos educadores certo domínio da temática para poder traçar estratégias para superar esses impasses, sendo importante uma base teórica acumulada na formação e prática desse educador.

Até por que na nossa própria formação, é trabalhado em um conteúdo muito preso, é aquele conteúdo ali e pronto. Aí quando a gente fala em transversalidade, em interdisciplinaridade a gente só vê na questão da teoria, quando é na prática na escola não funciona. Não funciona mesmo. (E11)

Dentro dessa discussão, Sayão comenta essa prioridade e preocupação com os conteúdos específicos por ser uma demanda mais emergente:

Conteúdos de Orientação Sexual, ao fomentar maior consciência de si e do outro e reconhecer como lícito o direito ao prazer, pode propiciar às crianças e jovens melhores condições de buscar sua própria felicidade e exercer a cidadania de forma mais qualificada. Contudo, na formação dos professores e no dia a dia das escolas, os conteúdos que tratam da Orientação Sexual estão longe de ser objeto de uma maior preocupação por parte dos professores ou das instituições que participam da sua formação. Isto, principalmente, frente às demandas requeridas por maior qualidade, eficácia e resultados na aprendizagem dos conteúdos tradicionais - como Matemática, Língua Portuguesa e Ciências. (SAYÃO, 1997, p. 117)

Os conteúdos tradicionais são prioridades dentro das escolas e elas têm grandes dificuldades em agrupar as disciplinas e trabalhar interdisciplinaridade e a transversalidade. Para as disciplinas afins é menos complexo, porém quando se trata de disciplinas diferentes muitas dificuldades aparecem e, na nossa percepção, isto tem uma relação direta com a formação deficiente do educador.

Sabemos o quanto é difícil falar de um tema sem dominá-lo completamente, e a educação sexual ainda mais, por se tratar de uma temática complexa e polêmica, com muitos tabus

intrínsecos. Dessa forma, percebemos a importância da abordagem da temática e da quebra do paradigma sobre sua discussão no contexto escolar já nas séries do ensino fundamental e médio, onde está a base do conhecimento.

Se a formação é falha em relação à temática, surgem as inseguranças para trabalhá-la, e essa situação acaba sendo redirecionado para outras disciplinas e outros professores que, na teoria, seriam mais capazes de abordá-las, como mostra na fala da entrevistada quando é questionada se ela se sente preparada para abordar a temática transversalmente em sua disciplina. “Não! Mas quando! Até porque conforme a faixa etária que se vai trabalhar ela tem uma linguagem, então Deus o livre, eu não tô preparada não (E8)”.

Essa insegurança é ocasionada por essa lacuna criada dentro da formação docente no que se refere à temática, refletindo uma formação tecnicista e conservadora. Percebemos nos discursos dos entrevistados que a formação escolar inicial, quando abordava o tema sexualidade, era de forma superficial, voltada principalmente para higiene do corpo.

Eu lembro assim, no período de quarta série. Não necessariamente da orientação sexual, mas no sentido de higiene, aquelas coisas do corpo todo, de certa forma serve pra você conhecer o corpo. O que eu lembro de ter tido é isso. (E11)

Muito tímida. Falar sobre educação sexual em pleno século vinte um ainda há muitas barreiras, e quando eu fiz meu ensino médio então...era mito. (E12)

Não ocorreu nenhuma reunião, palestra ou formação. No ensino médio essa temática era recorrente na escola. (E13)

Quando era aluna não. Nadinha. (E14)

Não. No meu tempo a gente não tinha contato, por que nem tinha matéria. (E15)

Até as três primeiras séries eu estudei numa escola que era de padres, então a gente não teve nenhum tipo de educação sexual. Nas outras também a gente não chegou a ver, em nenhuma das escolas teve essa preparação. (E16)

Diante desses depoimentos, percebemos que a maioria dos docentes investigados tiveram uma formação conservadora e tecnicista ainda nos anos 1980 e 1990 do século passado, quando pouco se falava no assunto sexualidade, nem na escola e nem dentro do contexto familiar, como podemos verificar na fala de E3:

Olha desde o ensino fundamental ao ensino médio e até mesmo na universidade não tenho nenhuma experiência com esse tema, educação sexual, na verdade nem na própria família. (E3)

Essa educação conservadora e a omissão de uma educação sexual contextualizada tanto na família como na escola ficam claras nas falas. Esses sujeitos do estudo se mostraram desprovidos de uma educação sexual oficializada dentro de sua formação como pessoa e como educador, sendo que essa omissão repercute na sua segurança em trabalhar verticalmente o tema. Tal fato reafirma-se na voz de E1 quando diz que:

Nos anos 70, anos 80. A gente ainda não trabalhava essa temática de uma forma tão, tão ampla como é trabalhada hoje, então foi algo assim muito pouco é, é trabalhado, discutido não só a nível de dentro da perspectiva acadêmica de escolaridade mas na própria família isso era, era uma temática muito pouco trabalhada nessa nesse período nessa época. (E1)

Apesar de pequenos avanços no Brasil relacionados à temática educação sexual nas décadas de 1960, 1970 e 1980, quando algumas escolas, principalmente da região sudeste introduziram a temática para discussão na escola. De um modo geral, não existiam políticas públicas educacionais claras que oficializassem a educação sexual na escola. Essa preocupação só começou no início dos anos 1980 com o aparecimento da AIDS e com o aumento da gravidez precoce, assim começaram a surgir discussões nesse sentido, que culminaram com a formulação dos PCN na década de 1990.

Nós passamos a ter contato com esse tema no segundo grau, ensino médio né! Era muito a educação sexual voltada pro planejamento familiar eu lembro, e trabalhava, mas de forma muito superficial, em uma disciplina chamada OSPB (Organização Social e Política do Brasil) sobre educação sexual, mas assim, sobre os métodos contraceptivos, e outros cuidados também. (E10)

Essa carência de políticas públicas nos anos 1970 e 1980 para a educação e especialmente para educação sexual reflete no ensino nos dias atuais, pois mesmo com a implantação de políticas que implementaram a educação sexual no currículo nos anos 1990, a maioria dos

professores ativos hoje não tiveram a oportunidade de construir conhecimentos sobre o tema em sua formação por não fazer parte do currículo.

Eu não me sinto preparada pra trabalhar com essa temática, na minha formação eu não tive suporte pra isso, foi uma formação com relação a essa temática bastante precária. (E4)

A pouca importância dada para a temática sexualidade dentro do contexto escolar ocorreu durante praticamente todo o século XX, um período que as crianças e os adolescentes eram vistos como assexuados e tanto a escola como a família ignoravam a temática. Assim, contribuíram por formar cidadãos até certo ponto “alienados”, com pouca informação sobre o referido tema, e essa lacuna deixadas pela família e pela escola fez com que as crianças e adolescentes aprendessem de formas não habituais as questões voltadas para o corpo, sexo, masturbação e tudo mais que se relaciona à sexualidade.

A insegurança e despreparo dos/as professores/as perante as dúvidas ainda hoje é muito grande, não somente nas questões biológicas, mas principalmente nas questões sensuais do corpo e afetivas, o que podem gerar algum tipo de constrangimento, pois grande parte dos educadores que aí estão hoje no mercado de trabalho tiveram uma educação sexual repressora e doutrinadora.

Ainda hoje em pleno século XXI, a escola ainda trata a questão com certo descaso, o tema central do corpo tem espaço apenas nas aulas de biologia ou educação física, o corpo e a sexualidade ainda são vistos com receio.

A história da educação nos mostra que tudo isso está muito longe da verdade: a preocupação com o corpo sempre foi central no engendramento dos processos, das estratégias e das práticas pedagógicas. O disciplinamento dos corpos acompanhou, historicamente, o disciplinamento das mentes. Todos os processos de escolarização sempre estiveram - e ainda estão - preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres. (LOURO, 2000, p.60)

Essa formação deficiente traz para docentes um sentimento de despreparo e insegurança para trabalhar o tema, pois para ter segurança no que faz é necessário ter sido preparado para aquilo, ou pelo menos ter vivenciado a experiência. Por se tratar de uma temática recheada de tabus, que trata de assuntos que tem uma repercussão grande dentro da sociedade, principalmente

na família, essa sensação de insegurança acaba sendo, até certo ponto, normal como a reação dos educadores que tiveram poucas vivências em suas formações.

Essa lacuna deixada na formação dos educadores, que não tiveram a oportunidade de debater livremente o assunto dentro das instituições como a família ou escola, traz um prejuízo para o ensino atual, pois os PCN inseridos no fim do século XX recomendam discussões dentro do contexto escolar, porém essas discussões não devem ser apenas nas disciplinas específicas e sim de forma transversal perpassando pelas diversas disciplinas.

Percebemos nessas reflexões, que além das lacunas deixadas na formação escolar, não basta simplesmente implementar projetos interdisciplinares voltados para a verticalização da temática no contexto escolar, é importante que educadores possam refletir sobre sua prática pedagógica e buscando se livrar de preconceitos estigmatizados com a temática.

As ações pontuais como projetos e outras ações que acontecem no ambiente escolar, são importantes como reflexão, porém não conseguem dar sustentabilidade de uma forma definitiva na escola, e a solução segundo Figueiró (2006) é buscar estratégias como a educação continuada, fazer com que haja essa reflexão da prática pedagógica, como forma de suprir essa lacuna, e trazer a confiança desses educadores para trabalhar a temática.

De um modo geral, os sujeitos investigados não tiveram, nem sua formação básica nem no ambiente familiar, subsídios suficientes que pudessem ajuda-los na sua prática pedagógica. Isto ocorreu pela influência dos valores da época em que estudaram, pois naquele período poucas escolas brasileira exploravam o tema, mesmo porque não existiam políticas públicas que o estimulassem.

4.2.1.2 Formação Profissional

A educação profissional também tem suas lacunas, pois ainda não foram implementadas nas várias áreas de saberes, discussões sobre os temas transversais. Isto talvez esteja ligado diretamente a não obrigatoriedade dos temas transversais dos PCN nos currículos escolares, pois apesar de as escolas serem orientadas a incluírem transversalmente os temas, não há um caráter obrigatório.

Se na Educação Básica a educação sexual possui dificuldades para se firmar, na Educação Superior a situação é mais complexa. A educação sexual formal ainda

está longe de ser uma realidade nas universidades, excetuando-se algumas iniciativas aqui já relatadas. [...] Porém, a formação universitária não diz respeito somente à área técnica, porque os egressos das universidades no exercício profissional deparam-se no dia-a-dia com demandas trazidas por seus clientes (pacientes, alunos e outros) sobre corpo, sexo, relações de gênero e expressão sexual. Alguns casos necessitam de intervenções, orientações, aconselhamento e informações, mas por falta de oportunidade de ressignificar seus conceitos os profissionais não sabem como agir (BENITES, 2006, p.57).

Percebemos pelas falas da maioria dos(as) entrevistados(as) que a formação profissional docente voltada para a temática a educação sexual, de uma maneira geral, ocorre de forma similar aos ensinos fundamental e médio, sendo que a maioria dos docentes citam e até criticam a ausência da temática na graduação. Também destacam que quando há o contato com a temática este se dá também de forma superficial nas mais diversas áreas pesquisadas, como no ensino da Geografia, Educação Física, Matemática, Química, entre outras.

No meu curso eu não tive, nem uma oficina, nem uma disciplina que trabalhasse com essa temática, agora eu procurei outras instituições e fiz na UFPA uma oficina sobre sexualidade. (E3)

Eu acho que ao longo da nossa formação nos tivemos muitas lacunas, a própria LDB e o processo de formação dela, acabou criando umas lacunas, ela diz o que deve acontecer mas não diz como deve acontecer. (E10)

Eu tive excelentes professores de cartografia mas não tive professor pra trabalhar orientação sexual na geografia, então ainda hoje nós temos dificuldades. Então é muito assim, da gente trabalhar a partir das nossas próprias experiências, e nem sempre essas experiências são ricas. (E10)

Na minha graduação eu tive mais contato com esse tema numa disciplina chamada psicologia, mas era assim, falava mais do desenvolvimento cognitivo do adolescente, de como ele se comporta então não tem muito a ver com que realmente deve ser trabalhado em sala de aula. (E5)

Também muito tímida. No nível superior que você pensa que vai ter um grande desenvolvimento, um grande debate nisso, os conteúdos ainda são muito voltados pra tua área, e deixam esse tema transversal bem falho na educação superior. (E12)

Para Silva (1997):

O professor é percebido, na maioria dos casos, como um profissional mal preparado a inseguro para tratar dos assuntos ligados à sexualidade de seus

alunos: “Às vezes, os alunos são mais esclarecidos sobre sexo do que os professores.” “A vergonha que os professores têm de falar sobre sexo dificulta a educação sexual.” “Os professores só estão preparados para suas disciplinas específicas e fogem do assunto sexo.” A formação do professor é negligenciada nesse âmbito e impede que ele seja instrumentalizado para um desempenho mais adequado às necessidades dos alunos: “Os professores não têm preparo para responder qualquer pergunta do aluno sobre sexo.” “As escolas que têm professores especializados no assunto têm maior sucesso na educação sexual dos alunos”. (SILVA, 1997, p. 217)

Percebemos nas falas acima e na citação da autora que essas lacunas são deixadas também pelo ensino superior, sendo que o ensino ainda continua muito tecnicista, mesmo nas áreas onde deveria haver um aprofundamento maior, como por exemplo nas áreas de Educação Física e Biologia e experiências são muito voltadas para as questões técnicas sem maiores aprofundamentos nessas questões.

Uma adequada formação do professor é de fundamental importância para o exercício de sua prática, pela postura que irá adotar no encaminhamento de suas ações. Nos últimos anos, essa formação tem passado por uma revisão crítica substantiva, uma vez que muito se tem questionado sobre o papel da educação na sociedade e a falta de clareza sobre a função do educador. (MAGALHÃES et al, 2005, p. 2)

O mercado de trabalho hoje exige muita competência, principalmente a técnica, e a formação docente ainda deixa a desejar, no que se refere formar educadores que tenham atitudes críticas e reflexivas, principalmente voltadas para a educação sexual. Percebemos pelas falas que o tecnicismo ainda é muito presente em sala de aula, o que acaba sendo multiplicado pelos até então alunos e futuros docentes.

Na graduação nós temos disciplinas relacionadas a determinadas doenças, por exemplo, virologia, bacteriologia, micologia, aí o que você via? Via toda a estrutura e todas as doenças que eram causadas, mas de forma bem técnica mesmo. O agente etiológico, como é que se pega e como é o tratamento, mas aí nunca, isso eu até enfatizo, nunca na biologia, na graduação, você não se preocupa com algumas questões sociais, não tem nada específico. (E6)

Nessa fala percebemos que mesmo diante dos cursos que deveriam explorar um pouco mais a temática, as discussões ficam muito voltadas para as questões técnicas da área, por

exemplo focando mais biologia e fisiologia do funcionamento do corpo, ficando as questões de sexualidade sem serem exploradas, e com certeza essa ausência traz um diferencial negativo para a formação desse docente, que refletirá em sua prática docente.

Professores e professoras, de um modo geral, preparando ou ministrando suas aulas, preocupam-se em encontrar maneiras de facilitar o aprendizado, trabalhando o intelecto do/a aluno/a de maneira que a ação cognitiva se estabeleça com sucesso. Porém um dos objetos de estudo quase sempre é deixado de lado ou ignorado, “o corpo e a sexualidade desse corpo”, pois exceção de Ciências, Biologia e algumas vezes Educação Física, praticamente inexistente essa discussão em outras áreas do conhecimento.

Eu me lembro de ter feito trabalhos na faculdade abordando o tema, porque é um tema transversal que é de suma importância pra Educação Física né, a gente trabalha com o corpo, movimento do corpo, aí vai conhecendo como funciona e acaba estudando sobre sexualidade. (E9)

Em uma minoria de falas, que demonstram que houve um aprofundamento maior nas discussões sobre a temática durante o seu curso de graduação, percebemos uma segurança maior na discussão do tema durante a vida profissional e uma melhor habilidade em trabalhar a orientação sexual nos projetos voltados para a questão.

...Já na graduação eu tive um contato bem maior, a gente já teve um disciplina que tinha orientação sexual, onde a gente conseguiu desenvolver um trabalho melhor. Na faculdade eu tive esse horizonte, esse direcionamento. (E7)

Na graduação quando a gente discutiu PCN's, fizemos trabalhos, organizamos oficinas, debatíamos sobre a questão da educação sexual. Depois nós tivemos no nosso estágio supervisionado, uma das equipes adotou exatamente esse tema e nós desenvolvemos esse trabalho em uma escola do interior, voltando a temática pro planejamento familiar. (E10)

Nestes discursos percebemos o quanto é importante e o quanto influencia na segurança em tratar o tema em sua prática pedagógica, ou seja, aqueles docentes que tiveram em alguma disciplina a discussão aprofundada da temática, apresentavam menos dificuldades no trabalho transversal da temática educação sexual. É fundamental importância o envolvimento da temática educação sexual na formação docente, mesmo que se insira projeto de educação continuada, a

formação docente voltada para o tema, ajuda muito o docente no exercício de sua prática pedagógica.

4.2.1.3 A Formação Continuada

Falar em formação em educação sexual é falar em educação continuada, pois nos parece ser a estratégia de qualificação melhor aceita pelos teóricos que estudam a educação sexual e formação docente. Logo, esse tema tem uma grande importância dentro de nossa pesquisa, por se tratar dos caminhos para se chegar à continuidade das ações em orientação sexual em sala de aula e preencher lacunas deixadas na formação.

Para aprofundar essa discussão é necessário entender alguns conceitos acerca de a formação continuada, para poder chegar ao entendimento da sua relação com a educação sexual. Sobre a educação continuada, Nóvoa comenta que;

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir (sic) a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência. (NÓVOA, 1992)

Sb essa perspectiva, a educação continuada capacita a pessoa não somente para as mudanças no contexto escolar, mas também àquelas requeridas pela sociedade, auxiliando no desenvolvimento desse sujeito em seu lado pessoal, profissional, cultural e social.

A educação continuada são todas as formas e tipos de educação usufruídas pelos que antes deixaram, em qualquer dos seus graus, a educação formal. A educação continuada permite a alguém completar um nível de educação formal, adquirir conhecimento e perícia em determinado campo, atualizar-se ou rememorar um assunto específico, ou melhorar suas qualificações profissionais...a educação continuada pode ser organizada: dentro do sistema educacional, por meio de programas específicos, fora do sistema educacional ou em bases formais (DUARTE, 1986, p.58).

Esse trabalho permanente do educador consigo mesmo, sempre fazendo uma reflexão sobre a sua prática e ao mesmo tempo tendo oportunidade de discuti-la com os demais profissionais é de suma importância para o crescimento professor, até mesmo enquanto sujeito

social. A educação continuada fortalece essa reflexão com sua prática pedagógica, mas para ser um bom profissional, além de produzir sempre mais conhecimentos, é importante ter paixão pelo que faz.

Para ser professor tem que ter paixão dentro de si, e nesse sentido Alves (1980), faz uma reflexão muito interessante sobre o papel do professor, do educador e suas diferenças. Para o autor, professores há aos milhares, professor é profissão, é alguém contratado para trabalhar, já o educador é muito mais que isso, é vocação, e segundo ele, a vocação nasce de um grande amor, de esperanças, que crescem dentro do ser. Essa reflexão sobre o papel do educador é importante para perceber diferenciar o educador do professor, e o objetivo da educação continuada que é bem isso, fazer esse professor se conscientizar de sua importância na vida das pessoas, através da reflexão de sua prática educativa.

Essa busca constante por aprimoramento e a reflexão da prática pedagógica são extremamente positivas para o crescimento do ser professor, servindo não apenas para suprir as deficiências da sua formação inicial, mas também para aproxima-lo das discussões da sua prática pedagógica e das novidades mais recentes em sua área. Dessa forma, fica claro que na formação inicial ficam muitas lacunas, como destaca a fala de E12:

Não é qualquer tema novo, qualquer assunto que você vai transformar numa matéria. Mas deveria ter intensamente uma abordagem dentro do conteúdo programático. De forma sistemática, buscar realmente ensinar a transversalidade. Muito se fala e pouco se faz. É deixada muitas lacunas. A gente sai com uma parte teórica muito rica, mas sem didática, sem prática. A formação em um contexto geral, ela é falha. E com relação a educação sexual, mais ainda, mais ainda. (E12)

A auto reflexão na formação inicial normalmente é muito limitada pela falta da vivência prática.

Durante a formação inicial, o exercício da auto- reflexão ou mais propriamente dita, da reflexão sobre a prática pedagógica – fica limitado. É após estar inserido na prática profissional, deparando com possibilidades e limites seus, dos seus alunos de todo o contexto educacional, em nível micro e macro institucional, que os professores poderão exercitar a reflexão. (FIGUEIRÓ, 2006, p. 88)

Não resta dúvida que o ensino na formação inicial (ensino fundamental e médio) e ensino superior são importantes na formação docente, pois é quando o estudante recebe a base dos conhecimentos. Porém, com toda certeza é na prática profissional que esses conhecimentos específicos são elaborados e é através desses elementos da prática que há o crescimento do profissional.

Os alunos passam um certo número de anos a assistir aulas baseadas em disciplinas e constituídas de conhecimentos proposicionais. Em seguida, ou essas aulas, eles vão estagiar para “aplicarem” esses conhecimentos. Enfim, quando a formação termina, eles começam a trabalhar sozinhos, aprendendo seu ofício na prática. (TARDIF, 2002, p. 270)

O autor citado complementa nosso pensamento, pois é na prática profissional, onde não tem mais aquele professor para orientar, que aparecem as dificuldades e elas são trabalhadas no dia a dia em sua práxis. Através dos cursos de educação continuada o professor busca trabalhar essas dificuldades docentes, preencher essas lacunas que foram deixadas na formação inicial.

Silva e Carvalho comentam que:

Na fala das professoras fica evidente que, à medida que elas começaram a trabalhar com a sexualidade como conteúdo, foram surgindo questões que as direcionavam para a busca de literatura especializada, pois esse tema tem uma abrangência muito ampla e elas sentiram que precisavam ter um bom conhecimento do conteúdo para continuarem atuando como educadoras sexuais, uma vez que a confiança do aluno na professora está relacionada, também, ao fato de que ela, teoricamente, possui um conhecimento mais amplo que o dele sobre sexualidade. (SILVA; CARVALHO, 2005, p. 78)

No que se refere à educação sexual, percebemos a grande importância da educação continuada, pois é uma das possibilidades de aprendizado complementar, e essas experiências geralmente são muito ricas para esses docentes como mostra a fala:

(...) era um curso de gênero e diversidade na escola e um dos módulos era especificamente sobre orientação, sexualidade e orientação sexual, então na verdade foi uma experiência fantástica trabalhar com professores que estão em sala de aula trabalhando de perto diversificadas problemáticas com relação a esse tema e diferentes relatos e, e assim ao final do curso que nós pedimos que

fosse elaborado um projeto como forma de intervenção naquela problemática que eles tinham ,a maioria dos professores elaboraram projetos voltadas para a questão da sexualidade. (E1)

Essa troca de experiência entre professores contribui muito para o crescimento profissional, pois aquele docente que não tem a oportunidade de trabalhar a temática em sala, por questões geralmente de insegurança, consegue através daquela experiência do outro colega de profissão realizar uma reflexão da sua prática, do que pode fazer para melhorar.

Os professores investigados trazem a importância da formação continuada como uma possibilidade muito boa para a complementação da formação em educação sexual, preenchendo então algumas lacunas deixadas pelo ensino formativo.

Dentro do contexto escolar é necessário que ocorram várias e atualizadas formações continuadas, conhecer e informar é a melhor maneira de trabalhar a sexualidade e o que a envolve, na escola. (E13)

Não há como negar a importância da formação continuada para a temática em estudo, o problema é que são poucas as oportunidades, muito se fala em temas transversais e educação sexual e pouco se faz segundo os sujeitos entrevistados.

Não tem ocorrido na verdade né. A gente se depara com situações que a gente tem que contornar, mas que não foi pensado nada daquilo. Embora se fale muito por fora, é um assunto que ainda é um tabu. Todo mundo fala que é importante, mas ninguém toma a iniciativa de fazer nada. (E14)

No meu caso especificamente eu trabalho com alunos surdos, e a gente nota que a falta de conhecimento deles é bem grande sobre esse tema, se os alunos que não tem uma deficiência aparente já tem dúvidas né, imagine eles. Então eu sinto muita necessidade que tivesse cursos direcionados especificamente pro nosso caso da educação especial. (E5)

Ao meu ver, é importante essa reflexão e a necessidade de buscar mais conhecimento, mas esses educadores necessitam de apoio dos gestores essa complementação, que pode ser até na própria escola ou em instituições de formação.

Uma corrente de pesquisadores que defendem que a formação continuada deve acontecer na própria escola, coordenada por profissional da instituição envolvido no processo. Caldeira (1995), Kramer (1989) e Moysés (1994) apud Figueiró (2006, p. 89), defendem que “a formação docente deve acontecer na própria escola, coordenada por um profissional envolvido concretamente com a instituição”. Esses autores apontam a ineficiência de cursos, seminários e jornadas, afirmando que trazem poucos resultados significativos.

São questionamentos a serem refletidos, pois é muito comum a escola liberar professores para participar de cursos, jornadas e seminários por achar que pode estar contribuindo dessa forma na formação desses docentes, mas essas pesquisas mostram a pouca eficiência dessas estratégias. Então qual seria a melhor estratégia para a educação continuada?

Ficamos pensando em relação ao Amapá, que por ser um estado distante, tem dificuldades de locomoção desses docentes para participação de eventos como congressos, seminários e simpósios a nível nacional e internacional. Acreditamos que a estratégia de formação continuada na própria escola seja a mais adequada.

Girade, Cruz e Stefanelli comentam que:

Não podemos deixar de considerar que seja qual for a denominação utilizada para educação continuada, temos que ter em mente que trata-se de programas de educação voltados para adultos que tem suas experiências vividas, um repertório de vida, esquema de assimilação, experiências educacional e profissional que exigem mais que um simples artifício pedagógico no processo ensino aprendizagem, porquê as características citadas o diferenciam do jovem. (GIRADE; CRUZ; STEFANELLI, 2006, p. 108)

Porém, é importante que essas demandas saiam das escolas e cheguem até os conselhos e gestores, pois se há a demanda, deveriam ser ofertados cursos para contribuir na formação desses docentes, pois na pesquisa percebemos que poucos professores tiveram essa oportunidade de fazer um curso de formação continuada, e principalmente voltado para a temática educação sexual.

O ensino, concebido como uma profissão, impõe a necessidade de envolvimento dos professores num processo contínuo de formação. Vistos não mais apenas como quem transmite informações aos seus alunos, mas também como profissionais que criam e constroem conhecimentos sobre o processo de ensino aprendizagem, os professores, em sua maioria, vêm sentindo e reconhecendo a

importância de estarem envolvidos, constantemente, numa dinâmica de crescimento pessoal, cultural e profissional. (FIGUEIRÓ, 2006, p. 87-88)

Esse envolvimento contínuo dos professores com educação continuada é uma fonte de motivação para eles, além de ser uma forma de não deixar o ensino cair no tecnicismo que tanto vem sendo criticado ao longo do tempo.

Quando o educador percebe suas limitações e não tem essa oportunidade de uma formação contínua, umas das opções que esses professores têm é recorrer à internet para tentar suprir as lacunas, porém esse meio nem sempre é capaz de criar esse ambiente reflexivo e também é incapaz de fazer a troca de experiências entre os profissionais.

Ficam brechas, ficam lacunas que precisam ser preenchidas depois da formação docente. Então precisa ter um trabalho mais específico. E a internet te permite ter acesso a informação bem mais fácil, mas talvez isso não seja o suficiente. Falta informação de como passar pro aluno, a metodologia entendeu, que é muito importante. (E10)

Esse mundo moderno e globalizado que vivemos requer que os profissionais estejam sempre atualizados, pois quanto mais se aprende, mais precisamos aprender, especialmente para quem é da área da Educação, exigindo uma formação sempre atualizada, para entender e acompanhar as mudanças que continuamente a sociedade vem passando. Dessa forma a internet surge como uma ferramenta importante nesse contexto, não podendo ser desprezada de forma alguma, porém não podemos esperar somente dela essa complementação formativa.

Figueiró (2006) cita os principais fatores que levam esses professores em busca de mais conhecimentos: o primeiro seria a própria complexidade do ato de ensinar; o segundo seria as dificuldades que esses professores enfrentam durante o processo de ensinar; e por último, aparecem as inúmeras competências e funções que cada vez mais são exigidas desses professores. A transversalidade é um pouco disso, pois além de o professor ter que dominar o conhecimento específico na sua área, também teria que dominar nas outras áreas também, como é o caso da educação sexual.

Essa complexidade de ensinar conteúdos que nem são de seu domínio, faz com que esses professores busquem nas formação continuada opções para o aprendizado e, sem dúvida, esta é a

estratégia que pode melhorar muito a segurança desses professores para trabalhar o tema e contribuir para dar sustentabilidade na inserção contínua e não apenas pontual no ensino.

4.3 Atuação Profissional e Educação Sexual

Neste tópico abordamos a atuação do professor nos ensinos fundamental e médio em sala de aula, suas experiências relacionados à temática e todo o contexto que o cerca, como principais dificuldades enfrentadas para trabalhar o tema da disciplina de atuação.

4.3.1 Trabalho Docente e Experiências Profissionais com a Temática.

Nesta parte do capítulo abordaremos questões voltadas para a vivência do professor em sala de aula e suas concepções sobre a educação sexual, voltadas para atender o objetivo principal da pesquisa, que é conhecer essas experiências docentes quanto à temática educação sexual. Discutiremos inicialmente as dificuldades que esses docentes enfrentam para trabalhar a temática, e no segundo momento exploraremos suas experiências em sala de aula.

4.3.2.1 Dificuldades no Trabalho com o Tema

Quando falamos em experiências docentes voltadas para a educação sexual, uma palavra aparece muito forte, “dificuldade”, por se tratar de um tema complexo e específico, que só a partir dos anos 1990 entrou de forma transversal no currículo, e que até os dias atuais não tem uma obrigatoriedade nos cursos de formação docente. Tal fato faz com que esses professores tenham suas limitações na abordagem da temática transversalmente. Para Nunes e Silva (2006) comentam que:

Entre as dificuldades abordadas pelos professores, que destacamos em nossa experiência como educadores e como interlocutores, em inúmeros movimentos de formação de professores e agentes de educação sexual, na questão da sexualidade, a maioria aponta a ausência de fundamentos científicos na análise destes comportamentos, baseando-se sempre nos elementos mais conservadores e tradicionais de uma cultura repressiva e negativista do sexo e suas dimensões, reforçada pela família, pela religião e pela própria escola... muitos professores apontam a própria dificuldade pessoal em compreender a complexidade da sexualidade humana, reclamando da falta de conteúdo e de resquícios de uma educação repressora que acaba dificultando o esclarecimento das questões e situações que envolvem o sexo. (NUNES; SILVA, 2006, p. 74)

Segundo as falas dos colaboradores, por ser uma temática que envolve um tabu muito grande, a primeira dificuldade é se aceitar enquanto ser sexuado e trabalhar a própria sexualidade, ou seja, além da falta de preparo técnico, eles citam a importância de trabalhar primeiro o “eu” sexual do professor para depois trabalhar os alunos.

É complicado você jogar a temática da sexualidade na escola pra ser trabalhada porque a maioria dos nossos educadores ainda não trabalharam a sexualidade deles. (E4)

Eu vou falar assim, não enquanto o meu preparo, mas o ser humano ele primeiro tem que quebrar esse tabu dessa temática sexualidade, ainda se criou um mito muito grande com relação a sexualidade. Então pra se trabalhar com qualidade, sem medo, sem preconceito, a gente primeiro tem que trabalhar o “eu”. (E3)

Essa conversa consigo mesmo é importante para avaliação pessoal da própria sexualidade como parâmetro para poder discutir a questão em sala de aula. Silva e Carvalho (2006) esclarecem que:

Nos discursos, as professoras expressam a necessidade de estar bem com a própria sexualidade para falar sobre esse tema com os alunos. Essa é uma necessidade imposta pelo próprio conteúdo para evitar que, de um momento para o outro, elas assumam posturas pessoais perante uma classe que esteja discutindo um assunto polêmico ou não, como a legalização do aborto. Se em algum momento da vida, uma professora vivenciou uma situação de aborto e ficou com traumas que não foram superados, quando esse assunto surgir em uma classe, possivelmente, ela terá uma dificuldade maior para lidar com essa questão sem deixar transparecer seus sentimentos ou manifestar sua opinião pessoal. (SILVA E CARVALHO, 2005, p. 78)

É importante considerar também o preconceito que cada sujeito carrega consigo do berço familiar e social, pois até mesmo aqueles que têm oportunidade de ter na sua formação a inserção da temática podem não conseguir se despir do preconceito adquirido em sua educação familiar.

Sugiro que os novos professores devam conhecer o tema, estudá-lo e discuti-lo, além de se despir de preconceitos, ou seja, informar e orientar sem ditar leis ou regras. (E13)

Esse depoimento tem uma importância muito grande para entendermos como essas questões são complexas, envolvendo questões morais, religiosas e sociais. O professor também é um sujeito sexual, que tem uma história sexual de vida anexada em sua história, então as questões subjetivas (principalmente moral, religiosa e experiências pessoais com a sexualidade) de cada sujeito influencia diretamente em suas experiências em sala de aula quando envolve a temática. Mesmo que esses colaboradores não tenham uma formação específica, sua história de vida e suas experiências do ambiente doméstico podem contribuir e influenciar nessas discussões.

Eu não me sinto assim preparada, mas eu te digo que eu consigo falar do assunto a partir da minha filha, por que eu converso com ela sobre isso. (E3)

Outra dificuldade apontada pelos docentes, e que já foi até discutida em outros momentos no texto, é a o despreparo técnico para trabalhar o tema transversal, pois a maioria dos investigados fazem essa relação da pouca vivência com a temática na sua formação com a sua dificuldade de trabalha-la.

Hoje pra trabalhar com ensino médio eu precisaria ter algumas releituras ou até ler coisas novas, eu acho que a geração atual tem acesso a tantas informações mas ela é tão pouco orientada com relação a algumas coisas. Aqui a gente percebe que a molecada tem uma vida sexual bem ativa, muito cedo e sem orientação, e a formação que nós tivemos a anos atrás talvez não seja suficiente pra lidar com essa realidade atual que é tão intensa, não só com a sexualidade mas de modo geral. Os nossos alunos tem um nível de exigência bem maior do nós tínhamos, existia um certo conformismo. E existe hoje um inconformismo, e isso é muito positivo, é muito bom. Então pra voltar pra sala de aula eu precisaria ter um preparo melhor, eu acredito. (E10)

Essa insegurança demonstrada na fala de E10 foi muito comum na maioria dos depoimentos, sendo que a palavra “medo” foi muito frequente nas falas, pois quando se trata de temas polêmicos há sempre o receio de explorá-lo.

Eu tento aplicar, mas a gente não tem apoio. Eu tentei aplicar o tema da droga, e levei um não pela cara, porque a mãe do aluno achou que esse tema era muito forte pra idade dele (sexta série), e a direção mandou eu parar. Mandou eu mudar minha metodologia. Aí eu parei! Só dou aula de educação física mesmo.

Esse do sexo eu até tenho vontade, mas tenho medo... É família não interpretar direito o que é aquele assunto, o que é que o professor vai ensinar. Quando eles ouvem falando de educação sexual, eles acham que tu vai ensinar o filho deles a transar. (E15)

Uma dificuldade clara que aparece nas falas é o receio da temática e seu reflexo no contexto da família, pois o medo de não saber como a família vai interpretar a exploração do tema pelo professor parece interferir na inserção da temática na disciplina.

...Não, não... não me sinto segura. Porque é muito polêmico. Eu ainda nem tentei pra te dizer a verdade. Mas eu acho que a dificuldade principal seria os pais, é muito polêmico, eles não gostam. Eles não ensinam em casa, mas também não querem que escola ensine. (E17)

O polêmico sempre traz receios e nossa temática de estudo está enraizada de polêmicas e controvérsias, sendo que o público e o privado são afetados e a religião exerce uma força importante sobre o exercício da sexualidade e da moralidade. Esses professores carregam essa carga moral, cultural e religiosa impostas pela sociedade, sendo que sempre o preconceito está presente. Por isso trabalhar o tema os deixa tão inseguros.

Os discursos mostram que as professoras enfrentam muitas dificuldades para a construção do ensino de sexualidade. Inicialmente, elas precisam superar o constrangimento de falar sobre esse assunto e, também, elaborar estratégias para lidar com o constrangimento dos alunos. Além do constrangimento, as professoras se deparam com a resistência deles ao conteúdo. Elas aprenderam que essa resistência é vencida com o tempo, na medida em que vai aumentando o interesse do aluno pelo conteúdo. Elas, também, aprenderam que precisam lidar com os tabus que surgem no grupo durante uma discussão, sem impor uma única forma de pensar. Outra dificuldade que é ressaltada na convergência dos discursos é a questão da necessidade de preparar aulas que atendam aos interesses de cada turma. As professoras descobriram que cada turma tem interesses diferentes dependendo da idade, da educação recebida na família, das vivências de cada aluno. Esse fato exige que elas preparem aulas diferenciadas e implica maior tempo de preparação das aulas, maior conhecimento de conteúdo e de estratégias que se adequem a cada conteúdo e a cada turma, além de maior envolvimento do professor com o conteúdo. (SILVA; CARVALHO, 2005, p. 77)

Esse desconforto em falar de temas sexuais foi relatado na pesquisa de Reis e Vilar(2004), que fizeram uma escala de conforto em falar de temas de sexualidade, com indicadores variando de 1 a 5, “os níveis mais alto de conforto atingido foi quando falavam sobre os assuntos amor, pílula, gravidez e os níveis mais baixos assuntos como sexo oral, sexo anal” (REIS; VILAR, 2004, p. 741). Esta pesquisa nos mostra que para alguns professores chega a causar constrangimentos falar de assuntos tão íntimos, o que não lhes deixa à vontade para falar livremente. Outro dado relevante dessa pesquisa é a relação da religiosidade com o conforto de falar no tema, pois quanto maior a religiosidade, menor o conforto com o tema, mostrando como as questões morais e principalmente religiosas influenciam na prática pedagógica.

Outra dificuldade relacionada à implementação do tema na escola tem relação com a gestão local, principalmente a direção e coordenação das escolas, pois segundo os colaboradores da pesquisa, eles recebem pouco ou nenhum apoio dos gestores para o desenvolvimento de projetos e ações voltados para educação sexual.

Aqui na escola eles trabalham com um projeto, muito legal. E eu acho que tem que ser assim mesmo. Só que tem que ter mais apoio, apoio da escola mesmo e não deixar só na mão do professor. (E15)

Tá faltando apoio da direção né. Em 2007 a gente tinha todo o apoio, tanto da escola, quanto da secretaria, então as coisas funcionavam, os projetos funcionavam. Mas hoje em dia a gente não tem esse apoio dentro da escola pra trabalhar. Em 2007 a gente vinha notando a diminuição gradativa da gravidez na adolescência, e hoje em dia não. A gente já vê que aumentou esse nível, e a gente tinha conseguido baixar, tinha conscientizado os alunos sobre esse tema. A gente tinha dados sobre isso, comprovando a diminuição. Mas depois de 2008 que o projeto foi esquecido pela escola isso voltou ao que era antes. Mas também não é só falta de apoio da escola, a gente tem que tá envolvido: os pais, escola e professores. Porque não dá pra você fazer um trabalho isolado. Quando nós começamos a fazer o trabalho, tinham pais que bloqueavam os filhos, então nós tivemos que fazer primeiro um trabalho com os pais, esclarecendo o que era. Aí os pais foram entendendo, e foram abrindo mais espaço. (E16)

Silva (1997), em sua pesquisa, cita os principais fatores dificultadores e possibilitadores para que ocorra a educação sexual em sala de aula.

Como se percebe, a grande maioria das categorias apontadas como fatores dificultadores aparece, também, como fatores possibilitadores da educação sexual na escola, isto conforme eles possam estar caracterizados. As condições pessoais e a formação profissional do professor, as estratégias utilizadas para

fazer a educação sexual, as condições dos pais, as condições dos alunos e os meios de comunicação aparecem tanto como fatores dificultadores quanto como fatores facilitadores dessa tarefa. Os fatores externos à relação família-escola só aparece como fator dificultador e a categoria material didático é vista, apenas, como fator facilitador da educação sexual na escola. (SILVA, 1997, p. 216)

Para a autora, os fatores que dificultam o trabalho de educação sexual na escola são: as condições e formação dos professores; estratégias utilizadas no trabalho; características dos pais; características dos alunos; dificuldades originadas fora da relação família-escola; e necessidade da participação de especialistas de fora da escola. Já os facilitadores são: formação dos professores; estratégias utilizadas no trabalho; características dos pais; características dos alunos; progresso dos meios de comunicação; relações interpessoais; e material didático. Percebemos com essa pesquisa que a maioria das variáveis tanto podem ser fatores dificultadores como facilitadores do trabalho docente.

Para que a educação sexual tenha sustentabilidade dentro do contexto escolar é necessário que gestores, principalmente diretores, possam estar estimulando projetos com ações voltadas para a sexualidade, por ser um tema transversal e não obrigatório, é importante que a escola fique sempre estimulando professores a trabalharem interdisciplinarmente e transversalmente a temática, além de realizar também ações pontuais com o intuito de não cair no esquecimento a temática.

4.3.2.2 Experiências Docentes com Educação Sexual

Quando tratamos de experiência docente na educação aparece um amplo campo, sendo que a prática enriquece muito os conhecimentos, e quando falamos em educação sexual estas experiências podem contribuir muito. Isto porque a interação entre professores e estudantes, o fortalecimento desse vínculo é de extrema importância para se trabalhar a sexualidade em sala de aula. Assim, vamos explorar nessa categoria de análise a experiência docente em sala de aula e o trabalho com educação sexual. Silva e Carvalho afirmam que:

As convergências entre os vários discursos mostram que, diante das atitudes dos alunos, as professoras foram descobrindo que para ter eficácia nas aulas é necessário extrapolar a relação normalmente estabelecida entre professores e alunos. De início, é preciso ganhar a confiança deles, pois o conteúdo da sexualidade mexe com o “eu” de cada um. Ele precisa falar e ser ouvido para

conseguir refletir sobre seus próprios problemas. Elas perceberam o quanto tais problemas interferem na vida, no ensino e na aprendizagem e contaram que, às vezes, o aluno quer simplesmente falar sobre algo que está acontecendo na sua vida para desabafar. Falando, ele se sente aliviado e participa da aula. Para elas, ouvir o aluno é fundamental para estabelecer um vínculo afetivo e criar amizade. (SILVA; CARVALHO, 2005, p. 76)

Em primeiro lugar, é importante frisar a importância, para os estudantes, do trabalho com educação sexual pois, segundo as próprias experiências dos entrevistados, no período em que a escola trabalhou o tema com profundidade através de projetos envolvendo a sexualidade houve uma diminuição de adolescentes grávidas na escola.

Eu vou falar da minha escola, da escola Antônio Messias, quando existia de fato o JP, que a gente fazia teatro, distribuía camisinha, a gente percebeu que o índice de gravidez na adolescência diminuiu bastante. Mas não teve ano passado, eu fico assim abismada com a quantidade de menina grávida, então tem efeito sim. (E2)

Este depoimento mostra que o trabalho desenvolvido na escola dá resultados e tem grande influência na vida desses alunos. Sabemos que uma gravidez precoce altera o planejamento de vida futura desses adolescentes, que normalmente têm planos de seguir com os estudos, concluir um curso superior e ter uma profissão, mas a vinda de uma gravidez não planejada pode alterar completamente este projeto de vida. Dessa forma, os professores têm uma função fundamental dentro de sala de aula no que se refere à educação sexual.

Em relação aos seus projetos de vida, foi percebido, através dos discursos, que a gravidez trouxe uma grande mudança, para os projetos da maioria das adolescentes pesquisadas. Se antes, imaginavam terminar os estudos, arranjar um bom trabalho e ajudar a família, sonhos comuns de todas as adolescentes de classes populares mais baixas, o fenômeno da gravidez se encarregou de frustrá-las. O certo é que, com o início da gestação, a maioria teve que parar os estudos, mudando, assim, suas expectativas de futuro, agora voltadas principalmente, para a criação de seus filhos. (PANTOJA, 2003, p. 154)

Trabalhar a prevenção nas escolas tem um caráter fundamental, pois pode mudar inclusive o futuro dessas crianças e adolescentes envolvidos no contexto, uma vez que pequenas informações e discussões podem mudar seus comportamentos e atitudes, tendo assim um reflexo

distinto em suas vidas. Desse modo, o envolvimento docente com a temática permite e facilita esta mudança de atitude.

Eu tô na área da educação desde 2000 e eu sempre me preocupei, levando em conta o conteúdo programático, a prevenção DST/AIDS e gravidez na adolescência e em parceria com um colega das biológicas, nós iniciamos um projeto aqui na escola que é o Juventude Prevenida, e ele trabalha nas diretrizes do Saúde e Prevenção nas escolas, e primeiro a gente trabalha o protagonismo juvenil, onde o jovem se capacita pra tá levando esse conhecimento pra outros. E por esse projeto ter dado certo na escola e ser referência no estado nós fomos convidados pra coordenar o projeto Educação Para Todos/AIDS Brasil, que trabalha com dirigentes sindicais, professores e alunos, isso desde 2006. E esse trabalho também disponibiliza preservativo, claro, depois de fazer todo um trabalho com a comunidade. (E10)

Os docentes que se envolvem com projetos e têm experiências voltadas para a educação sexual acabam se tornando referência na temática sexualidade para outras escolas. É importante para eles esse envolvimento que a temática precisa para um desenvolvimento contínuo nas escolas, e também que mais professores se envolvam e se “contaminem” com o interesse pela temática. Assim, a discussão poderá ter sustentabilidade na escola.

Em 2007 eu fui convidado pelo professor Arnoud e pelo professor Valdez pra participar do Juventude Prevenida, a princípio era só pra gente dá o suporte na parte esportiva, mas aí a gente foi se entrosando mais, participando dos cursos que eram oferecidos... (E16)

Hoje alguns professores e eu a gente faz parte de um grupo que fala sobre sexualidade, do uso da camisinha, dessa temática, a gente tem todo um material. Quando a gente faz um trabalho de mudança de opinião muda o comportamento desses meninos, e o JP Juventude Prevenida ajuda muito nisso. (E3)

Essas experiências normalmente são enriquecedoras para a prática pedagógica desses docentes, diminuindo a insegurança e quebrando os tabus existentes no contexto escolar.

É importante ter pelo menos algum tipo de trabalho desenvolvido pela escola sobre educação sexual para fazer com que os professores se estimulem a participar de alguma forma. Até aqueles que não se sentem preparados ou envolvidos com a temática, mas cedem seus horários para outros professores trabalharem a sexualidade, contribuem com este movimento.

O docente, uma vez envolvido, mesmo que não seja especificamente da área, pode estar sempre contribuindo para a sustentabilidade não só dos projetos, mas da inserção do tema de forma transversal. Assim, servem também como estímulo para buscar novas capacitações e cursos de educação continuada.

Hoje em dia eu me sinto preparado. Eu já trabalhei dentro do Projeto Juventude Prevenida né, e eu sempre fecho o quarto bimestre com essa temática, geralmente na sétima e oitava, e ensino médio. (E16)

Eu já fiz muitas capacitações como eu te disse, pela Secretaria de Segurança Pública, pela Secretaria de Educação. Eu sou multiplicador de educação sexual no contexto carcerário, sou facilitador dessa disciplina no curso de formação de novos servidores da segurança pública e trabalho também na escola. (E12)

A falta da vivência com a temática dificulta o aprofundamento e a discussão do tema em sala de aula de forma transversal. Nesse caso, as discussões se dão de forma descoordenada, porque são baseadas em experiências pessoais:

Enquanto profissional eu nunca trabalhei essa temática, meu trabalho é enquanto mãe, mas na escola em si eu nunca desenvolvi nem um projeto, eu não tenho essa experiência profissional. (E3)

Por outro lado, a vivência com a temática dá bases para que esses professores trabalhem o tema com mais segurança.

Em sala de aula eu já trabalhei de primeira a quarta e com maternal, jardim um, jardim dois, é mais a parte do conhecer o corpo. Mostrar de um forma bem tranquila pra que não desperte o lado ruim, mas dentro da idade e das limitações de cada um. (E7)

Sim, eu me sinto preparada. Eu já fiz trabalho de pesquisa com eles e também trabalho sempre a parte de informação, de exposição. É um tema que eu uso muito, e eu acho que é muito importante ser abordado desde a educação fundamental, pra que não fique uma coisa muito proibida, pra que eles passem pela puberdade tranquilamente né. Eu acho que são os temas que eu mais abordo, não só a sexualidade mas também drogas. Então eu procuro trabalhar desde o funcionamento do corpo, as transformações, a parte hormonal, higiene que é muito importante, eu percebo que muito deles pecam nisso né. (E9)

Quando o docente consegue inserir a temática em sua disciplina, a vivência na prática profissional sempre é muito rica, trazendo momentos interessantes de muitas construções, pois essas trocas de experiências só contribuem para dar mais segurança e crescimento profissional.

Como eu sou professora de artes, pessoal pensa que eu tenho que trabalhar com projeto de tudo quanto é coisa né. E eu trabalhei um tempo em uma escola em que eu era responsável por uma disciplina de projetos, e eu dividi os bimestres, e cada bimestre eu procurei trabalhar um tema dos PCN's. E na orientação sexual, o que foi que eu trabalhei com eles, primeiro conhecendo o corpo, a questão do gênero, do preconceito. Primeiro pra eles se reconhecerem como diferentes, e depois pra cada um deles fazer uma pergunta, uma curiosidade. Na sala em que eu fiz tinha alunos que eram homossexuais, aí nós trabalhamos a questão do preconceito. Aí depois eu associei com a obra de arte entendeu, trouxe um pouco pra minha disciplina. (E11)

Trabalhar os temas transversais dentro de sala de aula é sempre muito complexo, pois cada um deles tem uma imensidão de conteúdos técnicos e, como já foi comentado anteriormente, esses professores não têm formação para isso. Porém, a experiência do dia a dia na prática profissional e o trabalho interdisciplinar contribuem muito para a construção desse conhecimento, tanto em sala de aula como fora dela, no contato com outros docentes de áreas específicas como de Biologia e Educação Física. Isto porque mesmo sem ter domínio técnico desses conteúdos, as experiências práticas, a troca de experiência e o conhecimento empírico contribuem para o trabalho docente.

4.4 Concepções Teórico/Conceituais Sobre PCNs, Transversalidade, Interdisciplinaridade e Relação com Educação Sexual

Neste tópico abordaremos as concepções que os docentes tem sobre os PCN, a Transversalidade e a Interdisciplinaridade, e como essa interligação vem acontecendo nas mais diferentes disciplinas na prática, principalmente no que se refere à temática educação sexual.

4.4.1 A Prática Docente e os PCN

Mesmo depois de dezessete anos da criação dos PCN, segundo os docentes investigados este é um tema pouco debatido no contexto escolar, sendo que, ao serem questionados, mostraram distanciamento e até desconhecimento do tema. É preocupante por se tratar de uma

política pública da educação brasileira e que formulou uma base comum para todo o território nacional, e que até hoje é pouco debatida e explorada na escola, o que compromete diretamente a temática educação sexual no contexto escolar.

Não conheço muito não, mas eu já dei uma olhada nos PCNs e tem sobre essa temática. Mas as escolas não têm a preocupação de trabalhar a partir dos PCNs, eu observo isso, nós aqui por exemplo não se fala em PCN. (E3)

Com relação aos PCNs eu não sei muita coisa, eu vou te ser bem sincera. (E5)

Aqui eu nunca vi, mas na outra escola que eu trabalho a gente inclui em todas as disciplinas, a gente consegue inserir os PCN's com a criançada de primeiro ano até o nono. (E7)

Outros têm conhecimento sobre os temas transversais, mas mesmo conhecendo apresentam distanciamento dos mesmos na sua utilização em sala de aula.

Na temática da educação sexual os PCNs busca, acredito, orientar e informar aos profissionais de educação, como trabalhar o tema em sala de aula, respeitando as diversidades, ao papéis sociais de meninos e meninas sem estereótipos ou preconceitos. (E13)

Olha eu já li bastante sobre os PCNs! Bastante mesmo, já li muito. Hoje não tenho mais contato, mais já li muito. (E17)

Assim como na discussão de outras temáticas, os PCN voltados para a educação sexual ainda estão longe de cumprir seus objetivos na escola. Isto ocorre também porque foram elaborados sem a participação dos professores. Trata-se de uma política que foi imposta pelo governo federal, por isso não se consegue executá-la na prática.

Sabe-se que políticas são criadas sem a participação popular têm mais dificuldades de serem implantadas na prática. Para a educação sexual, resta o bom senso de professores, projetos de cooperação de secretarias de saúde, para poder ter algum tipo de discussão no contexto educacional. Logo os PCN, que deveriam servir para nortear os currículos e práticas pedagógicas, os quais trazem temas importantes para dentro do contexto escolar como educação sexual, meio ambiente, ética e outros, acabam ficando só no papel, pouco utilizados no contexto escolar.

A não obrigatoriedade da inserção dos temas transversais faz com que as escolas selecionem temas transversais que sejam mais viáveis para a execução de projetos, sendo que no

Amapá as escolas têm sua autonomia e trabalham de modo individualizado. Porém, poucas escolas têm registros de trabalhos voltados para educação sexual, no período da coleta de dados apenas a escola estudada foi citada pelos técnicos da Secretaria de Educação e pelos gestores do Programa Saúde Escolar. Percebemos na fala abaixo como são selecionados os temas dos PCN a serem trabalhados.

Os PCN's são algumas diretrizes, algumas normas que a gente deve ter pra trabalhar alguns temas, e a escola ela é livre pra escolher e aqui na escola a gente trabalha mais com a questão do negro, da lei, até ganhamos um prêmio. (E8)

Na fala seguinte percebemos que os PCN já são trabalhados nas escolas do Amapá desde o início da década, porém durante o planejamento escolar, normalmente o tema educação sexual fica para segundo plano, sempre é dada prioridade para outros temas transversais.

Olha eu trabalho desde 98, e os PCNs eles passaram a ser trabalhados desde 2000 e começaram a fazer parte do nosso trabalho, do nosso planejamento, do conteúdo programático. No caso dessa temática da orientação sexual, eu acho que é sempre trabalhado pouco é mais com relação a drogas e diversidade cultural por exemplo. Eu sempre trabalhei mais com educação do ensino fundamental e eu confesso que eu achava difícil utilizar os PCNs voltados pra essa temática, por isso nunca utilizei muito não. (E10)

Então, na nossa avaliação, a implementação dos PCN pouco contribuiu para a inserção do tema de estudo no contexto escolar, pois apenas algumas escolas com ações pontuais, vêm explorando de forma mais aprofundada esta temática. Alguns professores alegam a dificuldade de trabalhar o tema por questões ligadas à formação, quando os PCN foram pouco explorados.

Eu acho que poderia ter uma disciplina específica pra esses temas transversais, e de que forma podem ser trabalhados. Porque não é todo mundo que tem acesso aos PCN's, ou que pode fazer um curso né. Seria muito interessante ter um disciplina pra trabalhar esses temas, por que não fogem nem um pouco do conteúdo das disciplinas. (E9)

Percebemos com a pesquisa que os professores envolvidos com projetos sobre a educação sexual e que fizeram algum tipo de capacitação têm mais facilidade para trabalhar transversalmente o tema, já aqueles que nunca participaram de evento nenhum de capacitação normalmente não abordam a temática. Como mostram as falas e E9 e E12:

Olha eu sou capacitado pra ser multiplicador em educação sexual, eu sempre abordo todos os anos dentro dos meus conteúdos. Tem gente que diz que não dá pra utilizar os PCNs dos temas transversais em qualquer disciplina, mas eu consigo. Mas é uma coisa que a gente vê de forma isolada. (E12)

Eu já fiz uma formação, um curso sobre os PCN's. Estudamos todos os PCN's, todas as temáticas, então eu já trabalhei bastante em cima disso e procuro adotar hoje em dia na minha carreira. (E9)

Em outras falas percebemos um distanciamento generalizado de todos os temas dos PCN, em especial da orientação sexual, dando entender o desconhecimento quanto as temáticas, pois seria necessário compreender seus objetivos e conhecer seu conteúdo técnico para abordá-lo.

Eles (PCN) dizem que é um tema transversal, assim como droga, meio ambiente, preconceito. E eu posso abordar esses temas como qualquer outro professor também pode. (E15)

Eles (PCN) dizem que a gente tem que tá “junto” com esses temas, e ir introduzindo nas disciplinas né. (E16)

Os temas transversais por si só já são complexos, alguns deles polêmicos e para aprofundá-los seria necessário um conhecimento maior. No que se refere aos temas sexuais essa complexidade ganha uma dimensão maior, pois mexe também com o “eu” sexual esses professores, além disso o receio as repercussões que a abordagem pode ter acaba complicando muito seu uso em sala de aula.

Eu sei que eles (PCN) falam da educação sexual, mas é um tema assim complicado, difícil de ser abordado. (E18)

Mediante os depoimentos, pode-se concluir que os PCN foram criados há dezessete anos com o objetivo de dar autonomia às escolas, integrar as disciplinas e trazer para sala de aula

temas complexos como pluralidade cultural, etnia, ética e orientação sexual para serem trabalhados transversalmente. Porém, mesmo com todo esse tempo, esses temas, principalmente sobre as questões sexuais, não são explorados nos contextos escolares de uma forma sustentável, pelo fato de serem aplicados esporadicamente em ações pontuais de acordo com o interesse momentâneo da escola ou do grupo de professores.

Para a democratização na escola é necessário um projeto pedagógico construído com a participação de todos os envolvidos no processo educativo, de posse das informações necessárias para tentarmos fazer as melhores escolhas, de valor inclusive, talvez assim a escola terá realmente sua autonomia.

4.4.2 Interdisciplinaridade, Transversalidade e a educação sexual

Buscando alguns conceitos sobre interdisciplinaridade, encontramos outras nomenclaturas também usuais, muitas vezes misturadas e confundidas com outras nomenclaturas semelhantes como a multi, pluri e transdisciplinaridade. Focaremos nossos estudos na interdisciplinaridade por ser mais usualmente utilizada no contexto.

Fazenda (1993) comenta que a interdisciplinaridade estabelece as relações entre um conhecimento interdisciplinar, possibilitando que os currículos organizados pelas disciplinas levem o aluno ao acúmulo de informações. Ao contrário, o pensar interdisciplinar tenta, por meio do diálogo com outras formas de conhecimento, interpenetrar por elas. Considera importante o conhecimento do senso comum que, ampliado através do diálogo com o conhecimento científico, adquire uma dimensão libertadora, possibilitando enriquecimento da nossa relação com o outro e com o mundo. Para a autora é importante ter em mente que esse processo da interdisciplinaridade não é ensinado, e sim vivenciado.

Conceituando a interdisciplinaridade e suas raízes, Assumpção(2005);

Diz que a interdisciplinaridade nomeia um encontro que pode ocorrer entre seres- inter- num certo faze- dade- a partir da direcionalidade da consciência, pretendendo compreender o objeto, com ele relacionar-se, comunicar-se. Assim interpretada, esta supõe um momento que antecede, qual seja a disposição da subjetividade, atributo exclusivamente humano, de perceber-se e presentificar-se, realizando nessa opção um encontro com-o-outro, a intersubjetividade. (ASSUMPÇÃO, 2005, p. 24)

Esse encontro entre os seres, troca de experiência de saberes diferentes e vivência da interdisciplinaridade são importantes na produção de conhecimento, inclusive para o próprio professor, pois possibilita uma troca, um consenso, uma nova deliberação sobre o assunto em pauta. Porém, o que vemos na prática é um distanciamento dessa teoria, mesmo com muitas tentativas e incentivos.

Nessa direção, Fazenda afirma que:

Ela (interdisciplinaridade) é apenas pronunciada e os educadores não sabem bem o que fazer com ela. Sentem-se perplexos frente à possibilidade de sua implementação na educação. Essa perplexidade é traduzida por alguns na tentativa da construção de novos projetos para o ensino. Entretanto, percebe-se em todos esses projetos a marca insegurança. (FAZENDA, 2005, p. 15)

Na educação sexual e na transversalidade é importante que aconteça o trabalho interdisciplinar, pois essa estratégia pode impedir o que chamamos de “Biologização da Educação Sexual”. A biologização seria a responsabilização da atividade de educação sexual especificamente para as áreas de ciências, especialmente para a Biologia.

Eu já trabalhei com o tema da sexualidade, não na geografia, mas na oficina de trabalho. Quando o professor Valdez fazia parte do JP ele pedia um tempo pra gente. Ele dizia: olha amanhã tu pode me dá teu horário pra mim falar disso, disso e disso? Então no caso não era minha disciplina eu só cedia a hora da minha disciplina pra ele falar, então não existia essa interdisciplinaridade, existia a consciência. Eu na realidade não vi aqui, a não ser na área de ciências ou biologia, essa interdisciplinaridade eu desconheço. (E2)

A interdisciplinaridade, apesar de amplamente discutida, ainda é pouco utilizada no contexto da escola, pois os currículos tradicionais são muito metódicos e continuístas, com muitas informações que não serão usadas na vida profissional, mas deixando de lado a integração entre as disciplinas. Fazenda comenta que:

Em termos de ensino, os currículos organizados pelas disciplinas tradicionais conduzem o aluno apenas a um acúmulo de informações que de pouco ou nada valerão na vida profissional, principalmente porque o desenvolvimento tecnológico atual é de ordem tão variada que fica impossível processar-se com

velocidade adequada a esperada sistematização que a escola requer (FAZENDA, 2005, p. 16).

Podemos notar na fala de outro entrevistado:

Todas as disciplinas deveriam trabalhar isso né, mas fica restrita mais na biologia, ciências mesmo, mas deveria ser levado mais a fundo. (E4)

Fazenda cita que “no projeto interdisciplinar, não se ensina, nem se aprende: vive-se, exerce-se” (FAZENDA, 2005, p. 17). Esse pensamento traduz bem o que seria a interdisciplinaridade, sendo que para aplicar a transversalidade é preciso integrar essa vivência à prática pedagógica.

A orientação sexual é um dos temas transversais e, como tal, deveria ser inserido na escola, porém sem uma obrigatoriedade. Ou seja, apesar de ser indicado a fazer parte do currículo dentro das disciplinas comuns, como português, matemática, história etc, o MEC não obriga essa inserção, somente recomenda. Dessa forma, percebemos que os professores das demais áreas, apesar de acharem importante o estudo da temática, acabam delegando para os professores das áreas afins como Ciências e Biologia tal atribuição, ficando a transversalidade e a interdisciplinaridade bem limitadas em relação ao tema.

Aqui eu só apoio o professor que vai trabalhar. Mas eu acredito que o professor de ciências tem mais um jeito pra falar, consegue trabalhar de uma forma mais confortável. Eu não tive preparação pra isso. (E18)

Nestas falas fica clara essa “biologização”, sendo que professores, por diversos fatores como a sobrecarga de conteúdos escolares, falha na formação profissional e até questões culturais, morais e religiosas, contribuem nesse processo, como foi discutido nas categorias anteriores.

O grande problema da interdisciplinaridade talvez seja essa falta de tempo que os professores têm para trocarem experiências e elaborarem projetos coletivos, ou seja, planejarem coletivamente suas disciplinas. Assim, a falta de integração proporciona uma educação tecnicista e pautada exclusivamente em conteúdo obrigatório.

Nós na escola deveríamos ter momento pra estudar, planejar, organizar realmente, o que às vezes nem sempre dá, o que seria o ideal? Que nós tivéssemos um tempo pra gente planejar e de forma interdisciplinar o que cada professor pode fazer, assim nós teremos um ensino de muito mais qualidade pro aluno. Às vezes o professor faz alguma coisa que até tem a ver com que outro professor tá trabalhando, mas ele nem fica sabendo entendeu. (E11)

Para Bovo (2005) a interdisciplinaridade busca envolvimento, compromisso e reciprocidade diante dos conhecimentos, ou seja, atitudes e condutas interdisciplinares. Para que os trabalhos interdisciplinares sejam desenvolvidos pelos professores é necessário o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho interdisciplinar, o que implica na integração de conhecimentos, passando de concepção fragmentada para uma concepção unitária de conhecimento, além de ter que superar também a dicotomia entre ensino e pesquisa.

Planejar a educação de forma a integralizar os diversos saberes é uma tarefa árdua para a escola, que vem buscando há muito tempo essa integração. Várias discussões nesse sentido vem sendo realizadas, mas acreditamos que para que se atinja esse objetivo é necessário começar essa integração pela formação docente.

Associada à interdisciplinaridade, a transversalidade necessita dessa integração para o seu êxito. Dentro do contexto da educação sexual escolar, com o aconselhamento do MEC para a transversalidade do tema, é importante que haja esse trabalho interdisciplinar, inclusive para dar sustentabilidade ao tema na escola, e não ser um fato isolado e esporádico na escola dentro de projetos pontuais.

Sob essa perspectiva Bovo (2005) observa que a ação pedagógica da interdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa, que deriva da formação do sujeito social em articular o saber, conhecimento e vivência. Para que isso se efetive, o papel do professor é fundamental no avanço construtivo do aluno.

A fala abaixo evidencia o trabalho interdisciplinar no momento do planejamento escolar.

Todo mês de dezembro nós fazemos um ciclo de palestras aqui na escola, vários professores estão envolvidos, e uma certa vez nós fizemos uma reunião com todos os professores e nós cedemos um material onde nós dávamos um horizonte pra esses professores trabalharem temas relacionados com a sexualidade. Como é que o professor de biologia vai trabalhar? Como é que se pega uma DST, como é que não se pega, como tratar, como prevenir. O profissional da química, trabalha que medicamento é indicado no combate disso, quais os princípios ativos. O professor de física, matemática, como é a estrutura da camisinha, por

que ela tem essa forma, esse diâmetro. A questão da história, como é o histórico da AIDS, onde surgiu, porque surgiu, na geografia, onde mostra o mapa da pandemia. Nós tentamos fazer um material em que todas as disciplinas fossem contempladas, aí o professor fica à vontade. (E6)

Essa escola participativa exige a integração dos diversos saberes existentes nela, e isso não se faz sem a participação e a união do seu quadro de professores. A sobrecarga de trabalho e as falhas no planejamento acabam dificultando essa integração, distanciando os saberes disciplinares contidos na escola. Para a ocorrência da transversalidade é preciso que o planejamento seja integrado, até para que os docentes saibam como explorar esses temas transversais dentro das várias disciplinas:

Com certeza essa transversalidade é muito bom, mas precisa ser mais trabalhada. A gente sabe que dá trabalho, que precisa de mais planejamento, de muita pesquisa de muito envolvimento do professor também e precisa ser trabalhado de forma bem dinâmica, tem que fazer o aluno se sentir estimulado, a atrair o aluno pra conversa. (E4)

A proposta de transversalidade para a abordagem desse tema propõe que seus conteúdos sejam tratados de maneira articulada com as matérias curriculares tradicionais, pretendendo com isso que estejam presentes, se não em todas, em boa parte das áreas, estabelecendo uma relação entre os conteúdos e as questões da atualidade.

A dicotomia existente entre a teoria e a prática, ou seja, entre o que está escrito nos PCN e o que acontece na prática pedagógica, é bem visível na fala dos entrevistados.

Olha só, os PCN eles tratam dessas questões né, aí você trabalha de uma forma no primeiro segmento, que é o ensino fundamental e também é trabalhado no ensino médio. Então a gente tem conhecimento que é pra ser trabalhado isso de forma transversal e interdisciplinar, só que o quê que você percebe? Que ainda tem um paradigma grande nessa questão, que essa temática tem que ser trabalhada pelo profissional das ciências biológicas, mas isso tem que ser trabalhado por todos e o Estado tem que assumir isso. (E6)

Para que esse paradigma seja ultrapassado é necessária uma organização da escola, principalmente no que se refere ao planejamento participativo e interdisciplinar dos professores, sendo que todos possam contribuir e discutir juntos essas ações, e não apenas ser expectador

delas. Dessa forma, o papel da escola ao trabalhar temas transversais é facilitar, fomentar e integrar as ações de modo contextualizado, através da interdisciplinaridade e transversalidade, buscando não fragmentar em blocos rígidos os conhecimentos, para que a educação realmente constitua o meio de transformação social. Mas a dificuldade é como fomentar essas ações, se o professor já está sobrecarregado de conteúdo, e os temas transversais são muito diversificados. A fala de professores mostra o quanto é difícil implementar tantos temas aos conteúdos já existentes.

Quando você é formado, você é formado pra trabalhar determinados conteúdos, pra determinados níveis. Aí quando você fala em transversalidade são muitos temas, se você for trabalhar tudo tu vai ficar doido! (risos) É verdade! É sexualidade, é meio ambiente, é saúde, é isso, é aquilo. E se você for dar enfoque pra todas essas questões você acaba se perdendo, entendeu! Aí não dá certo. (E11)

É uma difícil missão que o professor precisa enfrentar, mas com trabalhos interdisciplinares e apoio da escola é possível ultrapassar essas barreiras impostas pelos temas transversais, pois quem será o maior beneficiado é o aluno, com possibilidades maiores de reflexão e autonomia.

Além disso, acreditamos que com a organização da escola, qualificação de professores e implementação de projetos interdisciplinares, a transversalidade acabará se dando de forma natural. Desta forma, o fortalecimento e o compartilhamento dos saberes trarão para os temas transversais, em especial a orientação sexual, benefícios que influenciarão de forma definitiva a inclusão sustentável da temática sexualidade no ambiente escolar.

4.5 A Família no Contexto a Educação Sexual

As instituições família e escola são as principais responsáveis pela formação do ser humano, pelo próprio papel que desempenham: educar e integrar seus membros na sociedade. Porém, quando os temas se tornam mais complexos, voltados para a sexualidade, por exemplo, as dificuldades para trabalhar essa temática se multiplicam.

Parece claro que a melhor educação seria a que fosse propiciada pelos próprios pais, pois nenhuma estrutura social consegue atuar tão precocemente, com adultos tão significativos, por tanto tempo e de forma tão importante sobre o ser

humano em fase de formação de personalidade, como a família. (VITIELLO, 2000, p. 101)

É notório que a família, é uma estrutura social que trabalha precocemente a educação e tem suas atividades ao longo dos anos, e é nesta instituição que surgem principalmente durante o fim da infância e por toda a adolescência, os principais conflitos que dificultam o diálogo familiar, implicando nas dificuldades em se aplicar a educação sexual. Segundo Almeida e Centa(2009):

Muitas vezes os pais não sabem como agir diante das demonstrações da sexualidade de seus filhos, porque não é tarefa fácil aceitar e entender a maneira de pensar dos jovens. É preciso rever preconceitos e estereótipos, entender as diferenças de ideias, uma vez que o crescimento dos filhos pode gerar conflito e tensão na família. (ALMEIDA; CENTA, 2009, p. 72)

Ainda seguindo esse raciocínio, Silva comenta sobre a família:

Capazes de gerar muitos filhos, os pares humanos têm-se mostrado pouco competentes em orientá-los como serem sexuados. Por não perceber as transformações evolutivas de seus filhos como realidade significativa ou por desconhecer o processo de desenvolvimento humano, a grande maioria dos casais brasileiros tem deixado para a escola ou para o “mundo” essa tarefa. (SILVA, 1997, p. 210)

Lima et al (2010) citam ainda sobre a importância para as crianças e adolescentes terem uma respostas para suas dúvidas, e que estas respostas sejam repassadas sempre baseadas em informações reais, se opondo aquelas fictícias como a vinda da cegonha etc.

Ao chegar esse momento, é necessário que a família dê respostas claras e precisas de acordo com a idade e, se por acaso não puderem responder no momento para esclarecer as dúvidas, não se deve repassar qualquer resposta. É muito importante a atitude ao responder às perguntas, saber o tom de voz a ser utilizado, a segurança nas informações, o fato de estar ou não à vontade, tudo isto é captado pela criança também sob a forma de informação. (LIMA et al, 2010, p. 85)

Já outra dificuldade familiar em trabalhar a sexualidade, está no temor de que as conversas sobre sexo levem a iniciação sexual precoce do adolescente. Esta não é a proposta de educação sexual que predomina hoje, pois é importante fazer com que crianças e adolescentes

tenham informações sobre as variadas informações sexuais para poderem exercer seu direito ao conhecimento e, com isso, conhecerem as responsabilidades de um sujeito sexual.

Por isso, entendemos que cabe aos educadores conversar com os familiares, estimular a participação deles no processo, mostrar que a orientação sexual está prevista nos PCN, e faz parte do projeto pedagógico da escola, com o intuito futuros problemas envolvendo as questões sexuais.

Para Almeida e Centa “ao trabalhar as questões de sexualidade, o profissional deve levar em conta as particularidades de cada família e agir de forma a apoiá-la, protege-la e fortalece-la” (ALMEIDA E CENTA, 2009, p. 72). Para que isso ocorra é importante que os educadores estejam próximo das famílias, trazendo-as para a escola, integrando-as no processo de planejamento da educação sexual, mostrando qual é o papel da escola e da família nesse processo.

O papel da escola é trabalhar informações científicas, contextualizá-las e propiciar o debate de temas pertinentes à idade de cada turma, objetivando que os jovens tenham uma vida saudável e entendam o que acontece com eles em relação a sua anatomia e a sua fisiologia, pois o conhecimento leva à responsabilidade. Mesmo conhecendo o papel da escola, sabemos que há muitas dificuldades nesse processo, e com a família não é diferente.

Nas entrevistas percebemos que professores agem com desconfiança ao aproximar a família desse processo, pois o despreparo da família e da escola podem complicar todo o processo. “A família pode contribuir. Mas se na escola nós não estamos preparados, imagina em casa né (E14)”.

É preciso ter um bom senso nesse embate entre família e escola, e este deve ser superado, pois ambas tem interesses na formação do educando e são importantes no processo.

A família, ela é primordial nessa discussão. Fazer momentos pra chamar a família, sem direcionar. Envolver a comunidade. Fazer uma educação sexual para o pai também, por que esse aluno vai ser reflexo do pai. E parar de fazer reuniões de forma separada com esse pai, ele tem que entender o contexto da escola. (E12)

Sem dúvida é na família que toda a educação deveria ser iniciada, inclusive a educação sexual, porém a família moderna atravessa momentos de privacidade total. O uso do termo

privacidade é para frisar a individualidade familiar, pois cada membro tem privadamente sua vida, vive no seu espaço, tanto de suas atividades profissionais e estudantis quanto domésticas, e as interações familiares acabam ficando muito superficiais.

Dentro do contexto familiar, percebe-se uma grande dificuldade em levar para os seus membros adolescentes, principalmente os do sexo feminino o assunto sexualidade e gravidez precoce, abrindo uma discussão a respeito do tema. No mundo pós-moderno, agrava-se mais ainda o problema, pois os pais estão cada vez mais longe de casa e dos seus filhos, sempre acumulando uma sobrecarga de trabalho, e provocando, com isso, um distanciamento das relações pais - adolescentes. Porém, quando se descobre que algo vai mal, tenta-se fazer uma quebra desse distanciamento, chegando a conclusão de que já é tarde para tentar reverter à situação. (PANTOJA, 2003, p. 35)

Nas falas dos entrevistados podemos notar que os professores percebem esse distanciamento no seio familiar, mas o envolvimento com a escola pode ajudar nessa reaproximação, segundo E9:

Conversando! Hoje em dia eu vejo muito a questão da distância do aluno com o pai, tem aquela barreira, a dificuldade em tirar uma dúvida, então a conversa ajuda muito, o diálogo. (E9)

Para os professores investigados, a família é uma instituição importantíssima nesse processo, pois com a parceria dela, a escola tem muito mais possibilidades de atingir seus objetivos, e a presença dessa família nesse contexto facilita muito. Porém, a falta de diálogo na família repercute também na escola.

Eu vejo que a maioria dos pais dos meus alunos não tem a prática de dialogar a respeito desse tema especificamente, tem que ter a maior participação da família não só nesses temas, mas tem outros também e isso ajuda na escolarização dos alunos e ia ajudar a se tornar mais efetivo o trabalho dos professores. (E5)

Essa pergunta é um pouco complicada, poucos alunos têm um diálogo aberto sobre sexualidade nas suas casas, mas o simples fato da escola fazer esse trabalho e os pais deixarem que os filhos participem, claro que sabendo como funciona, já é uma forma de ajudar e se em casa puderem orientar, já é uma grande contribuição. (E6)

Se a escola reconhece a importância da aproximação da família no processo da educação sexual, porque não facilitar e estimular essa aproximação?

Para que haja educação sexual é necessário que haja o diálogo. Este deve iniciar no contexto familiar, pois a família não pode esperar somente pela escola para iniciar o processo, o mesmo deve ser iniciado no seio doméstico e fortalecido pela escola.

Primeiro, antes de ser feito na escola tem que ser feito na família, é a base. Primeiramente a escola deveria se organizar pra trabalhar com a questão da família, em certos momentos se tu trouxer certos temas pra escola a família pode te questionar. (E11)

Essa geração questiona muito cedo a respeito do sexo, e isso começa na família. Eu sinto dificuldade pra falar com meu filho. É importante que a escola estimule o diálogo, e criar condições pra que isso aconteça, se a gente não tiver trabalhando com a família a coisa não acontece. (E10)

De um modo geral, a maioria dos entrevistados demonstrou a necessidade do envolvimento da família nessas discussões sobre a educação sexual, pois é muito complicado o trabalhos dos mesmos sem o envolvimento familiar, principalmente relacionado ao apoio na exploração da temática, eles necessitam desse apoio familiar para se sentirem mais seguros no desenvolvimento de seus trabalhos em sala de aula.

Dentro do contexto, incluir a família, mas é muito complicado, muito complicado. Eu acho que a gente deveria trabalhar a família, fazer uma parceria, pedir a opinião. (E2)

Participando da escola né, vindo nas reuniões quando a escola chamar o pai, muitas vezes acontece da gente chamar porque a gente vê uma situação que a gente acha que não tá correto, e que ele se comprometa junto com a escola a desenvolver um trabalho com essa temática, e isso acontece muito pouco. (E3)

A educação sexual deve oportunizar essa parceria com a família, abrindo um espaço para que educadores e pais atuem juntos na formação de crianças e de adolescentes, aproximando a família e a escola em um processo de interação. Esse é o desejo de todos os educadores, mas para isso é necessário trazer a família para escola, integrá-los.

Pra família contribuir ela precisa tá na escola, precisa vir à escola, conversar com os professores. Na verdade a escola é que contribui com o pai, mas o pai também tem que conversar com o filho, porque a maioria deles se sente mais a vontade pra conversar com um professor do que com os pais. E tendo esse elo de ligação da família, da escola, e dos alunos fica mais fácil pra trabalhar, porque na verdade o que falta pro nosso jovem ainda é informação, informação correta. (E4)

Nesse caso, qualquer tipo de atividade que a escola desenvolva, com o apoio e estímulo familiar, facilita o trabalho docente. Em se tratando de temas envolvendo a sexualidade, o apoio da família à escola é muito importante, principalmente para diminuir os receios que professores têm em abordar sexualidade em sala de aula.

Olha sinceramente, às vezes eu fico um pouco preocupada com essa questão da distorção. Eu trabalhei numa escola em que nós já estávamos implantando a camisinha, a máquina da camisinha, mas assim, os pais tomaram um impacto muito grande. Mas aí nós explicamos que a camisinha evita uma série de coisas e fomos ganhando a confiança. (E7)

A família tem que ser a primeira a saber, que esse tipo de temática tá sendo trabalhada, como vai ser trabalhada, pra que não tenha distorções. (E8)

Nunes e Silva (2006) chamam a atitude da família de patrulhadora. Para os autores, a atitude de patrulhamento é a atitude de delegar funções informativas e descritivas para a escola e, ao mesmo tempo, agir de maneira intimidatória a quaisquer eventuais críticas e ações dos professores que não estejam dentro na normatividade patriarcal vigente. O que gera uma omissão e abandono da sexualidade de maneira crítica, holística e científica.

Em alguns momentos, a família pode surgir como obstáculo para a escola trabalhar a temática, pois para alguns pais, os filhos serão sempre crianças, seres assexuados, puros não havendo a necessidade de submetê-los a este tipo de assuntos, em uma fala percebemos essa conduta.

É um tema bem complexo, porque quando você se imagina tocando nesse assunto os pais podem não gostarem, achar que você tá entrando numa área que não deve, e às vezes os pais acham que ainda não é o momento. Eu acho que eu sinto mesmo até medo de tocar no assunto. (E4)

Infelizmente, existem famílias que preferem se eximir da responsabilidade da informação do tema, além de criticar o trabalho da escola. (E13)

Devido à família ser a primeira visualização de grupo para uma criança, é nela que ela receberá as primeiras orientações e normas dos padrões sexuais. Porém, diversos fatores, como receio de ferir a pureza da criança, entre outros, levam a família a não abordar qualquer assunto ligado à sexualidade (LIMA et al, 2010, p. 85).

Para a escola, é importante estabelecer esta parceria, pois cabe à criar essa ligação e estabelecer estratégias para sensibilizar a família quanto à importância da educação sexual para seus filhos, afim de apoiar e ajudar a escola em suas ações educativas.

A família tem que vir mais pra escola, sei lá fazer um lanche que seja, pra chamar a família. Nem diz pra que é. Eu vejo que a família não tá preparada pra ajudar, pelo menos essa é a realidade aqui da escola, ai fica difícil, por que a referência do aluno não é a escola, é a família. (E17)

Participando mais das ações. Os pais vêm e deixam o aluno na escola e a escola que se vire pra tratar de todas as questões, e isso não pode acontecer, tem que ser uma coisa junta. Mas a família tá deixando de fazer a sua parte, e quer que a escola resolva todos os problemas. (E16)

A família deveria ser a mais preocupada, mas num é né. Por que ela vai ser a maior beneficiada, mas a gente não vê, não percebe a presença deles na escola. Nem quando acontece problema, que a coordenação chama eles vêm. Tem que chamar, tornar a chamar. Imagina então pra falar de um tema que nem eles falam com os filhos. É muito delicado isso. (E18)

Nesse contexto, todos serão beneficiados, principalmente o educando que necessita dessas informações para seu futuro, para exercer sua sexualidade de forma segura e responsável, não trazendo prejuízo em seu projeto de vida. Dessa maneira, tanto a família quanto a escola conseguirão atingir seus objetivos com a formação desse educando.

4.6 A Educação Sexual e os Programas de Saúde Escolares

A educação em saúde é uma das práticas mais aceitas para prevenção de agravos, doenças e para melhorar a qualidade de vida de uma população. Mesmo sabendo dessas características importantes dessa atividade, os governos pouco investem na prevenção. Daí, o Brasil ter uma cultura curativa e intervencionista.

A educação em saúde na escola, segundo Ferriane: “é o processo pelo qual se pretenderia colaborar para a formação no escolar de uma consciência crítica, que resultasse na aquisição e

desenvolvimento de práticas para a promoção, manutenção e recuperação da própria saúde e na da comunidade de que fez parte” (FERRIANE, 1997, p. 206).

Para a autora citada, Educação em Saúde na Escola “teria como objetivo lógico a promoção da saúde e prevenção das doenças, atuando de modo contextualizado no ambiente escolar, sem se afastar da realidade de onde provém o escolar” (Ibid, p. 206).

Dentro do Ministério da Saúde existem três principais programas que envolvem educação em saúde e a temática educação sexual. Primeiramente o PROSAD, que deveria funcionar em nível de atenção básica, nas Unidades Básicas de Saúde, e os outros dois em conjunto com o MEC, o SPE, voltado principalmente para prevenção de DSTs e AIDS nas escolas e o PSE, este deveria levar os profissionais do PSF para trabalhar os diversos temas de saúde no âmbito escolar, entre eles a sexualidade.

Esse trabalho interdisciplinar entre os profissionais da saúde e educação visa dar maiores subsídios para prevenção e promoção da saúde dos escolares, em especial o trabalho sobre sexualidade no ambiente escolar.

O SPE foi criado em 2003 e tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção.

O projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas” (SPE) é um exemplo desta prática; desenvolvido pela parceria entre os Ministérios da Saúde, Ministério da Educação, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), representa um marco na integração saúde-educação e destaca a escola como espaço institucional privilegiado para a articulação das políticas voltadas para adolescentes e jovens. (FONSECA; GOMES; TEIXEIRA, 2010, p. 332)

Já o PSE foi uma política pública criada em 2007 através do decreto presidencial nº 6.286, unindo os ministérios da Saúde e Educação, que objetiva integrar ações de saúde dentro do contexto escolar, levando o profissional da saúde para dentro da escola, para atuar em vários programas de prevenção a saúde do escolar, entre eles a educação sexual.

O Programa Saúde na Escola (PSE), Política intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. As políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover o desenvolvimento pleno desse público, aproveitando o espaço privilegiado da escola para práticas de promoção,

prevenção da saúde e construção de uma cultura de paz. A articulação entre Escola e Rede Básica de Saúde é, portanto, fundamental para o Programa Saúde na Escola. O PSE é uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas brasileiras. (BRASIL, 2013a, s/p)

Sob esse prisma, o programa objetiva:

I – Promover a saúde e a cultura de paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde; II – Articular as ações da rede pública de saúde com as ações da rede pública de Educação Básica, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis; III – Contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos; IV – Contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos; V – Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar; VI – Promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; VII – Fortalecer a participação comunitária nas políticas de Educação Básica e saúde, nos três níveis de governo. (BRASIL, 2009, p. 12)

Participar na formação do estudante através de ações de saúde é uma das contribuições do programa para a educação.

O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças de jovens da rede pública de ensino. (BRASIL, 2013a, s/p)

A priori, no que se refere a temática sexualidade, os dois programas são muito parecidos, mas a estratégia de ação é diferente. O SPE é voltado para a integração através de campanhas educativas, capacitações e sensibilizações do corpo docente e discente. A estratégia de capacitar o corpo discente através da estimulação do protagonismo juvenil é muito válida, pois muitas vezes é mais fácil o adolescente ouvir o próprio adolescente do que o adulto.

A formação de “Adolescentes Multiplicadores” no Brasil é uma diretriz dos Ministérios da Saúde e da Educação, que é colocada em prática através do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Com esta formação específica, é possível que os adolescentes adquiram e ampliem seu repertório interativo, aumentando assim sua capacidade de refletir de forma ativa e construtiva em seu

contexto escolar e sócio-comunitário, sendo então Protagonistas Juvenis. (FONSECA; GOMES; TEIXEIRA, 2010, p. 336)

Já o PSE se apresenta com ações mais práticas por meio da inserção do profissional da saúde dentro da escola (através do PSF), com a função de promover a saúde do educando.

São vários os focos de ação dos programas de saúde nas escolas, entre eles está educação em saúde para a saúde sexual e reprodutiva, com enfoque à prevenção da Aids, hepatites virais e outras doenças sexualmente transmissíveis. Essa política pública voltada para escola tem uma estratégia bem interessante, aproximar a saúde da educação levando ações de saúde para a escola.

Essa integração é importante, uma vez que poderá preencher uma importante lacuna dentro da escola via a implantação definitiva de ações voltadas para educação sexual, suprimindo as dificuldades que a escola e principalmente os professores tem em falar e explorar a temática.

No Amapá essas ações foram pactuadas em dezembro de 2008, e em janeiro de 2009 foi iniciado o processo de articulação e implementação do programa nas escolas de Macapá. Quase quatro anos depois, o programa apresentou algumas dificuldades na sua implementação, dentre elas, a integração entre saúde e educação, principalmente pela cultura que se tem na saúde: curativa e não preventiva e pela dificuldade de integração entre os profissionais de saúde e a escola. É possível identificar essa dificuldade na fala de G1, quando diz que:

A maior dificuldade pra implementação é justamente integrar as equipes de educação e saúde. Porque a gente vem de uma cultura em que saúde era vista simplesmente pelo ato do cuidado. É cuidar da doença. Então o cuidar da doença é visto como só responsabilidade do profissional da saúde. A educação ela ainda não consegue se enxergar a como uma estratégia pra ajudar na prevenção, pra ter qualidade de vida. Então como a educação não consegue enxergar a importância nesse processo de prevenção das doenças, ela não enxerga que a saúde deve tá junto com ela. Então nosso maior desafio é a integração desses profissionais que estão realmente na ponta, que são os executores dessas ações. E um desafio que é assim um marco realmente, é a falta de integração das ações de saúde no planejamento da escola, aí a saúde fica realmente de fora né. (G1)

De um modo geral, os programas que tentaram integrar saúde e educação sempre tiveram grandes dificuldades. Com o programa PSE não foi diferente, ele chegou com a perspectiva de dar sustentabilidade aos trabalhos sobre a sexualidade na escola, porém, com essa dificuldade de integração, ainda caminha a passos lentos no estado, principalmente pela falta de articulação entre a educação e saúde. Dessa forma, percebe-se os avanços ainda pequenos, onde as ações

pactuadas para serem executadas, não saíram do papel, atrapalhando assim o processo de sua execução, como mostra na fala da G1:

Olha, na realidade o programa vem funcionando assim de uma forma muito lenta dentro do estado, por que as ações, elas não conseguiram se integrar, não conseguiram ser efetivadas. Porque há uma dificuldade muito grande nesse processo de integração da educação e da saúde. Então com essa fragilidade acaba comprometendo as ações pactuadas, e por isso o programa vem sendo realizado de forma muito lenta, muito lenta mesmo. (G1)

As várias políticas públicas criadas para atender o adolescente no contexto escolar não conseguem criar sustentabilidade nas escolas brasileiras. No Estado do Amapá também não é diferente. Desta forma, os adolescentes continuam carentes de ações concretas que possam ajudá-los no que se refere à ações de saúde.

Dessa forma, o programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), por ser mais antigo e ter uma maior base de sustentação, é que o único programa que ainda consegue se manter em algumas escolas, falando de sexualidade e fazendo prevenção das DSTs e AIDS.

Assim, há alguns pontos a serem considerados sobre o PSE. Primeiramente, o PSF, que é o responsável na execução do programa nas escolas, normalmente já está sobrecarregado nas comunidades, pois muitas vezes a função de prevenção cede espaço para a curativa que não seria seu principal objetivo, sobrecarregando-os, como podemos notar na fala de G2:

As dificuldades encontradas são em relação às ESFs, porque elas têm que conciliar as atividades do PSE com as atividades da equipe em relação à saúde da família. Outra dificuldade é conseguir organizar a escola para receber as ações e atividades. (G2)

Em segundo lugar, mesmo com a pactuação entre as esferas Federal, Estadual e Municipal, passaram seis anos da implantação dessa política nacional e a estratégia ainda não chegou efetivamente nas escolas, um reflexo da verticalização nas políticas, sendo que as mesmas são criadas em Brasília, as quais muitas vezes não conseguem chegar às comunidades.

Outro fato apontado pelos entrevistados que consideramos muito relevantes são as constantes mudanças, ocasionadas principalmente pela política, nas pessoas que gerenciam o programa ou que são treinadas pelo programa. Segundo entrevistas realizadas com as gerentes do

programa PSE, que são responsáveis pela implantação da política nas escolas, a mudança ocorrida nas gestões tem prejudicado muito a estratégia, como por exemplo as mudanças de gestões em 2010 e 2012 atrapalharam o desenvolvimento do programa.

A cultura do cuidar ainda está muito enraizada nos cursos de saúde, inclusive nos cursos de formação e nas políticas públicas do governo federal, deixando a prevenção em segundo plano. No Amapá, a abordagem da sexualidade por meio de programas de saúde vem se dando há algum tempo através do SPE, gerenciado pela Secretaria de Estado da Saúde, voltado principalmente para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS, através de ações como capacitações de professores e grupo de alunos das escolas selecionadas, além de comemorações de datas pontuais relacionadas à temática. Com a dificuldade da implementação do PSE em não se articular e se integrar no contexto escolar, as ações voltadas para sexualidade são executadas principalmente pelo SPE, como mostra a fala abaixo.

Principalmente através do projeto saúde e prevenção nas escolas. Que é um projeto muito mais fortalecido dentro das escolas, já existem ações, infelizmente ações isoladas, pontuais. Por que sempre que muda o governo, muda a equipe, aí tudo que tinha sido feito é desfeito, e recomeçamos do zero. Então não existe um planejamento que fique dentro da escola, independente de quem ocupar aquele cargo e ele dê continuidade. Como não tem isso, acaba perdendo visibilidade. (G1)

A abordagem da sexualidade nas escolas de Macapá vem se dando principalmente com ações voltadas para a prevenção da gravidez precoce e DSTs, principalmente campanhas educativas, e fica muito centralizada em uma escola da capital, como evidencia a fala da G1:

Campanhas educativas com relação à prevenção da gravidez indesejada, as doenças sexualmente transmissíveis. Mas não é em todas as escolas, ocorre principalmente na escola Antônio Messias, nas demais escolas a temática da sexualidade, até por uma questão cultural ela ainda é pouco explorada, ainda tem essa cultura que é o professor de ciências e biologia que deve trabalhar, embora seja uma proposta transversal. (G1)

A estratégia de levar o PSF é interessante, mas os profissionais que trabalham com o programa precisam ser capacitados para trabalhar com professores e alunos as questões da

sexualidade, não apenas a prevenção de DSTs e gravidez na adolescência, e sim o exercício da sexualidade como um todo, o trabalho com o corpo e as questões de gênero.

Percebemos na avaliação dos programas e das ações desenvolvidas nas escolas, principalmente o PSE, que ainda está muito longe de chegar onde deveria, deixando muito a desejar. Na nossa percepção, falta interesse e competência política dos gestores da saúde, da educação e principalmente, faltam ações práticas que possam levar profissionais até as escolas e que eles possam realmente ser uma referência da saúde com ações constantes e não apenas esporádicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, não pretendemos, em hipótese alguma, esgotar o vasto campo que se abriu para novas pesquisas na área de sexualidade. A intenção é estimular, tanto no meio acadêmico quanto no profissional, a ampliação das discussões já existentes sobre a temática e contribuir para uma melhor qualidade do ensino voltado para o tema, de forma que tanto docentes quanto alunos possam ter mais informações científicas sobre o assunto. Ou seja, esse trabalho, no Amapá, dar mais subsídios a pesquisadores, acadêmicos, docentes e alunos de um modo geral.

A nossa tese defendida diz respeito ao fato de terem se passado dezessete anos da LDB e quinze anos dos PCN, e os professores ainda não conseguiram implementar na sua prática pedagógica os conteúdos sexuais. A principal causa seria a deficiência na formação docente, pois a pouca importância dada para o tema sexualidade não permite dar subsídios suficientes para que professores implementem essa prática.

Percebemos com as pesquisas bibliográficas e de campo que a concepção de professores de um modo geral, é que o papel da escola é trabalhar apenas os conteúdos de reprodução humana dentro da disciplina de Ciências, responsabilizando a educação sexual ao professor graduado e licenciado em biologia. Desta forma, a Educação Sexual, volta-se basicamente aos aparelhos reprodutores, à concepção e anticoncepção e às doenças sexualmente transmissíveis, ficando as questões do exercício da sexualidade, do corpo e de gênero distante dessas discussões.

É importante que o trabalho de educação sexual na escola, voltada para crianças e adolescentes sobre as manifestações sexuais, ocorra sob uma perspectiva científica e de transformação social. Isto porque vários estudos identificados nesta pesquisa trazem contribuições muito significantes para o desenvolvimento da temática na escola, então é necessário que seja coordenado um processo para reintegrar esses estudos e seus resultados no o ambiente escolar.

Por ser um trabalho que envolve uma temática polêmica e complexa, é necessário que sejam abertas novas discussões sobre a sexualidade no contexto escolar e da saúde, inclusive no âmbito de políticas públicas locais, com o objetivo de melhorar a inserção da temática no conteúdo escolar amapaense, assim como propiciar aos profissionais de saúde a participação deste processo na prática, pois acreditamos que é possível e que podemos, por intermédio de nossas propostas finais, mudar de alguma forma esse panorama atual.

A escolha dessa temática não se deu aleatoriamente, pois há alguns anos já vivenciávamos a consequência deste problema na área de saúde, quando acompanhávamos pacientes com 12, 13, 14 anos grávidas, esse problema nos inquietava bastante e fazíamos uma reflexão das possíveis causas, será que a família contribuía para esse problema? Qual era a participação da escola?

Assim, diante de nossos problemas de investigação: 1- Quais as concepções de educação sexual existentes entre os educadores das diversas áreas do saber no ensino fundamental, das escolas públicas, na cidade de Macapá? 2- Como os docentes lidam com a transversalidade e a interdisciplinaridade? 3- Será que a simples inclusão da temática nos PCNs, foi suficiente para a inserção prática escolar? 4- Será os docentes têm formação suficiente para trabalhar essa temática de forma segura? De uma forma geral acreditamos ter achado as respostas para estes questionamentos, mas com toda certeza essas respostas não acabam por aqui.

Para elucidar os problemas elencados acima, buscamos a pesquisa qualitativa descritiva exploratória para dar base ao estudo. Nos levantamentos bibliográficos percebemos que já havia muitos postulados sobre a temática, os quais mostravam a dificuldade da inserção dos temas voltados para a sexualidade dentro dos currículos escolares. Também demonstraram que mesmo após a orientação do Ministério da Educação em levar para a escola os temas transversais, entre eles a orientação sexual, por não ser um quesito obrigatório nos currículos, pouco se conseguiu avançar nestas questões. Um problema que a priori enxergávamos no Amapá, com os referenciais teóricos usados, percebemos que não é um problema localizado apenas neste estado, mas se estende a todo território nacional.

Dessa forma, os nossos objetivos foram conhecer, registrar e analisar as concepções acerca da Educação Sexual vigentes entre os educadores de escolas públicas de ensino fundamental, na cidade de Macapá/AP. Além disso, analisar a formação dos professores investigados, desde a fase escolar até a profissional e relacionar com a educação sexual; investigar como se dá a atuação profissional dos professores, inclusive as possíveis dificuldades com a transversalidade e interdisciplinaridade; identificar como fazem a relação da sua disciplina com a educação sexual; e compreender a participação da família no processo de educação sexual sobre o ponto de vista do professor.

Para concluir o trabalho, no capítulo sobre a análise dos resultados, traçamos categorias que nortearam o capítulo, algumas já estavam inseridas propositalmente no instrumento de coleta de dados e outras apareceram espontaneamente durante os discursos.

Os dados nos mostraram que os problemas iniciam na formação do ser humano, inclusive no seio familiar, no momento em que a família evita discutir a temática em casa e joga a responsabilidade para a escola. E a escola a meu ver, é uma instituição que deveria ter uma estrutura para trabalhar a temática, uma vez que é respaldada para isso, mas seus professores apresentam limitações, em virtude de sua formação tanto inicial, quanto a profissional. Nos discursos percebemos que desde a formação inicial, no ensino fundamental e médio (antigo primeiro e segundo graus), a maioria dos docentes não teve a oportunidade de fazer discussões sobre a temática, o que contribuiu para suas limitações.

Já no ensino profissional, ou ensino superior, percebemos nos discursos que os cursos de formação profissional ainda deixam muito a desejar no que se refere à educação sexual, pois mesmo nos cursos de licenciatura, o aprofundamento nessas discussões praticamente não acontece. Foram poucos os professores que tiveram a oportunidade de conhecer e aprofundar a temática dentro de sua graduação, mostrando com isso que mesmo com o MEC direcionando as orientações sobre a temática sexualidade na escola, os cursos superiores não conseguiram ainda formatar essas discussões em seus currículos. Desta forma, deixam seus alunos (futuros professores) em “saídas justas” no momento da prática pedagógica, por não terem tido formação suficiente ficam inseguros na abordagem em sala de aula, assim acabam não se envolvendo nas discussões sobre a temática na escola.

Outro aspecto que apareceu nos discursos e também nas referências bibliográficas consultadas foi a educação continuada como uma opção para suprir essa lacuna deixadas na formação desses professores. Segundo várias experiências pelo Brasil a educação continuada, principalmente aquela que acontece dentro do contexto escolar, tem conseguido bons resultados, tanto na implementação da temática em sala de aula, quanto na sua sustentabilidade enquanto tema transversal. Ou seja, não apenas em projetos pontuais, que têm seu início, meio e fim, e sim como sugerem os PCN, de forma transversal, sendo que todas as disciplinas podem trabalhar juntas de forma integral e todos os professores podem ter segurança em poder abordar o tema em sua disciplina, mesmo não sendo das áreas afins. Consideramos que os professores que tiveram a oportunidade de fazer a educação continuada voltada para temática hoje trabalham com segurança e se tornam referências nas escolas por onde passam para trabalhar o tema, mostrando a importância desse tipo de trabalho após a formação.

Nas categorias, voltadas principalmente para a atuação profissional, analisamos as dificuldades que professores têm na abordagem do tema em sala de aula. Além de suas experiências de professores com a temática em sala de aula, entre as principais dificuldades relatadas aparece a necessidade de trabalhar primeiro o “eu” sexual do professor, pois o tema se torna ainda mais complexo, pois enquanto o próprio professor não trabalhar a sua própria sexualidade e se despir de preconceitos, valores morais e religiosos que possam atrapalhar as discussões e a contextualização do tema em sala de aula. Alguns padrões impostos socialmente principalmente ligados a religiões impedem a abordagem do problema. Outra dificuldade que os professores experimentam é a pouca vivência com o tema, pois, até pouco tempo, era proibido dentro das principais instituições formadoras, o que lhes impede de formar conceitos próprios e trabalhar com segurança as questões voltadas para sexualidade em suas disciplinas. Outro item apontado é o receio por se tratar de um tema polêmico, não se sabe a reação da família.

Nas experiências em sala de aula dos professores que trabalham a temática, a prática pedagógica aparece como um grande reforço para o trabalho com o tema, pois as experiências contribuem muito para a essa tão discutida segurança para trabalhar o tema. E o mais importante, essas experiências positivas na abordagem do tema na escola trazem resultados muito positivos, principalmente voltados para a prevenção da gravidez na adolescência, pois segundo relatos, nos períodos em que a escola trabalhou mais intensamente projetos voltados para sexualidade, diminuiu o número de alunas grávidas na escola. Um resultado importante, que reflete bem a importância do papel do professor nesse processo. Percebemos que após essas experiências que docentes tiveram no desenvolvimento de projetos eles acabaram se interessando por cursos voltados para a temática, tornando-se mediadores de discussões na escola.

Outra discussão surgida foi sobre as concepções de professores sobre os PCN, transversalidade e interdisciplinaridade. A transversalidade e interdisciplinaridade são duas variáveis importantes para a inserção dos PCN na escola, principalmente no que se refere aos temas transversais. Mesmo com uma importância mensurável desses temas na vida de alunos, segundo os professores, eles são pouquíssimo explorado dentro do contexto escolar, o que mostra grande distanciamento entre esses temas e os professores. Alguns autores criticam a forma como os PCN foram criados e inseridos na escola, como política de educação centralizadora sem buscar consenso nas bases, podendo ser essa uma das causas de não ter conseguido, até hoje, sua inserção definitiva no contexto das escolas. Outras possibilidades seriam também a não

obrigatoriedade dos temas transversais e o “conteudismo” tradicional da escola. Esse distanciamento dos temas transversais com a sala de aula também pode ter como raiz do problema os cursos de formação, que quando exploram é de forma superficial.

Sobre a interdisciplinaridade e a transversalidade, ainda são propostas que estão longe de serem atingidas na escola, e apesar de já ser discutida já algum tempo em todas as áreas do conhecimento, a interdisciplinaridade tem uma importância fundamental dentro da Educação. Um trabalho integrado envolvendo as diversas áreas de saberes, com certeza tem um resultado mais eficaz, e na educação não é diferente. Trabalhar a interdisciplinaridade na escola é um exercício difícil, pela vida corrida que os profissionais levam, pois é necessário que haja tempo fora de sala de aula para que, em conjunto as diversas áreas de saberes possam estudar e planejar ações conjuntas com objetivos únicos. Já para a transversalidade das temáticas, é importante esse trabalho conjunto, para que, professores, principalmente os que não são de áreas afins, os quais poderão ser fortalecido pelo grupo e com isso aumentar a sua segurança na abordagem do tema em sua disciplina.

A ausência de trabalhos interdisciplinares na escola leva ao que chamamos durante a discussão de resultados de “biologização” dos temas sexuais, uma vez que, apenas os professores de áreas afins estariam, a priori, capacitados para trabalhar os temas. Consideramos que os PCN vão justamente no caminho oposto, devendo ser trabalhados em todas as áreas dos saberes. Não sabemos se é uma utopia essa transversalidade, mas seria muito bem vinda para a escola a associação da interdisciplinaridade com a transversalidade. Essa dicotomia entre o que deve fazer e o que é feito nas práticas pedagógicas merece uma atenção especial dos gestores no sentido de estimular e buscar estratégias que possam aproximar professores por intermédio de trabalhos interdisciplinares.

Outra discussão que não poderia ficar de fora e que aparece na maior parte dos discursos é a importância do envolvimento da família no processo de educação sexual. Como a principal instituição formadora do ser humano e, segundo teóricos, o principal agente social para fazer a educação sexual. A família geralmente é uma instituição pautada nas normas morais e religiosas, e seus conflitos para o desenvolvimento do tema são complexos. Sabemos que a família vive um momento hoje de privacidade total, ou seja, seus membros pouco dialogam. Identificamos que o principal receio da família é fazer a educação sexual e, com isso, estimular precocemente a sexualidade de suas crianças e de seus adolescentes.

Desta forma, é importante que a família participe junto com a escola no processo de educação sexual a fim de conhecer todas as discussões científicas que são traçadas para o desenvolvimento das ações voltadas para a sexualidade dentro do ambiente da escola e, principalmente, de apoio aos trabalhos realizados pelos professores. Muitas vezes a família não consegue acompanhar o desenvolvimento de seus filhos e acaba negando o amadurecimento dos mesmos, vendo-os sempre como crianças puras e assexuadas. Identificamos que esses paradigmas precisam ser quebrados pela escola, pois no desenvolvimento da criança estão implícitas as questões sexuais e que precisam ser esclarecidas tanto pelos professores quanto pela família. Então, a família não pode ficar alheia a esse processo.

Após conhecermos a realidade dos professores de escola pública que atuam nas diversas áreas de saberes, nos ensinamentos fundamentais e médio, constatamos que são profissionais que exercem suas disciplinas em sala de aula, mas que apresentam dificuldades na sua prática pedagógica no que se refere aos temas transversais em especial a orientação sexual.

A partir dos resultados deste estudo, propomos algumas ações que poderão ser desenvolvidas pelas instituições formadoras, órgãos gestores da educação e da saúde, pelas escolas e pelos professores das escolas públicas do Estado do Amapá, com o intuito de promover mudanças nesse contexto atual, tanto na prática pedagógica como na formação docente.

- a) Começando pela formação docente, que seja inserido nos cursos principalmente de licenciatura, discussões obrigatórias sobre os temas transversais, em especial o tema Orientação Sexual, de forma que possam ser viabilizadas aprofundamentos dessas discussões nas formações desses professores, pois é inadmissível que futuros professores entrem no seu campo prático pedagógico com conhecimentos insipientes sobre os temas transversais, transversalidade, interdisciplinaridade e principalmente orientação sexual;
- b) Sensibilização de gestores da saúde e da educação para a importância da participação das equipes de saúde nas escolas, que esses profissionais possam implementar os programas de saúde voltados para as escolas como o PSE. Esse programa tem nos seus fundamentos uma participação fundamental dentro das escolas, onde os profissionais do PSE possam ser inseridos de forma definitiva na educação para trabalhar ações preventivas de saúde, entre elas, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e a gravidez na adolescência, assim como explorar questões como corpo e gênero;

- c) Capacitar profissionais de saúde do PSF para trabalharem temas como saúde sexual e reprodutiva na educação sexual com crianças e adolescentes, pois esses profissionais também não podem ir para dentro das escolas sem esse preparo específico para trabalhar o tema com crianças e, principalmente, adolescentes;
- d) Sensibilização dos gestores da saúde para implementação do PROSAD, voltado para a atenção básica, para dar o suporte que os adolescentes necessitam nos serviços de saúde, incluindo consultas com médicos e enfermeiros e os materiais de insumos necessários para o trabalho com adolescentes como cartilhas informativas e métodos anticoncepcionais, entre eles a oferta da camisinha;
- e) Criação dentro da Secretaria Estadual de Educação de uma comissão permanente sobre educação continuada, que possa levar e estimular as escolas a promover cursos de educação continuadas voltadas para o tema sexualidade, para dar subsídios aos professores que apresentam maiores dificuldades;
- f) Sensibilizar os gestores escolares, diretores e coordenadores pedagógicos para a importância do tema, além de estimular projetos que possam desenvolver a temática na escola, inclusive com a participação dos profissionais da saúde como os do PSF nas ações dos projetos.
- g) Estimular as escolas para criação de grupos de estudo entre os docentes e criação de comissão de educação permanente dentro da escola, para que busquem sempre atualizações e preenchimento dessas lacunas deixadas na formação, além de contribuir para o trabalho interdisciplinar;
- h) Inserir a família no planejamento escolar, principalmente envolvendo temas transversais como a ES, criar estratégia para estimular a família a se inserir nestas discussões, pois com a participação e apoio desta instituição, o ambiente escolar será muito mais produtivo e haverá maior segurança no trabalho do professor;
- i) Continuar e multiplicar para outras escolas o trabalho de protagonismo juvenil, chamado Juventude Prevenida desenvolvido pela escola em estudo, pois é uma excelente estratégia de agregar jovens como parceiros de projetos e trabalhos envolvendo a sexualidade na escola;
- j) Instituir datas comemorativas envolvendo o tema sexualidade dentro das escolas, como uma estratégia de lembrar sempre a temática, e estimulando crianças e adolescentes à reflexão quanto ao tema mesmo fora de sala de aula;

- k) Criar estratégias para trazer também as Universidades como parceiras para dentro das escolas, com acadêmicos nas áreas de Saúde e Educação;
- l) Estimular a criação de projetos voltados para sexualidade, pois eles também ajudam a contribuir para reflexão e manutenção permanente da discussão.

Depois deste amadurecimento com a temática neste processo investigativo, temos a sensatez de que apenas mais uma etapa foi trilhada neste percurso. Nossa análise reflexiva reconhece os limites desta tese no sentido de que ela não esgota as problemáticas e os questionamentos que levantamos.

Caminharemos e buscaremos mais respostas no decorrer de nossa trajetória profissional, mas agora de forma mais madura e comprometida com o tema. Dessa forma, renovamos nossa força para continuar na luta em busca de uma educação sexual emancipatória, lutando por melhoras na formação de docentes em Educação Sexual, pelas implementações de programas de saúde que ficaram à beira do caminho e de educação continuada para preencher as lacunas deixadas no processo de formação, pelo exercício político, histórico, filosófico e antropológico da sexualidade plena para todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo; CENTA, Maria de Lourdes. A família e a educação sexual dos filhos. Implicações para a enfermagem. **Acta Paul Enfermagem**. v. 1, n. 22, p. 71-76, 2009.
- ALENCAR, Rúbia de et al. Desenvolvimento de uma proposta de Educação Sexual para Adolescentes. **Revista Ciência & Educação**, v. 14, n. 1, p. 159-168, 2008.
- ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Estudos feministas**, ano 9, p. 575-585. 2º Semestre de 2001.
- _____. Educação Sexual em uma Escola: da Reprodução À Prevenção. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p.175-200, jan./abr. 2009.
- ALVES, Ruben. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.
- AMAPÁ. Governo do Estado. **Perfil do Estado**. Disponível em <<http://www.ap.gov.br/amapa/site/paginas/sobre/perfil.jsp>>. Acesso em 04/07/2013.
- ASSUMPÇÃO, Ismael. Interdisciplinaridade: uma tentativa de compreensão do fenômeno. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Práticas Interdisciplinares na Escola**. São Paulo: Cortez, 2005.
- AUGUSTO, Thais Gimenez da Silva; CALDEIRA, Ana Maria de Andrade. Dificuldades para a implantação de práticas interdisciplinares em escolas estaduais, apontadas por professores da área de Ciências da Natureza. **Revista Investigações em Ensino de Ciências**. v. 12, n. 1, p. 139-154, 2007.
- ÁVILA, Ednaídes Pereira de. **Conversando Sobre Sexualidade: O que ensinam os(as) professores(as) sobre sexualidade** (Dissertação de Mestrado). Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2008. 159p.
- AZANHA, José Mário Pires. Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 369-378, maio/ago. 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BATISTA, Cláudia Aparecida. **Educação e Sexualidade: Um diálogo com educadores**. São Paulo: Ícone, 2008.
- BEDIN, Regina Celia. **A Institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades brasileiras a partir das ações de grupos de pesquisa** (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista: Araraquara, 2010. 109p.

BENITES, Maria José de Oliveira. **Educação Sexual e Formação Docente: Um estudo a partir de concepções discentes**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional de Blumenau-FURB: Blumenau, 2006. 120p.

BESERRA, Eveline; PINHEIRO, Patrícia Neyva da Costa; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Ação educativa do enfermeiro na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis: uma investigação a partir das adolescentes. Rio de Janeiro: **Revista de Enfermagem Anna Nery**, v. 12, n. 3, p. 522-528, set, 2008.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.

BORDINI, Santina Célia. **Discursos Sobre Sexualidade Nas Escolas Municipais de Curitiba** (Dissertação de Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. 119p.

BOVO, Marcos Chair. Interdisciplinaridade e Transversalidade como Dimensões das Ação Pedagógica. **Revista Urutáua**, Maringá, n. 07, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: LDBEN nº 9394 de dezembro de 1996a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 20/08/2013.

_____. Ministério da Saúde. **Programa Saúde do Adolescente**: Bases Programáticas. Brasília; Ministério da Saúde, 1996b. 2º ed.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª Séries)**. Brasília, 1997a.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997b.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª Séries)**. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural- educação sexual. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a. 2ª ed.

_____. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Normas para pesquisas envolvendo seres humanos**: (res. CNS 196/96 e outras). Conselho Nacional de Saúde: Ministério da Saúde, Brasília, 2000b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Programa Saúde na Escola**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14578%3Aprogram>

[a-saude-nas-escolas&catid=194%3Asecad-educacaocontinuada&Itemid=817](#)>. Acesso em 28/08/2013a.

_____. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola**. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=38070>. Acesso em 07/07/2013b.

_____. **Sancionada lei que destina royalties do petróleo para Saúde e Educação**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/09/sancionada-lei-que-destina-royalties-do-petroleo-para-saude-e-educacao>>. Acesso em 31/10/2013c.

CERQUEIRA, Aliana Georgia Carvalho; CERQUEIRA, Aline Carvalho; SOUZA, Thiago Cavalcante de; MENDES, Patrícia Adorno. **A Trajetória Da LDB: Um Olhar Crítico Frente À Realidade Brasileira**. Disponível em <http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/aliana_georgia_carvalho_cerqueira.pdf>. Acesso em 24/09/2013.

COSTA, Kátia Cristina Dias da. **Discursos Sobre Corpo e Sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física e de Orientação Sexual** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação brasileira: projetos em disputa: Lula x FHC na campanha eleitoral**. São Paulo: Cortez, 1995.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as Políticas para Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, 2002.

DUARTE, Sergio Guerra. **Dicionário Brasileiro de Educação**. Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1986.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Práticas Interdisciplinares na Escola**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Formação De Professores: Dimensão Interdisciplinar. São Paulo: **Revista Brasileira de Formação de Professores** (Rbfp). v. 1, n. 1, 2009a.

_____. Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade na Formação de Professores. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração**. v. 1, n. 1, p. 24-32, Maio, 2009b.

FERNANDES, Daniela Mota. **Investigando a sexualidade de professoras: Suas histórias, saberes e práticas** (Dissertação de Mestrado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008. 154p.

FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. Educação em saúde na Escola: o papel do professor e do enfermeiro. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. v. 8, n. 2, p. 205-208, 1997.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A Produção Teórica do Brasil sobre Educação Sexual. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 98, p. 50-63, ago. 1996.

_____. O preparo de educadores sexuais. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 89-114, jul./dez. 1998.

_____. **A Formação de Educadores sexuais**: possibilidades e limites (Tese de Doutorado). Marília: Universidade Estadual de São Paulo, 2001.

_____. **Formação de Educadores Sexuais**: Adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; Londrina: Eduel, 2006.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de Educadores Sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; Londrina: Eduel, 2006.

FONSECA, Adriana Dora da; GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; TEIXEIRA, Karina Correa. Percepção de Adolescentes Sobre Uma Ação Educativa em Orientação Sexual realizada por acadêmicos(as) de Enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. v. 2, n. 14, p. 330-337. abr-jun 2010.

FRANCO, Neil. **A diversidade entra na escola**: Histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero (Dissertação de Mestrado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009. 239p.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um Percorso Histórico Controvertido. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância**: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias (Tese de Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009. 257p.

GARCIA, Luciana Juvelina Vaz. **O Processo de Educação Sexual na Escola**: Um Estudo de Caso sobre a conceituação, significação e representação compreensiva de Professores da Rede Municipal de Ensino de Camboriú-SC sobre Educação Sexual (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 2007. 81p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas; 1999. 5ª ed.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas; 2002. 4ª ed.

GIRADE, Maria da Graça; CRUZ, Emirene Maria Navarro Trevizan; STEFANELLI, Maguida Costa. Educação Continuada em enfermagem psiquiátrica: reflexão sobre conceitos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. v. 1, n. 40, p. 105-110. 2006.

GUBERT, Fabiane do Amaral et al. Tecnologias educativas no contexto escolar: estratégia de educação em saúde em escola pública de Fortaleza-CE. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. v. 1, n. 11, p. 165-172. 2009.

GUERRA, Judite. **Dos segredos sagrados: Gênero e Sexualidade no cotidiano de uma escola infantil** (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. 147p.

JANEIRO, José Manuel da Silva Vilelas. Educar sexualmente os adolescentes: uma finalidade da família e da escola? **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, set, v. 29, n. 3, p. 382-390, 2008.

LIMA, Aline Aparecida de et al. Educação Sexual Infantil: a interação entre a família e a escola como fator determinante para uma educação eficaz. **Pedagogia em ação**, v. 2, n.1, p. 1-103, fev/jun. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, Gênero e Sexualidade. **Cadernos de pesquisa**. v. 35, n. 125, maio/ago. 2005.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Vozes, 2008. 10ª ed.

_____. Corpo, Escola e Identidade. **Educação e Realidade**. 25(2)-59-75 jul./dez. 2000.

LOURO, Guacira; GOELLNER, Silvana (orgs). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2007. 3ª ed.

LUCENA, Carlos. **Relatório de Pós-doc. apresentado à Universidade Federal de São Carlos**, 2011 (Mimeo).

MACIEL, Ethel Leonor et al. Projeto Aprendendo Saúde na Escola: a experiência de repercussões positivas na qualidade de vida e determinantes da saúde de membros de uma comunidade escolar em Vitória, Espírito Santo. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. v. 15, n. 2, p. 389-396, 2010.

MAGALHÃES, Abigail Guedes et al. A Formação de professores para a diversidade na perspectiva de Paulo Freire. **V Colóquio Internacional Paulo Freire**. Recife, 19 a 22-setembro, 2005.

MINAYO, Cecília. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010. 10ª ed.

MONTARDO, Jorge Luiz Vargas. **Do Pecado ao Perigo**: Discursos Sobre Educação Sexual para Adolescentes Brasileiros no Século XX (Dissertação de Mestrado). Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2008. 141p.

NÓVOA, António. **Formação de Professores e Profissão Docente**. Lisboa, Portugal: Dom quixote, 1992. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf. Acesso em 15/07/2013.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A Educação Sexual da Criança**: Subsídios teóricos para abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2006.

PAIS, José Machado. Família, Sexualidade e Religião. **Revista Análise Social**, v. 21, n. 86, 345-389. 1985.

PANTOJA, Florinaldo Carreteiro. **A Vivência da Gravidez na Adolescência** (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2013.

PATANÉ, Rosana de Sousa. **Escola e Educação Sexual**: Espaços e Relações, Dinâmicas e Compreensões (Dissertação de Mestrado). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. 318p.

PEREIRA, Júlio César Rodrigues. **Análise de Dados Qualitativos**: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Edusp, 2004.

POLIT, Denise F.; HUNGLER, Bernadette P. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem**: Métodos, avaliação e utilização. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PORTELA, Carolina Dorada Pereira. **Saberes Docentes na Formação Inicial de Professores Para o Ensino de Ciências Físicas nos Anos Iniciais no Ensino Fundamental** (Dissertação de Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

PORTO, Jadson. **Amapá**: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 a 2000. Macapá: Rigon, 2003.

RAMIRO, Lúcia; MATOS, Margarida Gaspar de. Percepções de professores portugueses sobre educação Sexual. Universidade Técnica de Lisboa. Portugal. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 4, p. 684-692, 2008.

REIS, Eliana de Fátima Almeida. **Escola e sexualidades**: diferentes concepções/muitos desafios (Dissertação de mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

REIS, Gisele Volpato dos. **Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920-1950**: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque (Dissertação de Mestrado). Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Marcos (org). **Educação Sexual**. Novas Ideias, Novas Conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

_____. **José de Albuquerque e a Educação Sexual nas Décadas de 1920-1950**: Um Estudo Bibliográfico. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0CFoQFjAF&url=http%3A%2F%2Fwww.anped.org.br%2Ffreunioes%2F26%2Fposteriores%2Fpaulorennesribeiro.rtf&ei=LtVAUqyJM4aK9gTAj4GoBw&usg=AFQjCNGDOdzhCa8OOI5V7dkOIyzGfMZkGg&sig2=XQGwE2ntwwk5aeh8jO-02g>. Acesso em 23/09/2013.

RODRIGUES, Isilda Teixeira; FONTES, Alice. Identificação do papel da escola na educação sexual dos jovens. **Investigações em ensino de ciências**. v. 7, n. 2, p. 177-188, 2002.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Articulações Teórico-conceituais nos PCNs: Uma Análise Crítica. **Anais do 5º Encontro do Celsul**, Curitiba, 2003. p. 1258-1267.

SANTOS, Franciele M. S. dos. Políticas Públicas, Gênero e Sexualidade: Educação sexual e direitos humanos. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

SANTOS, Welson Barbosa. **A educação sexual no contexto do ensino de biologia**: Um estudo sobre as concepções de professores/as do ensino médio em escolas públicas de Uberaba-MG (Dissertação de Mestrado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2010. 119p.

SAVIANI, Nereide. Parâmetros Curriculares Nacionais: o que dispõem para o ensino fundamental? **Anais do I CONED**. Texto referente à exposição na mesa redonda “Política de Ensino Fundamental – Parâmetros Curriculares Nacionais”. Belo Horizonte, 02/08/1996.

SAYÃO, Yara. Orientação Sexual na Escola: Os territórios possíveis e necessários. . In: AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Sexualidade na Escola**. São Paulo: Summus, 1997.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Sexualidade na Escola**. São Paulo: Summus, 1997.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: CENGAGE, 2011.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da.; NETO, Jorge Megid. Formação de Professores e Educadores para Abordagem da Educação Sexual na Escola: o que mostram as Pesquisas. **Ciência e Educação**, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006.

SILVA, Ricardo de Castro. **Orientação Sexual**: possibilidade de mudança na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SILVA, Cenira Ribeiro. Possibilidades e limitações da escola pública como agente de educação sexual. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. v. 8, n. 2, p. 209, 1997.

SILVA, Mirian Pacheco; CARVALHO, Washington Luiz Pacheco de. O desenvolvimento do conhecimento pedagógico do conteúdo de sexualidade na vivência das professoras. **Revista Ciência & Educação**, v. 11, n.1, p. 73-82, 2005.

SILVA, Kelly da. **Currículo, Gênero e Identidade na Formação de Professores/as** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2011. 195p.

SOLDATELLI, Maira Meneguzzi. **Educação Sexual e Condições de Ensino**: Implicações na Construção da Corporeidade de Alunos do Ensino Médio (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006. 189p.

SOUZA, Donaldo Bello; FARIA, Lia Ciomar Macêdo. Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino do Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96. **Revista Ensaio**: avaliação, políticas e educação, Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Márcia M. Programa educativo sobre sexualidade e DST: relato de experiência com grupo de adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília: jan/fev, v. 60, n. 16, p. 102-105, 2007.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e Adolescência**: Reflexões Acerca da Educação Sexual na Escola (Dissertação de Mestrado). Maringá: Universidade Estadual do Paraná, 2005. 159p.

SUPLICY, Marta. **Educação e Orientação Sexual**. In: Ribeiro, M. (org). Educação Sexual: Novas Ideias, Novas Conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

SUPLICY, Marta et al. **Guia de Orientação Sexual**: Diretrizes e Metodologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

STEARNS, Peter N. **História da Sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010.

STUMPF, Débora Karine. **Representações da Sexualidade no currículo da nova escola e a construção do sujeito heterossexual** (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. 102p.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**. jan./fev./mar./abr., n.13. 2000.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da Educação Básica: as estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de. et al. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998. 2ª. ed.

VITIELLO, Nelson. **Sexualidade**: quem educa o educador, um manual para jovens, pais e educadores. São Paulo: Iglu, 2000.

ANEXOS

Anexo 1 - Declaração de Correção Ortográfica

DECLARAÇÃO DE REVISÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Eu, Rebeca Costa Silva Simonini, solteira, brasileira, CPF nº 093.181.046-93, Carteira de identidade MG 13.419.478 (SSP/MG), graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, residente e domiciliada na Rua Izaura Augusta Pereira, nº 301, apt 202, Uberlândia, Minas Gerais, declaro que revisei, em português, a tese “A educação sexual no Amapá: Experiências e Desafios Docentes”, do autor Florinaldo Carreteiro Pantoja.

Uberlândia, 12 de novembro de 2013.

Rebeca Costa Silva Simonini

Rebeca Costa Silva Simonini

Revisora de textos

APÊNDICES

Apêndice 1: Instrumento de Coleta de Dados

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado/Doutorado
E-Mail : ppged@faced.ufu.br
Av. João Naves de Ávila, nº 2121– Campus Stª Mônica – Bloco “G”. CEP 38.400-092 –
Uberlândia/MG. Telefax: (034) 3239-4212

ROTEIRO DA ENTREVISTA**Identificação/Entrevista Nº :**

Sexo:

Idade:

Tempo de Formação:

Área/Curso/Instituição de Formação:

Formação específica relacionada à temática:

Escola/Disciplina ministrada:

Biografia Escolar (experiência de estudante)

- 1- Conte como foi sua experiência com a temática educação sexual durante sua formação de estudante da Educação Infantil ao o Ensino Médio.

Formação Profissional (Graduação e Pós-Graduação)

- 2- Conte como foi sua experiência com a temática educação sexual durante sua formação de estudante da Graduação e da Pós-Graduação?
- 3- O que você conhece sobre os PCNs voltados para os Temas Transversais, especialmente para a temática da orientação sexual?
- 4- Comente seu preparo hoje para trabalhar a temática da orientação sexual.
- 5- Como você avalia a relação entre sua formação e a perspectiva de como a educação sexual que deve ser trabalhada na escola?

Trabalho (Socialização no Trabalho)

- 6- Fale sobre sua experiência com o tema educação sexual na trajetória de sua atuação profissional?
- 7- Em sua perspectiva, de que forma tem ocorrido a orientação sexual na escola hoje?

- 8- Como a interdisciplinaridade relativas à orientação sexual, tem sido trabalhados pela escola e também aplicados na sua disciplina?
- 9- Quais as principais dificuldades que você enfrenta para vincular a temática em questão à sua disciplina e à escola em geral?

Perspectivas/Sugestões /Problemas

- 10- Na sua opinião como deveria ser a formação docente para o trabalho dos temas transversais e, principalmente, sobre o tema orientação sexual?
- 11- O que você acha que poderia ser feito para que essa temática possa atingir seus objetivos dentro do contexto escolar?
- 12- Como a família tem contribuído ou pode contribuir com os docentes com a temática orientação sexual e sexualidade?

Apêndice 2: Instrumento dos Gestores



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

E-Mail : ppged@faced.ufu.br

Av. João Naves de Ávila, nº 2121 – Campus Stª Mônica – Bloco “G”, CEP 38.400-092 – Uberlândia/MG. Telefax: (034) 3239-4212

Entrevista PSE

Identificação:

Sexo:

Idade:

Área/Curso/Instituição de Formação:

Tempo de Formação:

Formação específica relacionada à temática Sexualidade:

Entrevista Nº :

- 1- O que é o programa PSE?
- 2- A partir de quando o programa foi implementado nas escolas?
- 3- Como o programa vem funcionando atualmente?
- 4- Quais as dificuldades na implementação?
- 5- Como é feito a inserção da temática educação sexual no Programa?
- 6- Quais as atividades relacionadas a temática educação sexual já foram feitas nas escolas públicas de Macapá e do Amapá.
- 7- Como está atualmente a programação voltada para a educação sexual?
- 8- Qual a sua avaliação do PSE voltado para a temática Educação sexual?

Apêndice 3: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado/Doutorado

E-Mail : ppged@faced.ufu.br

Av. João Naves de Ávila, nº 2121– Campus Stª Mônica – Bloco “G”. CEP 38.400-092 – Uberlândia/MG. Telefax: (034) 3239-4212

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado (a) Professor (a),

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa que tem como objetivos: Conhecer, registrar e analisar, as concepções acerca da Educação Sexual vigentes entre os educadores de escolas públicas, ensino fundamental, na cidade de Macapá/AP. Apresentar e discutir as políticas públicas educacionais brasileira, voltadas a educação sexual nas escolas. Identificar possíveis dificuldades na transversalidade da temática nas disciplinas. Compreender o sentido da educação sexual nos currículos escolares com ênfase na interdisciplinaridade e transversalidade, enquanto dimensões pedagógicas da ação docente.

Sua participação é muito importante ao responder o instrumento de pesquisa que envolve esse trabalho, cujas categorias de estudos são: perfil do professor, biografia escolar, formação profissional, experiência com a temática e perspectivas voltadas para a temática.

Em nenhum momento você será identificado, sendo os resultados da pesquisa divulgados sem qualquer identificação.

Ainda, enquanto sujeito participante dessa pesquisa, você não terá nenhum ganho ou gasto financeiro, bem como sua participação não implicará em nenhum risco para você, estando livre para parar de responder a entrevista a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Os benefícios serão o oferecimento de dados sobre a educação sexual nas escolas públicas de Macapá, que servirão como ponto de reflexão do trabalho docente com relação a temática educação sexual dentro do contexto escolar.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido poderá ficar com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Profa. Dra. Mara Rúbia, através do e-mail: mara@ufu.br

Respeitosamente,

Profa. Dra. Mara Rúbia
 (34)3239 -4412
mara@ufu.br

Prof. Florinaldo Carreteiro Pantoja
 (96)32412101
florinaldo@uol.com.br

TCLE: Eu aceito participar do presente trabalho de pesquisa acima citado, voluntariamente, após o mesmo ter sido esclarecido.

Nome do Participante:

Assinatura:

Apêndice 4: Autorização da Direção da Escola

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado/Doutorado
E-Mail : ppged@faced.ufu.br
Av. João Naves de Ávila, nº 2121- Campus Stª Mônica - Bloco "G". CEP 38.400-092
- Uberlândia/MG. Telefax: (034) 3239-4212

Eu, Ana Iolanda Melo Martins diretor(a) da Escola
E. Prof. Antonio Messias Gonçalves do Silva

, autorizo o doutorando Florinaldo Carreteiro Pantoja, e sua Bolsista, do Programa de pós-graduação, Doutorado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, a realizar pesquisa na escola ao qual sou o responsável, com o título de **Educação Sexual: experiências docentes sobre a transversalidade**, que possui o objetivo Conhecer, registrar e analisar, as concepções acerca da Educação Sexual e da Transversalidade entre os educadores de escolas públicas, ensino fundamental, na cidade de Macapá/AP.

A pesquisa consiste em ouvir os professores através de entrevistas individuais, semi-estruturadas contendo questões norteadoras sobre sexualidade e formação profissional, e impressões que o professor tem sobre educação sexual e sua experiência com a transversalidade da temática.

Caso haja algum projeto específico na escola sobre a temática, constará também de consulta documental dos projetos.

As entrevistas com os professores serão realizadas mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo).

Macapá, 17/08/2012